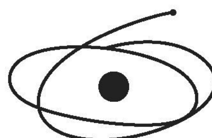
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXII nº 125-126 1989



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XXXII nº 125-126 Janeiro-Junho 1989

ARTIGOS

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLITICA INTERNACIONAL

Diretor:
CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretaria:
Eneida Nogueira Rigueira

Supervisão Gráfica:
Daniel Leite
Neila Martinho

Composição:
Waldir e Bento José

Direção e Administração
Praia de Botafogo, 186 - Grupo B - 213 - Telefone (021) 551-0598
22250 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Assinatura anual	NCz$ 40,00	Para o exterior:	US$ 20,00
Número avulso:	NCz$ 20,00	Para o exterior:	US$ 10,00
Números atrazados:	NCz$ 50,00	Earlier issues:	12US$ each

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXXII **1989/1** 125-126

SUMÁRIO

O BRASIL E OS NOVOS PAÍSES DO OESTE AFRICANO

R. A. Veiga Cabral*

INTRODUÇÃO

O Brasil sempre teve reservado para a África um lugar especial em sua História. Afinal, foi de lá que surgiu, bem ou mal, a alavancagem de sua economia tanto agrícola quanto extrativa. Esse passado comum, essa fonte de miscigenação de seu povo, trouxe conseqüências que alcançam os dias atuais e que, indubitavelmente, marcaram a nacionalidade brasileira.

O continente negro sofreu êxodos contínuos durante nosso período colonial até quase a República, não exclusivamente com destino brasileiro, mas muito especialmente para ele. Se os laços comuns se afrouxaram depois por cerca de um século, eles tendem agora a se estreitarem. O Brasil procura a África e a África procura o Brasil. Objetivos bem distintos dos daquela época. Interessa alternativas para expansão econômica, bem como suas repercussões na política internacional. Interessa, do lado africano, o desenvolvimento básico de infra-estrutura e o apoio de uma das lideranças do Terceiro Mundo. Ambos possuidores de passado comum, o colonialismo, ambos buscando no diálogo Sul-Sul a solução para seus problemas, no universo cada vez mais competitivo e exclusivista dos desenvolvidos. Ambos, enfim, procurando viabilizar a complementaridade tanto econômica quanto política.

O presente trabalho procura, assim, tratar do relacionamento Brasil-Oeste africano partindo de bases comuns, históricas e geográficas bem como étnicas e culturais. São enfocados os principais aspectos políticos e econômicos de cada um dos vinte países que compõem a África Ocidental, destacando-se aqueles possuidores de relevância para o Brasil. O campo militar é enfocado especialmente quanto à possibilidade de maior cooperação brasileira e de contribuição do Poder Marítimo na atual conjuntura africana.

Finalmente, antes da conclusão, é procedido um esforço de previsão para a Marinha, tanto sob o ponto de vista estratégico e operativo, quanto logístico dessa tentativa brasileira de reaproximação com a África. Como corolário, é estendida a previsão ao Ocidente

* Capitão de Mar e Guerra. (Trabalho do Curso da Escola de Guerra Naval).

em geral, face aos inexoráveis reflexos que adviriam para as Relações Internacionais de uma mais solidária, ativa e participante comunidade sul-atlântica com o advento da Zona de Paz e Cooperação.

Necessário se faz uma observação quanto à abordagem do tema. A fim de delimitar o assunto, foi considerado Oeste africano o conjunto de países da África Subsaárica banhados pelo Oceano Atlântico até o limite setentrional da África Austral. Angola, geralmente admitida, inclusive pelo Ministério das Relações Exteriores, como integrante desta última região, é incluída no presente estudo, em razão de seu relevante papel, como o mais significativo país lusófono do continente negro para o Brasil.

CAPÍTULO I

OS ANTECEDENTES E O RELACIONAMENTO ATUAL

SEÇÃO I – AFINIDADES ÉTNICAS, HISTÓRICAS, CULTURAIS E GEOGRÁFICAS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

A semelhança das formações geológicas das terras do hemisfério sul levou Eduard Suess, geólogo austríaco, a formular, quase ao final do século XIX, a teoria geralmente aceita de "GONDWANA", o continente único ligando América do Sul, África, Índia, Austrália e Antártida, que se teria rompido em diferentes direções em conseqüência de fortes pressões tectônicas.

De fato, a costa atlântica da América do Sul tem um recorte que se encaixa perfeitamente na costa ocidental da África. A teoria se confirma através das estruturas idênticas do nosso planalto central com o platô africano e nos vales de grandes rios como o Amazonas e o Congo.

Contudo, a fisiografia do continente negro dificultou a penetração para o interior, ao contrário do ocorrido no Brasil, onde os rios desempenharam, via de regra, papel histórico de acesso ao continente. Como assinala Therezinha de Castro, quando um curso d'água, na África Atlântica, oferece rota fácil de penetração para o interior vai atingir uma região semi-árida ou arenosa como é o caso do rio Gâmbia. Outros, como o Congo e Niger, são encachoeirados face à proximidade da costa ao planalto, restando entre esse e o litoral uma estreita faixa de terra. Resulta, assim, um perfil geográfico semelhante a um prato emborcado.

Essa característica fisiográfica, aliada às correntes contrárias à navegação vinda do Norte, parece ter contribuído para levar os europeus a colonizar primeiramente a América, fazendo da África ponto de exploração de ouro, marfim e, em especial, de negros escravos até o século XIX. Não se organizaram naquele continente os agrupamentos geopolíticos verificados no Brasil e sim apenas estabelecimentos costeiros que, à semelhança dos castelos medievais, abrigavam, em vez de prisioneiros em seus calabouços, os negros escravos.

Em compensação, as ilhas litorâneas africanas vieram desempenhar papel pioneiro no estabelecimento posterior na zona costeira, em virtude da maior facilidade de ocupação e defesa. Tal fato vai se verificar no arquipélago de Cabo Verde, núcleo onde nasceu a Guiné e posteriormente ponte para os franceses controlarem o Senegal; Bolama, ponto histórico de colonização da Guiné-Bissau; São Tomé, núcleo irradiador das feitorias do golfo da Guiné, origem dos atuais territórios da Nigéria, Camarões e Gabão; Príncipe,

Fernando Pó, Annobón e as Canárias são outros exemplos geohistóricos importantes, como foi Zanzibar do lado do Índico.

Face às ameaças e as incertezas das sucessivas colonizações européias na costa atlântica africana — primeiro os portugueses e espanhóis, depois os holandeses e, já no século XIX, os ingleses e franceses a que se vieram juntar os alemães, os italianos e os belgas, conseqüência da política das nacionalidades na Europa, o mar, as coisas do mar e seus homens vão representar, para a maioria dos africanos, forças hostis à sua sobrevivência.

De qualquer modo, a África Ocidental representou um papel muito importante e mais próximo do Brasil que o Grão-Pará e Maranhão que, apesar de contíguo, estava mais ligado à Europa, particularmente Portugal.

Admite-se hoje tenha sido a África o berço da raça humana. Poderiam ser aqui alinhados inúmeros dados que corroborariam com tal assertiva, porém os seguintes achados são significativos: o "Kenyapithecus Wickery", que Louis Leakey, em 1961, estimou em quatorze milhões de anos, o "Australopithecus de Leatelli", encontrado por Mary Leakey, em 1974, na Tanzânia, estimado entre dois e cinco milhões de anos e os restos cranianos descobertos por Howell e Goppens, em 1969, no rio Omo, fronteira entre a Etiópia e o Quênia, com idade entre um e quatro milhões de anos.

Não existem achados arqueológicos que comprovem a presença da raça humana na África Ocidental, datando da mesma época. Porém, desta distante linha ancestral por certo descende um dos grupos étnicos dos três (branco, negro e índio) que, de continentes diversos, moldaram durante três séculos a expressão coletiva de nossa nacionalidade quando, só então, imigrantes de outras etnias vieram emprestar sua mão-de-obra no episódio da construção da civilização brasileira.

Realmente, ainda não decorrera meio século da presença portuguesa no Brasil e já se iniciava a vinda de contingentes africanos, através do tráfico de escravos, fazendo com que, no alvorecer do século XIX, a composição demográfica de nosso País fosse mais negra do que branca.

No dizer de Silvio Romero, nessa época, tínhamos "a África em nossas cozinhas, a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões", ao verificar que a argamassa de nossa sociedade era mais branco-negra que branco-indígena ou amarela.

Mas, de onde partiam aqueles contingentes africanos?

Os estudiosos do assunto afirmam ser difícil precisar exatamente, porém conquanto a maior parcela procedesse da África Ocidental, de Cabo Verde para o sul, devem ser considerados também aqueles oriundos das costas de Moçambique e do interior do continente, particularmente das tribos em guerra que, caindo prisioneiras, eram oferecidas ao tráfico.

Por outro lado, desempenhamos ativa influência na vida das comunidades africanas da margem atlântica. E, interessante notar, essa influência se faz presente sem a característica de intervenção de um estado colonizador (como Portugal), mas ao contrário, foi preponderantemente voluntária, bem mais natural até que a colonização negro-estadunidense na Libéria, como assinala Réclus, geógrafo francês.

Nigéria, Benin, Togo e Gana possuem famílias ostentando nomes bem luso-brasileiros como Vera-Cruz, Santos Martins, Borges da Silva, esta última construtora da catedral de Lagos, onde, por ocasião do Natal, há comemorações muito semelhantes ao nosso carnaval.

Togo deve sua independência a Silvanus Olympio que não escondia sua ascendência brasileira. A capital de Benin, Porto Novo, tem nome português, embora a língua oficial do país seja o francês, tal como em Togo. Festejos folclóricos como o bumba-meu-boi lembram as origens luso-brasileiras, assim como o culto ao Senhor do Bonfim celebrado anualmente em Porto Novo, como o é em Salvador.

No Brasil, as concepções religiosas africanas se nacionalizaram, porquanto a fé trazida pelos negros não possuía doutrina escrita e sim a prática. Tal aconteceu com a religião dos nagôs, através do conhecido candomblé, cuja aproximação com o catolicismo representou, segundo os sociólogos, a busca da sobrevivência e proteção no novo ambiente. Os trajes típicos, como das baianas, a cozinha regional, a capoeira e o batuque tiveram no negro suas referências e até no modo suave de pronunciar o português no Brasil, herdado das mães pretas aos filhos brancos.

Na Nigéria, país de expressão inglesa e religião influenciada tanto pelo protestantismo quanto pelo islamismo, não raro o brasileiro é tido como católico, o que contribuiu para sua despersonalização, por temerem ser considerados herejes. Como curioso exemplo, temos uma mesquita brasileira construída em Lagos pela família Olaiya Salvador, de origem baiana e convertida ao islamismo. Os brasileiros que para lá emigraram levaram a experiência de suas profissões e, por possuirem cultura superior à das tribos locais, acabaram se transformando em intermediários entre os colonizadores ingleses e os nativos.

Por outro lado, não ficaram entre nós as rivalidades tribais. Isto porque não encontramos na África unidade étnica ou cultural. Tampouco a língua constitui elemento de integração. Existem mais de oitocentos dialetos praticados, sendo o "swahili" o mais difundido. Três principais línguas são faladas no Oeste africano: o "haussa" (Norte da Nigéria até o Sul de Camarões), o "manding" (no Senegal e na Costa do Marfim) e o "lingala" (no Zaire) (Figura 1).

O fator fundamental que uniu os africanos foi a experiência comum, a odisséia do colonialismo europeu. Sua unidade, mormente naqueles países em que a descolonização se processou com luta, foi forjada em conseqüência do domínio europeu e do esforço para afastar aquele domínio (17:16).

Segundo assinala Chaves de Melo, embora menos extensa que a influência tupi, a experiência africana atuou mais profundamente na língua portuguesa, resultando num processo mais vertical, em contraste com o tupi, mais horizontal. Veja-se os inúmeros vocábulos como caçula, cachimbo, mulambo e quiabo, todos africanos e abrasileirados.

SEÇÃO II – HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COM O OESTE AFRICANO

A história do relacionamento Brasil-África começa necessariamente pela via do tráfico negreiro.

Os primeiros negros vieram da costa ocidental da África, da chamada Guiné, expressão vaga na época e que segundo Luiz Viana Filho, iria hoje do Senegal ao Orange. Esses negros descendiam de dois grupos importantes: os bantos e os sudaneses, que desde os séculos XVI e XVII foram trazidos para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Os bantos, provenientes da região do Congo e Angola atuais, eram mais atrasados e pacíficos. Eram obtidos em troca de açúcar, aguardente, algodão, pólvora e até armas pelos chamados "pombeiros" (agentes da escravidão) em missões no interior do continente. Os outros (sudaneses) eram presas de guerra, sendo os portugueses, neste caso,

auxiliados por tribos canibais jagas, segundo Antonio Cadorneca. Lagos foi o porto exportador africano mais significativo de negros iorubas, ramo da cultura sudanesa (Figura 2).

A fim de evitar contingentes excessivos de uma mesma tribo, os negros ao chegarem ao Brasil eram dispersados, inclusive porque pertenciam a variadas classes sociais de origem, algumas até das mais altas.

A população escrava chegou a atingir três e meio milhões de pessoas contra a existência de cerca de um milhão e meio de indígenas à época seguinte da descoberta (38:40).

Por volta de 1600, face ao declínio do Congo, Angola, com a fundação de São Paulo de Luanda, era eleita a mais importante zona de influência portuguesa no ocidente africano. Sua finalidade era servir escravos ao Brasil em número cada vez maior.

O império português na África era então dividido entre duas sedes: a de São Jorge da Mina (atual Gana) e a de São Paulo de Luanda (hoje Angola), abrangendo a ilha de São Tomé e todo o trecho da costa até o cabo da Boa Esperança.

Com o surgimento dos holandeses no cenário marítimo do século XVII, acontece o *reajustamento de posições na África. Necessitando de mão-de-obra escrava em Pernambuco*, organiza o conde Maurício de Nassau expedição a Mina partindo do Recife. Mais de um milhão e meio de negros são trazidos e, aproveitando-se da fraqueza de Portugal, por volta de 1640, investem os holandeses também contra Luanda. Seguem-se as tomadas de Benguela e das ilhas de São Tomé e Annobón.

Angola é recuperada por Salvador Correia de Sá e Benevides em 1648. Os governadores e os funcionários mais graduados passam a ser enviados do Brasil, considerado por Portugal como colônia dominante. Por isso, como afirma Jaime Cortesão, Angola passa a ser, durante os séculos XVII e XVIII uma "província portuguesa" do Brasil.

No século XVIII, já não eram mais a lavoura do açúcar e a cultura do fumo que dominavam a economia brasileira. Eram os trabalhos nas minas. Para a região onde hoje está Gana é reorientado o tráfico. Produtos como o fumo em rolo, a aguardente e o açúcar são os preferidos para a troca. Porém, os negros da região não são tão apreciados quanto os de Angola, considerados mais submissos e de melhor preço, conquanto menos robustos.

No final do século XVIII, o comércio e a navegação com a África chega a ser quase totalmente feito através do Brasil, marginalizando Porto e Lisboa. Nas naus provenientes da Índia chegavam tecidos, sedas, tapetes e as "fazendas de negro" que daqui seguiam para Angola nos barcos de retorno da escravatura.[1] Só da Bahia partiam anualmente mais de cinqüenta embarcações entre corvetas e sumacas, cerca de uma dezena delas seguiam depois de Angola para a Europa, as restantes corriam a costa da Guiné à compra de escravos, cera e ouro adquiridos aos negros (38:28).

O Brasil torna-se o centro de um comércio triangular, incluindo a África e a Ásia sem a participação de Portugal que, em vão, procurava coibir, por danoso ao seu fisco, o comércio asiático de tecidos via portos brasileiros.

No limiar do século XIX, surge a lavoura cafeeira no Brasil e com ela a necessidade de maior contribuição da mão-de-obra africana, resultando num aumento de nosso comércio com o continente negro, ao tempo em que decrescia aquele com Portugal e o Oriente.

Com a chegada ao Brasil da família imperial e a abertura dos portos em 1808, a situação se acentua, agora, porém, sob uma maior repressão ao tráfico. O choque entre as

necessidades nacionais e as exigências britânicas constitui a tônica dos cinqüenta primeiros anos do século XIX em nossa história.

Porém, o tráfico não diminui, apesar das disposições do Tratado de 1810 e da Convenção de 1826. Surgem estratagemas para burlar a fiscalização, inclusive o uso de bandeira americana em navios com carga de escravos (38:182).

Após nossa independência, condicionada por Portugal a que as possessões na África e ilhas adjacentes continuassem como dependências da coroa lusa, Angola chega a manifestar opção por se unir ao novo estado americano.[2] O receio português não encontra, porém, guarida em D. Pedro I, nascendo o Império livre de ambições colonialistas.

Oportuno assinalar, que a costa africana ocupava espaço tão claro em nossos interesses externos que, em 1828, o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Diogo Jorge de Brito, declarava em relatório à Assembléia Geral do Império haver "necessidade absoluta de conservar uma Divisão Naval na costa da África, rendendo-a de seis em seis meses" (38:161).

Em 1845, a Grã-Bretanha edita unilateralmente o "bill" Aberdeen, conferindo aos seus cidadãos o direito de captura dos navios brasileiros pilhados no tráfico. De nossa parte, a lei Eusébio de Queiroz, um angolano de nascimento, abolia o mesmo tráfico.

Marcava-se, assim, por volta de 1850, o declínio das atividades comerciais entre o Brasil e a África e rompia-se o contato étnico-cultural que já durava três séculos.

Em 1885, acontece a partilha política da África como resultado da Conferência de Berlim. Em virtude dos direitos de soberania implicarem na efetiva ocupação do território, Bélgica, Alemanha e Itália passam a dividir espaço com os britânicos e franceses, além dos portugueses e espanhóis já estabelecidos (Figura 3).

Somente em 1925 faríamos um acordo com país africano, a Libéria, estado independente desde 1847 e habitado por negros provenientes dos Estados Unidos da América (EUA).

Por volta de 1930, começa-se a observar concorrência africana aos produtos brasileiros: Gana torna-se o maior produtor de cacau do mundo — em 1927 representava metade da produção mundial — a Nigéria eleva-se a primeiro produtor mundial de óleo de dendê e o terceiro de amendoim, a Guiné produzia mais arroz que o Brasil, embora com superfície aproximada do nosso Piauí.[3]

Tudo isso, graças aos esforços da Grã-Bretanha e da França que tentavam transformar suas colônias em grandes fornecedores de matérias-primas para seus mercados e em consumidoras de suas manufaturas. Resulta, então, em 1931, o acordo comercial entre o Brasil e a Grã-Bretanha, concedendo reciprocidade de tratamento aos produtos naturais ou manufaturados dos dois países, estendido no ano seguinte a Costa do Ouro (atual Gana), Togo, Nigéria e Serra Leoa.[4]

Em 1942, a África representava em nosso comércio exterior apenas três por cento do total, enquanto as Américas ficavam com setenta por cento, dos quais cerca da metade com os Estados Unidos, e o restante com a Europa, mais especialmente com a Grã-Bretanha.

Com a Segunda Guerra Mundial, a importância estratégica do saliente africano e o valor de certas matérias-primas essenciais (como minério de ferro e a borracha) ficaram evidentes para o Brasil.

Em 1959, o então presidente Juscelino Kubitschek, em mensagem ao Congresso Nacional, reconhecia a importância do processo de independência das colônias africanas.

Contudo, na Organização das Nações Unidas (ONU), face aos nossos laços com Portugal, votávamos com os países colonialistas ou, no máximo, nos abstínhamos.

Finalmente, em 1961, com a eclosão da independência da grande maioria dos estados africanos, o então presidente Jânio Quadros mandava iniciar estudos visando à abertura de oito representações diplomáticas brasileiras nos novos países, ao tempo em que determinava nova estratégia governamental para a região.

No período 1964-1972, reflexo do crescimento econômico do País, houve substancial crescimento nas relações comerciais com os EUA e a Europa, não acompanhado, no entanto, no que diz respeito à África. Digna de nota, no período, a abertura pelo LLoyd Brasileiro de linha comercial para diversos portos africanos (em caráter experimental), a criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira em 1968 e o início das negociações com os exportadores africanos na Organização Internacional do Café e na Aliança de Produtores de Caçau.

Após 1972, inicia-se a atual fase do relacionamento. No governo Médici, Costa do Marfim, Senegal, Togo, Benin, Zaire, Gabão, Camarões e Nigéria são visitados pelo chanceler Gibson Barboza. Missões comerciais complementam a visita, com a assinatura de vários acordos comerciais e de cooperação técnica. Em 1973, treze empresas brasileiras participam da Feira de Lagos, na Nigéria. Volta-se a atenção para o petróleo africano, no sentido de diversificar nossas fontes de abastecimento concentradas no Oriente e abrir à Petrobrás novas perspectivas de explotação.

Em 1974, o Brasil adota oficialmente a posição de condenação ao "apartheid" e ao colonialismo, em comunicado conjunto quando da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria. No governo Geisel, a política do "pragmatismo responsável", iria liberar nossa política externa de dogmas ideológicos. Abrimos novos mercados e reconhecemos a independência da Guiné-Bissau e Angola, além de Moçambique. Em 1980, é a vez da visita do então chanceler Saraiva Guerreiro aos países da chamada "área socialista" africana, aí incluída Angola.

A partir de então, nosso comércio com a África cresce de 150 milhões de dólares em 1972 para dez vezes mais em 1987.

No governo Figueiredo, é realizada a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à África (Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia).

Em 1986, Cabo Verde é visitada pelo presidente José Sarney, seguindo-se o périplo do chanceler Abreu Sodré a Angola, Nigéria e Camarões, além de Zâmbia e Zimbabwe. Nesse mesmo ano, o Brasil propõe na ONU a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

SEÇÃO III – RELACIONAMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS DE FORTALECIMENTO NOS CAMPOS POLÍTICO, ECONÔMICO E MILITAR; ÊNFASE PARA OS PAÍSES LUSÓFONOS AFRICANOS; IDENTIFICAÇÃO DOS SETORES DE INTERCÂMBIO MAIS FAVORÁVEIS.

Ao chegar ao fim o processo de descolonização dos anos sessenta e setenta, o continente africano viu-se mergulhado numa grave e intensa dificuldade, de um lado a influência continuada das antigas metrópoles (neocolonialismo) e, de outro, os reflexos do conflito Leste-Oeste.

Talvez em nenhuma outra região do mundo a queda do imperialismo ocidental tenha sido tão brusca e dramática quanto o foi na África (17:10).

Em muitas colônias, como Benin, Congo e notadamente nas portuguesas, o movimento anticolonialista adotou uma dialética revolucionária, de cunho marxista-leninista, o que veio dificultar o processo de independência, tornando-o mais longo e sangrento. Outras, como a Guiné, evoluiram para ideologias socialistas ou pseudo-socialistas mais moderadas e não alinhadas. As restantes, como Costa do Marfim, Nigéria, Zaire, Gabão, Camarões e, mais recentemente, Gana optaram pela inclinação ao bloco ocidental.

Na verdade, o processo de descolonização — retrato da partilha da Conferência de Berlim em 1885 — deixou a África dividida numa multiplicidade de unidades políticas arbitrárias, com escassa relação entre a geografia e os grupos étnicos nelas situados.

Em conseqüência, existem diversas etnias (tribos), como na Nigéria e no Zaire, situadas num mesmo estado, muitas vezes hostis umas às outras ou compartilhadas com países vizinhos.

A precariedade dos meios de comunicação e de transporte, aliada ao analfabetismo prevalecente, arremata o quadro político de dificuldade na transferência da lealdade das tribos primitivas para o estado constituído.

As formas de governo legadas pelas antigas metrópoles estabeleciam, geralmente, democracias baseadas no multipartidarismo, nas eleições livres e periódicas e na independência entre os poderes. Contudo, tais regimes não permaneceram na prática. O poder absoluto, concentrado nas mãos de um único líder, que busca assumir certa aura mística, tradicional dos grandes chefes tribais, acumulando os cargos de presidente, chefe de partido único e comandante supremo das Forças Armadas, tem sido o modelo adotado pela maioria, visando manter a unidade nacional.

As substituições de lideranças são procedidas, via de regra, por golpes de estado com a participação direta do poder militar. Nessas ocasiões, afloram as velhas rivalidades tribais que, não raro, degeneram em sangrentos conflitos.

Não obstante, o "partido único" acaba por favorecer a permanência dos mesmos problemas políticos básicos cuja eliminação havia sido o objetivo das trocas de mandatários.

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em Adis Abeba em 1963, com a finalidade de servir de foro para o debate e o encaminhamento de soluções dos problemas regionais, tem se mostrado ineficaz. A saída do Marrocos do seio da OUA e a suspensão das relações pelo Zaire face à admissão da República Árabe Saarauí Democrática (ex-Saara Espanhol), a questão do Chade entre a Líbia e a França e a fragilidade econômica dos Estados-membros têm comprometido, entre outros fatores, a atuação da Organização.

Oportuno assinalar que, na XX Assembléia de Chefes de Estado, foi adotado como idioma oficial o português, ao lado dos já existentes inglês, francês, árabe a africanos.

A fim de facilitar a análise do relacionamento atual do Brasil com o Oeste africano, vamos apresentar os aspectos mais significativos nos campos político, econômico e, no que couber, militar.

Mauritânia, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Benin e Guiné Equatorial — Esse conjunto de países possui pouca densidade de relações com o Brasil. Não possuimos Embaixada em nenhum deles, sendo cumulativas com outras capitais africanas.

Nouakchot, capital da Mauritânia e Banjul, capital de Gambia são atendidas por nossa missão em Dakar, Senegal, Freetown, em Serra Leoa e Monróvia na Libéria cobertas pela Embaixada em Acra, Gana. Porto Novo, em Benin, por Lagos na Nigéria e, final-

mente Malabo, capital da Guiné Equatorial, situada na ilha de Bioko (ex-Fernando Pó), por nossa Embaixada em Libreville, no Gabão.

Por outro lado, os países daquele conjunto incluem-se entre os de menor desenvolvimento na África.

A República Islâmica da *Mauritânia* alcançou sua independência da França em 25 de novembro de 1960. Os idiomas oficiais são o árabe e o francês.

Integra a região denominada Sahel, zona de progressiva desertificação imediatamente ao sul do Saara, juntamente com Mali, Niger, Chade e parte do Senegal. Esses países, exceto o Senegal, sobrevivem basicamente graças à ajuda humanitária internacional.

A empresa Mendes Junior, em 1984, executou obras de vulto no país, destacando-se o aeroporto de Nema com pista de dois mil e quinhentos metros e mais de mil quilômetros de rodovias, incluindo trechos em pleno deserto.

Em 1987, a balança comercial acusou um saldo de cerca de duzentos mil dólares favoráveis à Mauritânia.

Gâmbia, uma estreita faixa de terra margeando o rio de mesmo nome, encravada no Senegal, adota o sistema democrático pluripartidarista nos moldes ocidentais. O idioma oficial é o inglês e a política externa pró-ocidental.

Em 1987, Gambia importou mercadorias do Brasil num total de oitocentos e setenta mil dólares, nada tendo exportado. Principais produtos importados do Brasil: petróleo e têxteis. Principais exportados para o Brasil: amendoim e dendê.

Em *Serra Leoa* existe um sistema republicano presidencialista. Sua capital Freetown, fundada por escravos libertos pelos britânicos de navios negreiros apreendidos no Atlântico, na área mais estreita desse oceano, está a mil e seiscentas milhas de Natal, no Rio Grande do Norte. A língua oficial é a inglesa.

Em 1987, importou seiscentos e sessenta e três mil dólares do Brasil em mercadorias, nada tendo sido exportado. Principais produtos importados do Brasil: petróleo, veículos, maquinários e têxteis. Exportados para nosso país: minério de ferro e diamante.

A *Libéria* adota também o regime republicano presidencialista, idioma inglês e se caracteriza pelo pluripartidarismo, além de nunca ter sido colônia européia. Surgiu como república independente em 1847, povoada por negros norte-americanos libertos. Após a sua criação, sofreu influência da Grã-Bretanha e da Alemanha até 1926, quando os norte-americanos incentivam a cultura dos seringais no país e praticamente assumem a gestão econômico-financeira. O registro de navios com bandeira liberiana constitui importante fonte de divisas. A cooperação militar americana é prevalescente.

Em 1979, o então presidente William Tolbert visitou o estado de Pernambuco. Principais produtos importados: veículos, alimentos e maquinária. Exportados: borracha, madeira, minério de ferro e diamantes.

Em 1986, importamos oito mil setecentos e cinqüenta toneladas de madeira (mogno) da Libéria. Em 1987, exportamos produtos minerais, papel, aço, compensados, automóveis e caminhões. Saldo comercial, em 1987, setenta e cinco milhões de dólares a nosso favor.

Benin, antigo Daomé, tem como sistema político o republicano presidencialista, sendo o regime nacionalista de matiz marxista-leninista. Idioma oficial francês. Principais produtos importados: petróleo, açúcar e arroz. Principais exportados: café, algodão e óleo vegetal.

Em 1987, Benin importou do Brasil óleo combustível, gasolina, produtos químicos e máquinas de perfuração de solo. Saldo comercial em 1987, dois e meio milhões de dólares a nosso favor.

Finalmente, a *Guiné Equatorial* possui sistema de governo republicano parlamentarista, não havendo partidos políticos. Apresenta duas características: foi a única colônia espanhola ao Sul do Saara e seu território é dividido em duas partes — uma continental, denominada Rio Muni e outra insular, onde está a capital. O país sobrevive com a ajuda espanhola e francesa. O idioma oficial é o espanhol.

Em 1985, importou um total de trinta e cinco mil dólares do Brasil e nada exportou. Principais produtos importados: maquinária, têxteis e alimentos. Exportados: cacau, madeira e café. Não houve movimento na balança comercial em 1987.

Senegal — Como país de colonização francesa, que procurou imprimir a cultura da metrópole na elite local, educada em universidades da França — vide Léopold Senghor — o Senegal é um dos únicos países, com seus quinze partidos políticos, pluripartidários da África atual.

Nosso relacionamento com o Senegal data de 1911, quando foi criado o consulado em Dakar. Em 1961, instalou-se naquela cidade a nossa primeira Embaixada na África.

As relações bilaterais fortaleceram-se com a ascensão ao poder do presidente Léopold Senghor que, manifestando grande apreço por nosso País, visitou-o em três ocasiões. Em 1983, o então presidente João Figueiredo esteve oficialmente no Senegal.

O governo senegalês criou, em 1974, uma "zona franca" em Dakar, que além de conceder isenção fiscal, inclusive taxas de importação e exportação, garante liberdade de transferência de lucros e capitais. Existem "zonas francas" em outros Estados africanos. O desempenho destas "zonas francas" tem sido inferior às expectativas, face aos problemas de infra-estrutura e mão-de-obra (anexo "A").

Em vista dos acordos culturais e comerciais estabelecidos, bem como a relativamente boa estrutura básica do país, comparada à região, poderemos desenvolver relações comerciais mais amplas, face à carência em derivados de petróleo. Porém, há necessidade de se estabelecer uma importação de produtos senegaleses, como o fosfato e derivados, a fim de se evitar os problemas verificados em 1981, quando foi estabelecido o embargo à importação de produtos brasileiros (exceto os derivados de petróleo) e só levantado em 1985. O Instituto de Pesquisa Tecnológicas de São Paulo desenvolve projeto na área energética para o país.

Exportamos para o Senegal, em 1987, máquinas elétricas, papel e artigos de papelaria. Não houve importação significativa. A Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) forneceu uma aeronave de reconhecimento marítimo EMB-111 à Força Aérea do Senegal. Saldo comercial, em 1987, quatro milhões de dólares a nosso favor.

A atual situação econômica do país é delicada, procurando o governo captar recursos em programas assistenciais internacionais para cobertura dos crônicos "déficits" verificados no orçamento público e no comércio exterior.

Guiné — A política exterior do país, após a independência da França, voltou-se para a União Soviética. Contudo, como a assistência comunista não houvesse atingido o nível esperado, os EUA passaram a investir, primeiramente com ajuda alimentar, e depois no setor de mineração, principal recurso natural do país.

Nossas relações com a Guiné são tênues. Não existe Embaixada em Conacri sendo os interesses efetivados através da representação em Bissau.

Em 1980, o então presidente Sekou Touré, líder carismático, visitou o Brasil.

Porém, a inadimplência do país nos setores econômico e comercial inviabilizou a manutenção de relações estáveis.

Em 1985, exportamos veículos blindados no valor total de quase quatro milhões de dólares. Neste mesmo ano, organizou-se um curso compacto de aperfeiçoamento diplomático. Em 1986, exportamos noventa e nove mil toneladas de derivados de petróleo segundo dados da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAN).

Em 1987, houve fraco intercâmbio comercial com o Brasil exportando caminhões, pneus, moto-bombas e aparelhos elétricos em pequena quantidade. Saldo comercial de três milhões de dólares a nosso favor.

Registre-se que, fruto da mundança, em 1978, de orientação da política exterior guineense, o acordo para a utilização do aeroporto de Conacri, como base para vôos de reconhecimento de aeronaves soviéticas sobre o Atlântico Sul, não foi renovado, após ter vigorado por cinco anos.

Costa do Marfim — Antiga colônia francesa até 1960, Costa do Marfim vem, desde então, observando o regime de partido único. A influência da França é marcante na assistência técnica e no apoio econômico.

O governo estimula o ingresso de outras etnias no país, como sírios-libaneses, gregos e portugueses. Existe, contudo, certa resistência aos naturais dos estados vizinhos (Mali, Burquina Faso e Gana) além de ser politicamente contrário ao regime da Líbia.

Nossa participação se faz na assistência técnica, através da implantação do "Projeto Soja" em cooperação com a Federação Meridional de Cooperativas agropecuárias (PEMECAP), na criação de gado zebu pela firma Andrade Gutierrez e na defesa em foros internacionais de produtos comuns como café e cacau. Há interesse brasileiro na experiência marfiniana quanto à tecnologia industrial do côco e do dendê. Foi formada a BRASILVOIRE, "joint venture" (com 40% capital local), com os marfinianos, para comercializar produtos e serviços brasileiros em outros países africanos interessados.

A VARIG mantém, como conseqüência da Terceira Reunião, em 1983, da Comissão Mista dos dois países uma linha regular Rio-Abidjan com freqüência semanal. O porto é escala a cada bimestre da companhia brasileira Global Transporte Oceânico, tendo substituído o LLoyd Brasileiro há dois anos.

Em 1986, exportamos para Costa do Marfim derivados de petróleo. Em 1987, exportamos pneumáticos, tratores, papel e artigos correlatos, com a balança comercial indicando um saldo de quatorze e meio milhões de dólares a nosso favor.

Gana — Atingiu a independência em 6 de março de 1957, fruto da fusão da colônia britânica da Costa do Ouro e do território sob tutela das Nações Unidas da Togolândia. Idioma oficial inglês.

Mantém acordos com Togo, Benin e Nigéria sobre assuntos alfandegários, de comécio e de imigração, apesar dos problemas políticos com o primeiro por causa da tentativa de golpe em junho de 1983. A aproximação com Washington se deve à mediação americana junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial para ajuda econômica ao país.

Nossas relações com Gana datam de 1960 quando foi criada a Legação em Acra, posteriormente elevada a Embaixada. No campo econômico, o setor mais promissor é o agrícola, face à deficiente produção de alimentos.

Nossa pauta de exportações compreende veículos blindados "Cascavel", auto-peças, penumáticos, tratores, colhedeiras agrícolas e carne bovina, além de derivados de petróleo. Há perspectivas de comercializar o petróleo de Gana através da Petrobrás.

O produto principal da economia ganense é o cacau, seguindo-se o manganês e o diamante.

Em 1987, as exportações brasileiras alcançaram oito milhões seiscentos e setenta e cinco mil dólares. Sem contrapartida.

O governo Rawlings, inicialmente de esquerda, tem-se revelado pragmático e, dessa forma, buscado novas alternativas de comércio com o Ocidente, o que poderá beneficiar o Brasil.

Togo — País que compreende uma estreita faixa de terra, apresenta forte densidade populacional em sua capital, Lomé, distante apenas quinhentos metros da fronteira com Gana.

Antiga colônia francesa, continua sob forte dependência da ex-metrópole, com relações em alguns setores caracterizando um quase-monopólio. O sistema de governo é presidencialista, de partido único. Tem problemas fronteiriços com os vizinhos Gana, no interior e Benin, na região litorânea.

A reunificação do povo eve, separado desde a independência, parte vivendo em Gana, constitui um dos objetivos permanentes da política externa togolesa. Por possuir escassos recursos naturais — sua principal fonte de divisas é o fosfato — procura o governo, através da integração econômica, obter maior aporte de recursos. Assim, tenta revitalizar a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e privilegiar o acesso dos produtos africanos aos mercados da Comunidade Econômica Européia (CEE), no contexto dos acordos de Lomé (Togo faz parte da ACP — África, Caribe, Pacífico — comunidade de países subdesenvolvidos com acesso privilegiado à CEE) (Figura 4).

Nossa prioridade comercial com Togo é baixa. Além do mais, França, Alemanha e Holanda dispõem de favorecimento no mercado togolês, graças aos acordos estabelecidos. Togo tem a seu favor a estabilidade de governo que já perdura há cerca de vinte anos com o General Eyadéma.

Em 1986, exportamos óleo combustível e gasolina. O Exército de Togo possui trinta e seis veículos blindados "Cascavel" brasileiros e a Força Aérea recebeu seis aeronaves EMB-326 "Xavante" fabricadas pela EMBRAER, das quais duas já perdidas em acidente (27:140).

No campo econômico, há espaço para a venda de produtos alimentícios, máquinas, peças e acessórios bem como derivados de petróleo. A deficiência de fontes energéticas próprias tem comprometido o desenvolvimento do setor industrial do país. Em 1987, exportamos um milhão e sessenta e dois mil dólares, sem importação do Togo.

Nigéria — Trata-se de nosso segundo parceiro comercial na África, sendo o mais populoso país do continente com aproximadamente cem milhões de habitantes, a maioria concentrada no Sul. A Nigéria sofre o que Jacques Janvier chamou de "destribalização", ou seja, a vinda das populações do interior para ganhar a vida nas grandes cidades, em especial Lagos (41:43). Por outro lado, é substancial sua influência política na África negra.

Formado por etnias de culturas diversas — sendo as mais importantes a haussa (ao Norte), a ioruba (a Oeste) e a ibo (a Sudeste) — e passado histórico distinto. O país foi colonizado pelos ingleses que, através da administração chamada indireta, isto é, a burocracia da metrópole exercida através dos "chefes" das tribos locais, muito contribuiu para o retardamento da idéia da união nacional. A guerra civil de Biafra (1966-1970) constituiu um exemplo típico.

Após a independência do país em 1960, seguiu-se um período de influência britânica em que o sistema parlamentarista de governo foi adotado. A partir de 1976, o presidencialismo no modelo norte-americano passa a prevalecer. Lagos é sede da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

O Brasil tem muitos pontos comuns com a Nigéria: a adequabilidade de nossa tecnologia de nível médio, nossos laços culturais e étnicos e nossos interesses comerciais complementares (petróleo versus manufaturados). Contudo, desponta a percepção dos nigerianos que estaríamos ocupando o assento imperial (importadores de matérias-primas e exportadores de manufaturados) no comércio bilateral, tendo os contratos de refino com a Petrobrás sentido os efeitos desse sentimento de retração (34:103).

O governo Babangida procura dar ênfase ao setor industrial e ao desenvolvimento tecnológico nas relações de "counter trade" (comércio compensado) em que o petróleo bruto constitui a principal fonte de divisas do país. O Brasil, a França, a Itália e a Áustria são os principais parceiros neste tipo de trocas (5:53).

Há necessidade, assim, de enfrentar a concorrência internacional, melhorando a qualidade de nossos produtos e oferecendo-os a preços competitivos.

Marchamos concretamente nessa direção: além da instalação, em 1976, de agência do Banco do Brasil e do LLoyd (agora ocupada pela Global), a VARIG mantém vôo semanal para Lagos. Numerosas firmas brasileiras como a Hidroservice, a Promon, a Irmãos Nogueira e a Paranapanema desenvolvem atividades em solo nigeriano. A EMBRAER vendeu cinqüenta aeronaves "Tucano" recentemente.

A principal empresa a comercializar com a Nigéria, em 1987, foi a Petrobrás, com importação de duzentos e seis milhões de dólares. Destacam-se também a Rilisa, a Cotia — que inclusive formou uma "joint venture" na área da agropecuária, a Projex West África, que presta serviços com técnicos brasileiros e promove exportação de equipamentos para outros países africanos — O Instituto do Açúcar e do Álcool e a Volkswagen (anexo "D").

Há interesse nigeriano na compra de embarcações para patrulha marítima e no aparelhamento de diques. Recentemente, em abril deste ano, o Secretário-Geral da Marinha nigeriana esteve no Rio de Janeiro a convite da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

Principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a Nigéria: refinados de petróleo, veículos, papel, plásticos, pneus, açúcar refinado e alumínio. A importação se mantém no petróleo bruto. Há necessidade de se apurar a qualidade de nossos derivados de petróleo, principalmente a querosene de aviação, para que possamos retomar nossa posição anterior no mercado nigeriano.[5]

Camarões — Inicialmente colonizada por alemães, a República dos Camarões, após a Primeira Guerra Mundial, foi dividida entre franceses e ingleses, resultando num país bilíngüe.

Camarões, tanto pela diversidade de paisagens, quantidade de grupos étnicos e dualidade religiosa — muçulmana e católica — caracteriza-se como verdadeira síntese da África Subsaárica. Possui muito bons recursos hídricos, sendo quase todo o consumo energético fornecido por hidrelétricas. Adota o sistema presidencialista forte de partido único, experimentando estabilidade desde o início da década dos anos setenta.

Não temos trocas comerciais significativas com esse país, embora seja ele possuidor de uma economia razoavelmente bem administrada, com um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de sete bilhões de dólares e renda per capita de oitocentos dólares. A produção é quase toda baseada no setor primário, destacando-se o petróleo.

Em 1987, exportamos chapas de ferro, perfis de aço e artigos de papelaria num total de quase treze milhões de dólares e importamos borracha, além de pequena quantidade de chumbo, num total de quatrocentos mil dólares, aproximadamente.

Camarões tem interesse em abrir sua economia e busca cooperação técnica alternativa ao modelo francês vigente. Sediamos a única Embaixada camaronesa na América Latina, o que nos propicia excelente posição nos contatos comerciais que já levaram empresas brasileiras, como a Mendes Junior e a Camargo Correa, a operarem no país.

O porto de Douala é escala de nossa linha mercante.

Gabão – Originário de colonização francesa, embora os portugueses já lá se houvessem estabelecido por volta de 1470 – instalando-se na ilha de São Tomé, como foi visto, para dalí melhor explorarem a costa vizinha – o Gabão teve sua capital, Libreville, fundada por negros libertos em ação local da Marinha francesa em 1849. O Gabão conquistou a independência em 17 de agosto de 1960.

O sistema presidencialista é também de partido único, conquanto haja forte anseio popular pelo pluripartidarismo. Mantém o Gabão boas relações com Congo e Angola e identifica-se com o mundo ocidental via forte e complexa ligação com a antiga metrópole que se faz presente, inclusive, na composição de suas Forças Armadas.

Nosso relacionamento com o Gabão, normal em nível de Embaixada, tem-se revelado irregular na parte comercial. Numa série histórica da balança comercial a partir de 1979, houve um valor mais elevado em 1980 – trezentos e dez milhões de dólares –, decresceu para apenas duzentos e vinte mil dólares de exportações brasileiras em 1987, nada tendo sido importado por nós. Atribui-se o fato à concentração do mercado gabonês na Comunidade Econômica Européia (CEE), em especial na França.

Importamos em 1986, duzentas e vinte mil toneladas de petróleo bruto. No período 1981/1986, exportamos veículos blindados fabricados pela ENGESA (dezesseis "Cascavel" e doze "Urutu"), tratores rodoviários, um avião EMB-111 "Bandeirantes" para patrulha marítima, além de quatro aeronaves EMB-110. Consta também têxteis, munições, explosivos e peças de reposição.

Face à necessidade de dinamizar novamente tal intercâmbio, o assunto foi levado às reuniões das Comissões Mistas dos dois países, visando melhor colocação dos produtos brasileiros, em especial, armamentos e veículos pesados. No segundo semestre de 1987, compensando o decréscimo da importação de petróleo da Nigéria, aumentou-se com o Gabão, chegando acerca de dezessete e meio milhões de dólares até abril de 1988. As exportações atingiram, até maio do mesmo ano, quinhentos e trinta e quatro mil dólares. Oportuno assinalar que já existe algum relacionamento na área militar, uma vez que a Academia da Força Aérea Brasileira já formou oficiais aviadores para o Gabão.

Em 1985, o nosso Ministério das Relações Exteriores promoveu um curso compacto de aperfeiçoamento diplomático.

Congo – Alcançou a independência em 15 de agosto de 1960. Antiga região dominada pelos bantos, foi colonizado pela França, fazendo parte da África Equatorial Francesa, junto com o Gabão.

O sistema de governo é o presidencialista, de partido único, orientação comunista. Suas Forças Armadas adotaram o modelo chinês, tendo sido o Exército treinado por oficiais cubanos.

Desde 1979, quando assumiu o governo, o Coronel Sassou Nguesso procura conciliar as pressões dos socialistas pró-soviéticos com a elite pró-ocidental, em especial

França e Estados Unidos. O prestígio internacional de Nguesso contribuiu para sua eleição, em 1986, como presidente da OUA.

O Congo é fiel aliado de Angola, país que auxiliou durante a guerra civil de 1975, e mantém boas relações com Zaire, Gabão e Camarões, todos de ideologia de direita.

A base econômica do país repousa no petróleo, sendo também importantes o café, o cacau e a madeira. Após um período de estagnação, a economia do Congo se recuperou, contando com o auxílio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nossas relações com o Congo datam de 1980, quando os dois países estabeleceram Embaixadas cumulativas (a nossa em Kinshasa, no Zaire). Neste mesmo ano, o Embaixador do Congo na ONU realizou visita ao Brasil em busca de dados para cooperação na área de formação profissional, agroindústria, pecuária e saúde. Embora anunciada a decisão de abrir uma Embaixada em Brasília, tal fato ainda não se concretizou. Em 1982, o presidente Nguesso esteve no Brasil.

Em 1987, o Brasil exportou para o Congo um total de um e meio milhão de dólares e importou cento e setenta mil dólares.

A empresa Andrade Gutierrez conclui obra rodoviária na região nordeste do país, envolvendo cerca de dois mil trabalhadores dos quais quinhentos brasileiros.

Zaire — Constitui outro exemplo, como a Nigéria, de um país cujas fronteiras geográficas não respeitam os limites a que estão circunscritos cerca de duzentos grupos étnicos habitantes da região.

Colonizado a partir de 1885 pela Bélgica, como resultado da Conferência de Berlim, com a denominação de Congo Belga, alcançou a independência em 1960. É o terceiro país em extensão territorial no continente e o segundo na África Subsaárica, após o Sudão. Distingue-se por sua posição central e pelo número de países com que faz fronteira. O idioma oficial é o francês.

Desde a independência, o Zaire debate-se com problemas internos graves como a guerra de secessão da província de Catanga (atual Shaba) entre 1960 e 1963. Oficiais da nossa Força Aérea integraram a força internacional de emergência da ONU que atuou na região, a pedido do governo central.

Na realidade, o modelo de governo imposto pelos belgas não se mostrou compatível com a realidade cultural e as tradições tribais.

País rico em recursos minerais, ainda não completamente avaliados, solo favorável à agricultura, além da existência de abundantes recursos hídricos, revelando apreciável potencial energético, o Zaire, contudo, dispõe de reduzido quadro técnico e administrativo. A mineração do cobre e do cobalto constituem sustentáculos da economia local.

O governo demonstra vontade de abrir sua economia, buscando novas opções fora da ex-metrópole e dos países industrializados. Em 1985, o Brasil teve no Zaire seu segundo parceiro africano, lugar hoje ocupado pela Nigéria.

As áreas mais favoráveis para o intercâmbio são a pesquisa agrícola, a conservação de solos e a formação de mão-de-obra técnica. Na área industrial, a implementação de projetos utilizando "joint ventures" e no setor de mineração, a cooperação na exploração de ouro — acordo já firmado com a empresa Andrade Gutierrez em Kilo-Moto — de ferro, *de bauxita e de diamantes.*

O presidente Mobuto realizou visita oficial ao Brasil, ano passado, ocasião em que foi acordado amplo programa de cooperação entre os dois países.

A balança comercial em 1987 indicou o valor de quase cinqüenta e nove milhões de dólares em exportações do Brasil e apenas cinco milhões de dólares em importações. O

saldo sempre foi favorável ao nosso país, tendo atingido o valor mais elevado em 1985 com cento e cinqüenta e quatro milhões de dólares.

Atualmente exportamos derivados de petróleo, produtos químicos, maquinárias, equipamentos de transporte e alimentos. O cobre é o produto principal na pauta de importados.

Finalmente examinemos os países do Oeste africano de língua portuguesa: Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Angola — Indubitavelmente, o de maior peso político para o Brasil, não só pela extensão territorial, mas também, como já vimos, pelos laços históricos que nos unem. Constitui, atualmente, nosso primeiro parceiro comercial na África.

Angola, depois de ter sua independência em 11 de novembro de 1975, conquistada às custas de longa luta, continua tendo guerrilhas em seu território.

Possui três facções em disputa e tem o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no poder; o presidente José Eduardo dos Santos assumiu o governo, após a morte do líder Agostinho Neto. É auxiliado por soviéticos e cubanos.

Na região sudeste do país encontra-se a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA) chefiada por Jonas Savimbi, recebendo apoio da África do Sul (Figura 5).

Ao Norte, próximo ao enclave de Cabinda, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), contando com a simpatia do vizinho Zaire e sob a direção de Holden Roberto que, tendo se ausentado da região, praticamente esvasiou o movimento após 1976.

As duas facções fora do governo, de bases essencialmente tribais, os ovimbundus na UNITA e os bacongos na FNLA, são apoiadas pelos Estados Unidos, China e Zâmbia. Há ainda a Organização do Povo do Sudoeste da África (SWAPO) que ocupa a região sudoeste do país. A Organização é apoiada por Angola e faz repetidas incursões em território namibiano, sendo a região do rio Cunene (represa de Calueque) alvo de freqüentes combates. A SWAPO luta pela obtenção da independência da Namíbia, controlada pela África do Sul, que não reconhece a Organização como legítima representante do povo namibiano.

Tal situação tem evoluído, após sucessivas reuniões internacionais entre representantes dos EUA, Angola, África do Sul e Cuba. Atualmente numa Força de Paz da ONU, sob a chefia de um oficial-general brasileiro, supervisiona a retirada das tropas cubanas de Angola. Recentemente, foi assinado um acordo de Paz entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Sarimbi da UNITA.

O Brasil mantém relações diplomáticas normais com o governo de Luanda, enquanto os Estados Unidos, adotam o chamado "engajamento construtivo" imaginado pelo governo Reagan, isto é, a pressão amigável atrás dos bastidores, não tendo representação em Luanda, tal como a China.

Nosso país certamente tardou em se definir pelos movimentos em prol da independência das antigas colônias lusas. Permaneceu alinhado a Portugal quando já era praticamente irreversível a situação nas províncias ultramarinas. Isso nos custou certa desconfiança e desgaste internacional, perceptíveis por ocasião da questão de Itaipú, quando a maior parte dos estados africanos, já indepente, apoiou o lado argentino.

Contudo, já por ocasião da guerra civil angolana, chamada também Segunda Guerra de Independência (1974-1975), o Brasil já mantinha missão especial junto ao governo

quadripartite (Portugal, MPLA, UNITA e FNLA), surgido das resoluções do Acordo de Alvor.

Angola, como grande parte dos países da África Subsaárica, revela alta percentagem da população fora da economia de mercado, fruto do baixo nível de renda. Contudo, seria *ilusório imaginar não se constituir interessante parceiro comercial para o Brasil.*

É grande a deficiência no setor agropecuário, fortemente abalado após a independência, onde nosso esforço exportador, tanto técnico quanto material, tem espaço disponível. Como exemplo, a Companhia Brasileira de Alimentos (DISCO) recentemente assumiu o controle da rede de distribuição Francas em Luanda e pretende acrescentar sedes em Cabinda, Lubango e Lobito, além de outra em Luanda.

Angola já foi o segundo produtor de café na África. A produção de diamantes também caiu após a independência e a mineração de ferro, principalmente em Cassinga, encontra-se paralisada por se encontrar na área de conflito com a UNITA.

Por outro lado, a diferença ideológica com o mundo ocidental parece artificial. O programa marcadamente socialista de governo não é hostil à organização econômica e social das democracias ocidentais. Antes, parece um tipo de ideologia posta para fazer face ao divisionismo latente do meio tribal (o socialismo africano).

Veja-se, por exemplo, a situação da Cabinda Gulf Oil norte-americana, que explora petróleo no enclave de Cabinda sob proteção militar cubana, face ao retorno financeiro do investimento para Angola, onde a estatal SONANGOL detém cinqüenta e um por cento das ações.

A verdade é que a ajuda econômica soviética foi diminuta, tratando-se de uma *superpotência, conquanto tenha havido assistência militar considerável. É perceptível que* os soviéticos foram úteis para assegurar o movimento de independência do país (como de resto em outras regiões da África), porém não concedem recursos suficientes, nem "know how" adequado, não constituindo mercado fornecedor ou absorvedor satisfatório ao país.

Angola e os demais países de linha socialista na África não integram a Comunidade Econômica Socialista, o COMECOM.

Em 1980, o então chanceler Saraiva Guerreiro esteve em Luanda, visita retribuída em 1982 pelo ministro das Relações Exteriores de Angola, Paulo Jorge.

Em 1981, é assinado um "Protocolo de Acordo no Domínio dos Hidrocarburetos" que permitiu a expansão das exportações do petróleo angolano para o Brasil. Atualmente, a Braspetro explora duas áreas na plataforma continental angolana ao norte de Luanda em associação com a SONANGOL. É inaugurada, no mesmo ano, a linha da VARIG Rio-Luanda de freqüência semanal, em associação com a empresa aérea angolana TAAG. As importações brasileiras alcançam duzentos e cinco milhões de dólares.

Em 1983, novos esquemas de Intercâmbio: Ministério das Comunicações do Brasil, Ericson e Enatel angolana na área de telecomunicações.

Em 1984, é celebrado o contrato para construção da barragem hidrelétrica de Capanda (capacidade de quinhentos e vinte megawatts) com a firma brasileira Norberto Odebrecht e uma sócia soviética, sendo a parcela brasileira de seiscentos milhões de dólares parcialmente paga em petróleo. As obras estão em andamento na província de Malanje, a cerca de quatrocentos quilômetros de Luanda.

Em 1985, o intercâmbio alcança duzentos e setenta e seis milhões de dólares, cerca de duas vezes e meia as trocas com Portugal.

Em 1986, importamos cerca de setecentas e três mil toneladas de óleo bruto.

Exportamos produtos químicos, veículos automotores e gasolina, com a balança comercial equilibrada.

Em 1987, as exportações brasileiras excederam as importações em cerca de cento e oito milhões de dólares.

A partir de janeiro deste ano, os novos programas angolanos forçaram o país a solicitar filiação ao FMI e o Banco Mundial. Para tal, Angola encontrou o apoio do Brasil e da Europa Ocidental e a objeção americana em virtude da permanência de tropas cubanas em seu território.

Há interesses na pesca, praticada principalmente na região de Benguela, Porto Alexandre e Namibe e explorada pelos soviéticos, após a retirada da frota pesqueira européia. O Brasil está em negociações para a venda de navio-patrulha de duzentas toneladas, a ser construído em estaleiro nacional.

A Força Aérea possui duas aeronaves EMB-111 "Bandeirante" para reconhecimento marítimo.

A ENGESA atualmente está envolvida na repotencialização de caminhões, de origem soviética, das Forças Armadas angolanas.

Guiné-Bissau e *Cabo Verde* — Nestes países surgiu, em 1956, o primeiro partido nacionalista das colônias portuguesas na África: o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAICG), fundado por Amilcar Cabral. A luta armada inicia-se em 1963 e a independência é conseguida em 10 de setembro de 1973, na Guiné e em 5 de julho de 1975 em Cabo Verde.

A Guiné-Bissau, a mais atrasada das colônias portuguesas, foi, entretanto, a primeira a emancipar-se. Como na maioria dos outros países, existia uma sociedade tribal que a colonização portuguesa não conseguiu absorver.

Em Cabo Verde não ocorreu guerra, o território exíguo não permitia. O processo era, porém, inevitável já que a classe média habitante na Guiné era caboverdeana e o partido político comum.

Na Guiné, após a independência, a rivalidade entre o segmento caboverdeano da sociedade e a população essencialmente africana acabou levando a um golpe de estado em 1980 que pôs fim à liderança daquele segmento.

Cabo Verde, sob o governo de Aristides Pereira, elege uma política pragmática. Tal fato se explica pela escassez de recursos naturais do arquipélago que exigia a busca da cooperação e do intercâmbio. A maior parte da receita do país provém de residentes no exterior. Além disso, o não alinhamento era recomendável face à sua posição estratégica no Atlântico Sul, motivo de pressão das superpotências com o intuito de franquear os portos ou instalar bases aéreas.

O fato é que Cabo Verde, na atual década, constitui o país da comunidade luso-africana a apresentar maiores sinais de estabilidade até porque, não havendo luta, a independência não implicou na saída da comunidade portuguesa.

Na Guiné-Bissau, ao contrário, o período pós-independência foi marcado por projetos superdimensionados em desacordo com a pequena economia local. Vê-se, aqui também, aplicada a retórica socializante que não se traduzia em medidas práticas, uma vez que a política exterior se manteve centrista. Estabeleceram-se relações com o mundo socialista, que prestou assistência durante a luta pela independência, com fornecimento de equipamento militar.

Com o tempo, os Estados Unidos passaram a exercer influência crescente graças à assistência fornecida. Existe também a investida francesa com o propósito de atrair

Bissau, no contexto da política neo-imperialista, facilitada pela vizinhança da ex-colônia, o Senegal.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas inicialmente com Guiné-Bissau, em 1974, antes mesmo do reconhecimento por Portugal. A representação a nível de Embaixada, era *cumulativa com Cabo Verde. Em junho de 1980, o então presidente* de Bissau, Luis Cabral, visita o Brasil. Em 1983, era instalada nossa missão diplomática em Cabo Verde, desvinculada de Bissau.

O então presidente João Figueiredo visitou Guiné-Bissau em 1983 e o presidente João Bernardo Vieira retribuiu a visita no ano seguinte.

O nosso intercâmbio com os dois países é de proporções modestas, dadas às dimensões de suas economias. Em Bissau, a firma brasileira Hidroservice concluiu um projeto de,eletrificação rural e outro de formação de pessoal e gestão de serviços de saúde. O principal recurso natural do país é a bauxita. Com Cabo Verde, a partir de 1982, houve incremento; a Siemens reequipa o sistema de telecomunicações do país, com financiamento da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e de entidades estrangeiras e a Petrobrás refina no Brasil o petróleo para Cabo Verde, fornecido por Angola.

Em 1986, o presidente José Sarney visitou Cabo Verde. Posteriormente, houve interesse em adquirir embarcações de patrulha marítima, estando no financiamento da operação o principal entrave para as negociações.

A balança comercial em 1987 revela saldo de trezentos e quarenta e oito mil dólares favoráveis ao Brasil com Guiné-Bissau e cerca de dois e meio milhões de dólares com Cabo *Verde.*

O Instituto Rio Branco tem auxiliado os dois países na formação de funcionários para o serviço exterior e a VARIG recentemente iniciou vôos diretos para Cabo Verde.

São Tomé e Príncipe — O país alcançou a independência de Portugal em 12 de julho de 1975 e no mesmo ano o Brasil estabelecia relações diplomáticas.

O passado de São Tomée Príncipe é muito semelhante ao de Cabo Verde. Tratava-se de entreposto de escravos procedentes do continente. A população nativa não possuia antecedentes tribais e a comunidade mestiça resultante provém do relacionamento dessa população com os escravos.

Ao final do regime colonial, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) tentou adotar uma economia estatizante, de molde socialista, mais acentuado que o do PAICG.

A experiência não logrou êxito. As "roças" (fazendas) de cacau, principal suporte econômico do país, começaram a decair, face à precariedade da mão-de-obra e à falta de insumos apropriados. Os resultados só não foram piores graças à fertilidade natural dos solos das ilhas, permitindo uma lavoura de subsistência, aliada à ausência de rivalidades tribais e à reduzida população.

São Tomé, na década dos anos setenta e início dos anos oitenta, seguiu uma política externa semelhante à que era praticada em Angola.

Porém, em 1985, o líder Manuel Silvino da Luz deu início a uma linha mais pragmática de governo perseverando, contudo, na política do não-alinhamento.

A firma Hidroservice atualmente encontra-se desenvolvendo o projeto e a fiscalização da ampliação do aeroporto da ilha de São Tomé.

CAPÍTULO 2

A INFLUÊNCIA MILITAR BRASILEIRA NA ÁFRICA OCIDENTAL

A importância da Cooperação Militar com os países da África Ocidental — A marcante deficiência econômica, educacional, sanitária, tecnológica e de segurança dos países do Oeste africano, como de resto de quase todo o continente, aponta para a criação de instrumentos positivos de intercâmbio como meio eficaz para enfrentar o quadro desfavorável.

Contudo, a implementação de tal intercâmbio, embora tecnicamente acertada, não é medida fácil de ser posta em prática. Avultam dificuldades básicas quais sejam: a fraca capacidade da economia local, o desnível econômico em relação ao Brasil e a opção preferencial pelas antigas metrópoles.

Há que ser usada a imaginação criativa e utilizados financiamentos externos, quando exeqüíveis, como meios auxiliares de fixação de nossos interesses no continente africano. Evidentemente, há países em que o intercâmbio e a cooperação se farão de maneira mais imediata como a Nigéria, Costa do Marfim e, em menor grau, Angola. Como exemplo, temos Babangida, da Nigéria, pretendendo instalar no país um complexo industrial-militar do tipo brasileiro. O início do programa se daria com a operação da siderúrgica de Ajaokuta (vide nossa Volta Redonda).

Nalguns países, aí destacados os demais antigos domínios lusos, pela identidade natural, o esforço brasileiro se faria em atendimento às suas modestas demandas econômicas e sociais. O apoio militar, evidentemente, só poderia ser prestado ocorrendo o caso de solicitação específica e muito clara. Tal é o caso de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (19:467). Noutros, a influência do neocolonialismo é predominante e a possibilidade de uma cooperação militar efetiva seria bem mais difícil de ser implementada. Seria o caso do Senegal e do Gabão. Contudo, com relação a este último, a quantidade de material militar de procedência brasileira já vendida nos proporciona referência e alguma tradição no meio militar gabonês.

A implementação da cooperação militar brasileira poderia ter êxito, tendo em vista utilizarmos tecnologia de nível médio, mais sintonizada com a realidade africana. Interessaria ao nosso País manter laços estreitos de cooperação que poderiam ser traduzidos em assistência técnica-militar, inicialmente, mas não de maneira excludente, com os lusófonos como "ponte" no continente africano. Para tal, valeriam as visitas técnicas e administrativas de alto nível que poderiam ser patrocinadas por órgãos militares nacionais, além de cursos (pára-quedismo, aviação, etc) realizados aqui ou no país interessado.

Serve como exemplo a visita feita em maio de 1988 pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) ao Senegal enfocando o setor de mobilização e logística.[6]

Poder-se-ia pensar em ativar adidâncias militares nos países mais significativos como Nigéria, Angola, Zaire e Costa do Marfim. A esse respeito, a Adidância Naval na Nigéria já tem cogitada sua implementação há algum tempo.

Assim, não pode ser desprezada a importância para o Brasil em ter na costa atlântica africana países que lhe sejam politicamente favoráveis. Pela via da cooperação militar poder-se-ia assistir um gradual decréscimo da influência soviética em nações-chave como Angola.

Não resta dúvida que seria um envolvimento complexo e diplomaticamente trabalhoso. Há o problema namibiano à espera de solução da pendência com a África do Sul,

refletindo-se na presença da SWAPO em território angolano. Há, ainda, a facção UNITA adversária do governo em Luanda, uma das condicionantes da permanência de tropas cubanas no país.

Enfim, seria, sem dúvida, significativo o respaldo político que o Brasil poderia obter em foros internacionais, fruto de uma hábil participação, sem intromissão, no desenvolvimento militar dos novos países do Oeste africano — utilizando, inclusive, nossos fabricantes tradicionais no setor (como ENGESA, BERNARDINI, EMBRAER, AVIBRÁS, etc) — além de representar retorno econômico evidente para nosso País.

Contribuições do Poder Marítimo brasileiro para o desenvolvimento das relações — Pode-se afirmar, sem exagero, constituir o Poder Marítimo fator essencial ao desenvolvimento das relações entre o Brasil e a África Atlântica.

Com efeito, as trocas comerciais entre nosso País e aquele continente são viabilizadas preponderantemente por mar e essa situação não se modificou ao longo de quatro séculos de relacionamento. É evidente que a intensidade do intercâmbio pode e deve ser aumentada.

No contexto dos interesses em jogo no Atlântico Sul, inferem-se dois grandes objetivos estratégicos que exigem contribuição do Poder Naval: a manutenção das linhas de comunicações marítimas e a preservação da paz e da estabilidade regionais (47:9).

Decorrente de tais objetivos, parece ter importância relevante o estreitamento das relações com os países africanos, visando a consolidação dos laços histórico-culturais como comunidade do mesmo hemisfério.

Com esse enfoque, vem a Marinha do Brasil, desde há algum tempo, realizando visitas regulares a portos da África Ocidental. Dakar, Monróvia, Abdijan, Lagos, Douala, Libreville, Point Noire, São Tomé e Príncipe são portos visitados por nossas Fragatas (escoteiras ou em Grupo-Tarefa), Corvetas e Navio-Escola.

As operações "ÁFRICA" da Esquadra e as viagens de adestramento dos navios dos 2º e 3º Distritos Navais são aproveitadas, algumas vezes, para a realização de exercícios conjuntos com os africanos. Essas movimentações são realizadas no primeiro e no segundo semestre de cada ano, respectivamente.[7]

A Marinha Mercante opera duas linhas regulares para a costa ocidental da África; uma diretamente a Lagos, de freqüência mensal e outra, a cada bimestre, escalando em Dakar, Conacri, Abdijan, Tema, Douala, Libreville, Matadi e Luanda. Essas linhas são operadas por quatro companhias de navegação: Global Transporte Oceânico (brasileira), Nigeria America Line, Nigerbrás Shipping Line (a maior delas, no momento) e Nigerian South America Line.[8]

Segundo informações colhidas na Global, que substitui o Lloyd Brasileiro desde 1986, o principal problema tem sido a falta de carga a transportar nas viagens de retorno.

Nossa indústria militar-naval tem potencial e perspectivas para exportar navios de guerra de médio porte, conquanto não possua, ainda, tradição no mercado externo. Como exemplo, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) espera concluir as negociações para venda de navios e lanchas-patrulha para Nigéria, Angola e Cabo Verde (9:19).

O aparelhamento de diques secos na Base Naval de Wilmot Point, em Lagos e o sistema de vigilância costeira, em Angola utilizando equipamento nacional, experiência técnica do nosso Arsenal de Marinha e firmas do setor, como a ENGEXCO, a ESCA e a Norberto Odebrecht, representarão, por certo, vínculo técnico-industrial duradouro com os países contratantes, como se espera sejam Nigéria e Angola.

Por outro lado, a possibilidade de reparo de unidades navais e mercantes africanas em nossos centros no Rio de Janeiro, Aratu, Natal e até Belém, abrem novas perspectivas.

Nossa tecnologia, tida como das mais avançadas do mundo, na prospecção, exploração e explotação de petróleo em terra ou no mar, já se faz presente em duas áreas do litoral Norte de Angola (Figura 6).

Por fim, a experiência dos cursos patrocinados pelos nossos Centros de Instrução (CIABA e CIAGA) visando a formação de quadros para a Marinha Mercante, na delimitação das áreas definidas na III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, no levantamento hidrográfico, na confecção de cartas e na sinalização náutica poderão ser de extrema utilidade. O setor de socorro e salvamento marítimos, dragagem e mergulho têm, também, potencial de aplicação nas costas africanas.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e suas conseqüências — O Atlântico Sul, via natural das linhas de comunicações marítimas de interesse do mundo ocidental, abarca em suas margens oriental e ocidental civilizações integrantes do Terceiro Mundo (anexo "G").

Sob o ponto de vista geopolítico e econômico, verifica-se a distribuição em seu litoral de povos que, cada vez mais intensamente, efetuam trocas comerciais de interesse de suas economias, em alguns aspectos complementares. O aquecimento desse intercâmbio é fruto de gestões políticas no sentido de aprimorar o diálogo Sul-Sul entre os países do hemisfério. Tal diálogo resulta, em parte, de certa frustração advinda dos resultados pouco expressivos dos entendimentos com os desenvolvidos.

Por outro lado, os países industrializados do mundo ocidental têm interesse na manutenção do tráfego marítimo que, ligando o Índio ao Atlântico Norte, desempenha importante papel em suas economias.

No cenário acima exposto surgiu, há algum tempo, um novo ator: o mundo comunista — especialmente a URSS. Com propósitos basicamente negativos, pois antes de procurar implementar interesses comerciais próprios, objetiva embaraçar os dos ocidentais.

O crescente interesse pela Antártida pode acrescentar um elemento complicador na região, além da disputa entre britânicos e argentinos pelas Malvinas.

Constata-se, assim, na cena sul-atlântica a presença de quatro grandes centros de interesse em disputa econômica e ideológica.

Para os países em desenvolvimento, como o Brasil, importa a estabilidade da região — aí incluídos o caso da Namíbia e o problema do "apartheid" sul-africano — para que se criem condições favoráveis ao crescimento econômico da comunidade. Para a outra superpotência, os EUA, interessa ver a região livre de mecanismos que tolham seu livre trânsito.[9]

As propostas surgidas para a criação de um Pacto do Atlântico Sul — incluindo pelo menos África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai — à semelhança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não contaram com a concordância do Brasil. Em

primeiro lugar, face ao reduzido poder dissuasório do grupo; em segundo lugar, pelos reflexos negativos que adviriam para nossa política com a África negra uma associação com o regime de Pretória.

No lado sul-africano, despontava o interesse em diminuir o isolamento causado pela política do "apartheid", ao tempo em que lhe conferiria a posição de guardiã anticomunista das rotas marítimas junto ao Cabo (19:466).

A atual concepção de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul surgiu, pela primeira vez, em 1977 quando da visita ao Brasil do Ministro da Educação de Cabo Verde. Foi reforçada em 1979, por um parceiro importante, quando aqui esteve o Chefe do Estado-Maior do Comando Militar Supremo da República da Nigéria.

A partir de então, passou a constar de diversos comunicados conjuntos com países africanos como Angola, Gabão, Guiné-Bissau, Senegal e Guiné. Após a guerra das Malvinas, a Argentina — que anteriormente era favorável ao Pacto mencionado — passa a apoiar a posição brasileira, o mesmo acontecendo com o Uruguai.

Finalmente, o Brasil teve seu projeto aprovado pela Resolução 41/11-1986 da Assembléia-Geral da ONU, novamente submetida em 13 de novembro de 1987, com 122 votos a favor, oito abstenções e um voto contra, o dos EUA.

A intenção da iniciativa é a de manter o Atlântico Sul "a salvo de tensões derivadas de interesses alheios às nações em desenvolvimento e a assegurar que sirva sempre à cooperação partícipe e à solidariedade crescente entre os povos da região".[10]

Por tal motivo, não interessaria ao Brasil ver o limite meridional da área de atuação da OTAN estendido a latitudes mais ao sul do trópico de Câncer, como alguns exercícios conjuntos da Organização parecem insinuar.

No intuito de implementar a cooperação sul-atlântica, deverá o Brasil acordar medidas bilaterais na área técnica, como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia — preocupação da Nigéria —, assistência na explotação de petróleo, conforme acordos com Gana, Guiné e Angola, formação profissional e estímulo à agroindústria e à pesca. Neste último setor, a União Soviética vem ocupando o espaço deixado pelas antigas metrópoles, como ocorre em Angola.

Na área multilateral, prosseguir nos esforços conjuntos com os africanos nos foros internacionais buscando, entre outros, a defesa dos produtos primários comuns, como o café e o cacau.

Identificam-se como dificuldades para a implementação da Zona de Paz, no campo político, o choque de interesses entre as superpotências na região e, no campo econômico, a disputa com as ex-metrópoles pelo mercado africano. As abstenções francesa, belga, alemã, portuguesa e italiana, além de outras de países industrializados como o Japão, ao projeto brasileiro, são indicadores daquelas dificuldades.

De qualquer forma, a iniciativa servirá como instrumento de pressão contra a nuclearização da região, complementando os propósitos do Tratado de Tlatelolco e a Declaração da OUA sobre desnuclearização.

Como a Resolução foi recentemente aprovada por expressiva maioria, espera-se que as objeções aos seus propósitos sejam atenuadas no decorrer do tempo.

Repercussões das relações Brasil-África Ocidental para a Marinha do Brasil sob os aspectos estratégicos, operativos e logísticos — A intensificação das relações Brasil-África Ocidental poderá representar para a Marinha a possibilidade, sob o aspecto estratégico, de envolvimento naval brasileiro em áreas marítimas muito além daquelas previstas em suas

atribuições normais (vide Saliente Africano e Golfo da Guiné, além do Cabo da Boa Esperança). Tal envolvimento será influenciado, é claro, pela atitude das ex-metrópoles e, mais especialmente, pelos interesses em jogo por parte das superpotências. Precisaremos estar capacitados a acompanhar e interpretar o pensamento naval dominante nas novas nações africanas, a fim de participarmos de sua evolução, quer em instrução teórica, quer em exercícios conjuntos.

O relacionamento com as autoridades navais dos países envolvidos constituirá oportunidade de influir na mentalidade marítima regional. Aí valem, principalmente para as nações de língua portuguesa, os laços étnicos, históricos e culturais que nos unem, como verificamos no início deste trabalho.

A possibilidade do emprego de navios projetados e construídos no Brasil, bem como seu complexo de apoio em terra, representa um importante fator de presença brasileira na doutrina das incipientes Marinhas africanas. Face à provável intensificação do intercâmbio comercial, o tráfego marítimo Brasil-África deverá apresentar maior relevância (Figura 7).

Sob o aspecto operativo, deveremos estar preparados para a edição e disseminação de manuais e instruções técnicas de emprego dos equipamentos por nós fabricados e a serem operados pelos africanos. Daqueles países dotados de maior potencial para desenvolverem uma Marinha operativa estão a Nigéria — a melhor da região, excluída a África do Sul — e Angola.

Outro aspecto importante é o da familiarização com o litoral africano, suas ilhas e arquipélagos como Annobón, Macias Nguema (ex-Fernando Pó), São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Constituirá para nossos Oficiais relevante adestramento, o reconhecimento "in loco" do acesso (e minagem) aos portos, suas facilidades e limitações.

O melhor conhecimento do Golfo da Guiné, importante por ser comum a oito países da África Atlântica; o levantamento, mesmo superficial, dos estuários dos rios mais notáveis como o delta do Niger, na Nigéria, o Congo, na fronteira entre Angola e Zaire (acesso ao porto de Matadi) e o Cuanza, ao sul de Luanda em Angola; a localização das plataformas de explotação de petróleo no mar, principalmente aquelas operadas pela Braspetro, têm relevância no processo de familiarização mencionado.

Faixas de freqüência para comunicação em emergência, bem como para aproximação dos portos, locais favoráveis ao fundeio e ao recebimento de práticos deverão estar disponíveis para pronto emprego por nossas Forças-Tarefas ou navios escoteiros.

Sob o aspecto logístico, a Marinha deverá estar preparada para cumprir derrotas mais extensas, para isso necessitando de Apoio Logístico Móvel redimensionado, com navios-tanque mais modernos e de maior capacidade, bem como manter atualizado o levantamento do apoio na costa africana (Dakar atualmente talvez seja o melhor). Vale lembrar que as ilhas oceânicas no Atlântico Sul estão sob soberania britânica (Ascenção, Santa Helena e Tristão da Cunha), sem falar nas Malvinas e Georgia do Sul.

O racional aproveitamento das correntes marinhas e dos regimes de ventos predominantes nas diversas estações do ano são fatores importantes na seleção das derrotas mais econômicas, tanto transatlânticas quanto costeiras.

Possíveis conseqüências para o Ocidente, de um relacionamento intenso entre o Brasil e os novos países do Oeste africano — A atual estratégia de desenvolvimento do Terceiro Mundo tem como um dos objetivos o reforço dos laços econômicos entre os países que o integram.

Reflexo das relações de força existentes entre o Norte e o Sul, o centro de gravidade do poder mundial decididamente pende para o hemisfério Norte.

O novo relacionamento político e econômico Brasil-África é conseqüência do *quadro exposto. Tal entendimento, contudo, não significa uma nova partilha de mercado* capaz de provocar uma ruptura no modelo atual.[11]

A questão da deterioração contínua dos termos de troca que tradicionalmente reserva aos países em desenvolvimento o papel de fornecedores de matéria-prima, a preços regulados pelos desenvolvidos, e de consumidores de produtos industrializados, a custos fora de seu controle, é um exemplo desse modelo.

Aquele relacionamento antes contribuirá para melhorar a situação econômica dos estados ditos periféricos e, com isso, ensejar-lhes novos argumentos de pressão nas negociações Norte-Sul.

Todavia, os países do Terceiro Mundo e aí, evidentemente, incluem-se o Brasil e os estados da África Atlântica, não dominam perfeitamente o modelo periférico do qual são atores. Suas economias lutam pela complementaridade, seus governos estão envolvidos em problemas sociais e políticos permanentes e graves, e suas Forças Armadas, ainda mal estruturadas, filiam-se ponderavelmente na tecnologia alienígena.

Acresce ao fato, a constatação de que Brasil e África Ocidental dependem muito mais de seus respectivos relacionamentos com os EUA e a Europa do que entre sí. Isso significa que uma ruptura no comércio com os mercados do Norte, provavelmente afetaria mais profundamente a economia brasileira e africana do que a daqueles países, detentores que são das rédeas do sistema financeiro internacional.

Além disso, aos países desenvolvidos não interessaria uma intensificação nas trocas periféricas, por favorecerem a emergência de novos concorrentes e por desviar para o Sul, parte do fluxo comercial que lhes era, até então, garantido.

As pressões já se fazem sentir contra uma presença mais atuante do Brasil no mundo africano e elas partem, principalmente, do esforço neo-colonialista das antigas metrópoles, em especial França e Grã Bretanha. Porém, como ocorre no resto do mundo, a disputa também se faz com outros países ricos, como EUA, Japão e Canadá.

Contudo, um relacionamento aquecido entre nosso País e o Oeste africano, principalmente com os de língua comum, superadas ou melhor, abrandadas, as dificuldades mencionadas, poderia contribuir para afastar da cena sul-atlântica interesses a ela estranhos, como os da União Soviética e China, e levar a comunidade à uma participação mais ativa e mais solidária em foros internacionais, como instrumentos de uma ação política *coordenada, em prol da região, afinal de vocação indubidavelmente ocidental.*

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO

País destituído de pretensões hegemônicas, com fronteiras bem definidas e de povo de índole pacífica, ao Brasil interessa a manutenção de uma conjuntura internacional estável e desprovida de tensões, principalmente nas áreas de sua influência geopolítica. Tal situação lhe asseguraria condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social e à segurança de seus interesses.

Neste contexto, os países do Oeste africano constituem a nossa fronteira leste, com o Atlântico Sul representando o espaço econômico, prolongamento natural e complementar das atividades sócio-econômicas da comunidade brasileira.

Por outro lado, a reaproximação com a África não significa sacrifício do nosso

relacionamento com o mundo ocidental e as demais regiões do globo; ao contrário, essa iniciativa visa a complementação da política de universalidade desejada. Até porque, como vimos, houve um retraimento nas nossas relações com os africanos desde a segunda metade do século XIX até meados da década passada.

Assim, a identidade de interesses a defender em foros internacionais, o comércio, a prestação de serviços, o investimento econômico, os programas de assistência educacional, técnica, sanitária e, até mesmo militar, são temas freqüentes no complexo de nossa participação africana.

O relacionamento atual no campo econômico tem revelado duas características principais: a alta taxa de crescimento no início dos anos setenta e, devido à *descontinuidade,* assiste-se hoje a uma mais *baixa representatividade.*

Quanto à baixa representatividade, bastaria citar que o nosso maior parceiro, a Nigéria, situa-se apenas no décimo-sétimo lugar entre os países de destino de nossas exportações, contribuindo com cerca de um por cento do total relativo a 1986. Quanto às importações o quadro é semelhante. O bloco africano, em conjunto, ocupou o sétimo lugar em nossa balança comercial de 1987 (anexo "B").

Quanto à descontinuidade de comércio, pode-se afirmar existir uma parceria não consolidada. Os países africanos sobem e descem de colocação a cada ano nas relações comparativas, tanto positiva quanto negativamente, revelando instabilidade comercial cuja principal justificativa parece ser a escassa liquidez.

Enquanto os africanos necessitam de bens de consumo, capital e tecnologia, sua oferta disponível, fora o petróleo, é comumente a mesma do Brasil: cacau, café e outros produtos tropicais. Abrem-se, assim, perspectivas para a articulação do comércio triangular com terceiros países, complementando os fluxos com a ajuda brasileira na comercialização de produtos primários tradicionais, nos quais a presença e a experiência na comercialização podem contribuir para o acesso dos exportadores africanos ao mercado mundial, fora das antigas metrópoles.

Nigéria, Angola, Gabão e Congo se enquadram na situação mencionada por serem os principais produtores de petróleo do Oeste africano (anexo "E"). O Gabão, mercado bastante impermeável, com características de quase monopólio com a França é um caso típico: nossas importações que se mantinham em torno dos vinte milhões de dólares desde 1984 (em 1983 foi de quase quarenta milhões), caiu para zero em 1987, face ao saldo cronicamente negativo para o Brasil na balança comercial. Há perspectivas de melhorarem as relações em 1988.

Dentre os setores que desempenham papel dinâmico nas operações de intercâmbio, pode-se citar o da agroindústria, da engenharia de serviços e o da engenharia civil. Seis nações africanas forem ou estão sendo hóspedes de grandes empresas brasileiras: Mauritânia, Costa do Marfim, Nigéria, Congo, Zaire e Angola.

Na área cultural, assume importância o número de estudantes africanos que recebe bolsas para freqüentar universidades brasileiras necessitando, no entanto, maior apoio na área de pesquisa, na de treinamento de mão-de-obra e na preparação dos quadros de funcionários administrativos, inclusive no serviço exterior.

Os países africanos continuam sendo pouco procurados em nosso meio, seja no que eles têm de tradicional ou de moderno. Os dutos de acesso à inteligência africana tem-se restringido apenas a contatos singelos, efeitos do interesse surgido por algum país.

No campo militar, através da ação básica de nossa indústria bélica, empregando transações tipo "counter trade" (como petróleo x manufaturados), há possibilidade de ser

exercida influência na formação de pessoal técnico e na prestação de assistência logística. Especificamente, a nossa indústria de construção e reparo naval seria a ferramenta apropriada para o estabelecimento e a manutenção de laços duradouros com as incipientes Marinhas africanas pela adequabilidade de nossa tecnologia de nível médio.

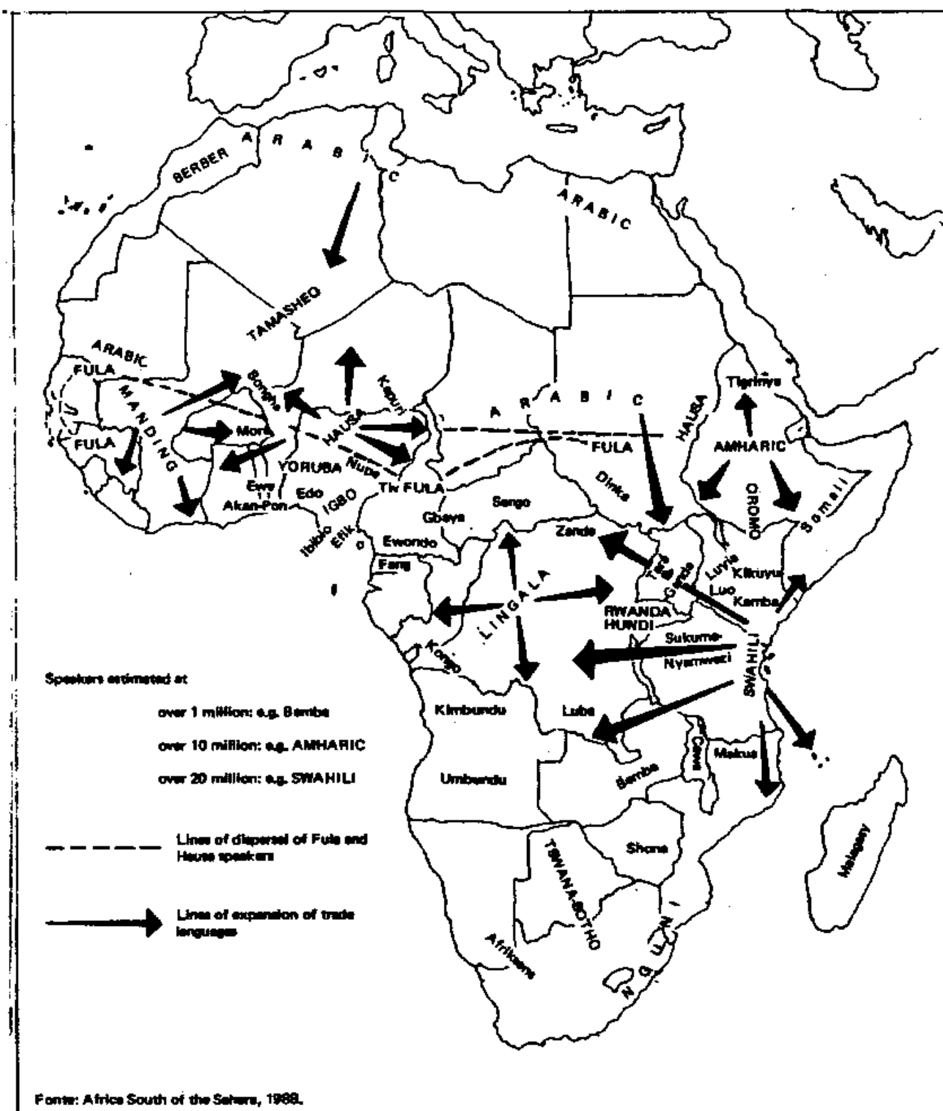
Finalmente, a intensificação das relações com o Oeste africano deve ser administrada com discernimento e cautela, selecionando-se o essencial na área bilateral para evitar aquela incômoda sensação africana de dependência e sujeição que lembrem os penosos tempos do colonialismo europeu.

Para tal, vale por certo, o nosso passado colonial comum, mormente em relação aos de expressão portuguesa. Como defende experiente diplomata brasileiro, as relações com a África, antes mesmo das latino-americanas, poderão alçar o Brasil a um patamar mais elevado no cenário internacional, fruto de uma participação construtiva no continente negro. Na África o Brasil pode fazer da sua atuação um "aprendizado-alavanca".

Notas

1. Cf. DIAS, G. Souza. *Os portugueses em Angola.* Lisboa, Agência-Geral das Colônias, 1959, p. 235.
2. Cf. BRANCO, Francisco Castelo, *História de Angola,* Luanda, 1932.
3. Cf. Nossos Concorrentes. *O Brasil, sua produção agrícola e os concorrentes da Ásia e da África,* Rio de Janeiro, 1929.
4. Cf. Relatório do Ministério das Relações Exteriores — 1932, Rio de Janeiro, 1935, pág. 39. 39.
5. Entrevista concedida pelo Almirante Ramon G. L. Labarthe, Chefe da Divisão de Operações da Petrobrás, no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1988.
6. Cf. CAMARINHA, Paulo R. C. Palestra sobre o EMFA proferida na EGN em 10 de junho de 1988.
7. Entrevista concedida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José R. Paulon Silva do Comando de Operações Navais, no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1988.
8. Entrevista concedida pelo Dr. Ivan Faria do Departamento de Linhas da África do Lloyd Brasileiro, no Rio de Janeiro em 20 de junho de 1988.
9. Cf. Palestra sobre Desarmamento proferida pelo Almirante-de-Esquadra (RRm) José Maria Amaral *de Oliveira no C-PEM da EGN em 18 de julho de 1988.*
10. Cf. Texto da carta enviada ao Secretário-Geral da ONU pelo Chanceler Abreu Sodré, em 1986.
11. Cf. VANHAEVERBEKE A. *Problèmes economiques des pays en voie de developpement,* Brussels, pg. 40-41.

FIGURA 1:
Major Languages in Africa



Fonte: Africa South of the Sahara, 1988.

FIGURA 2:
Tráfico Negreiro

Fonte: Africa Projected.

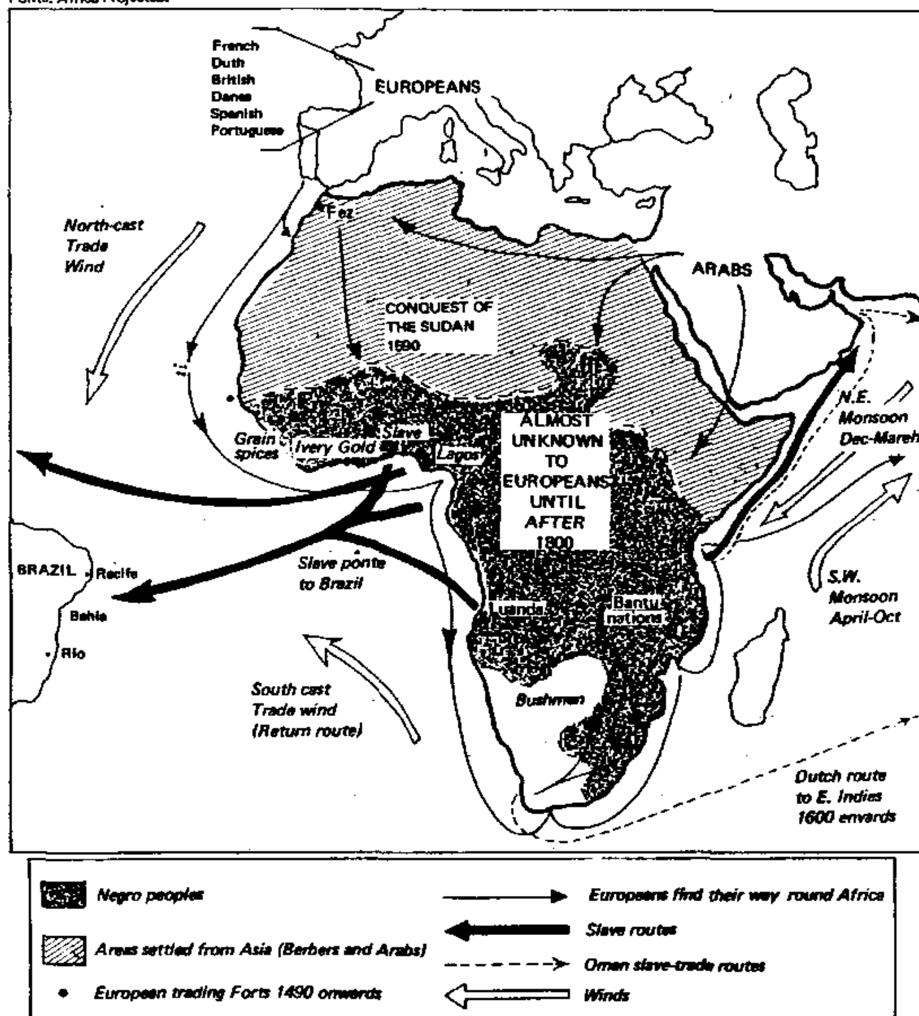
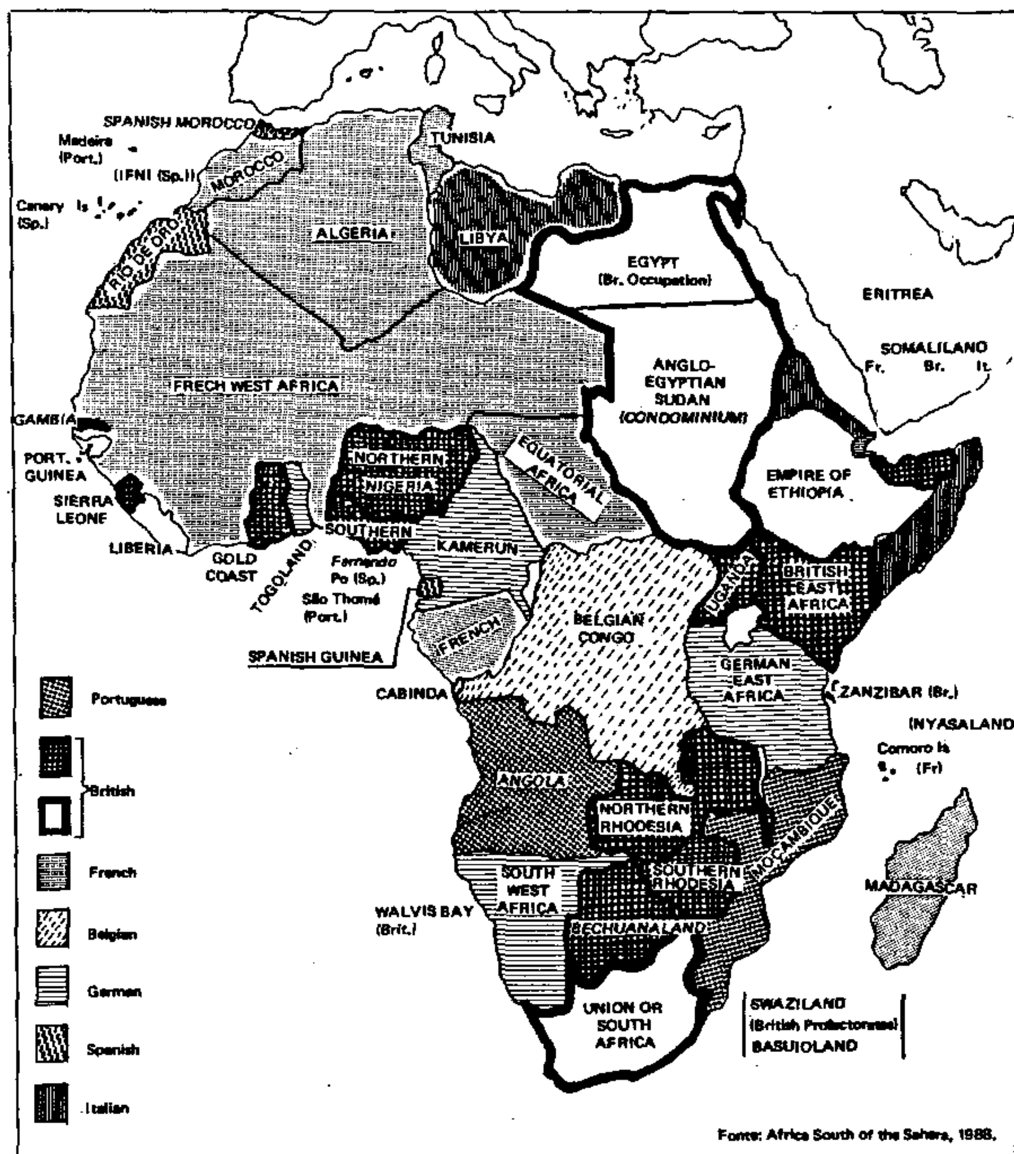


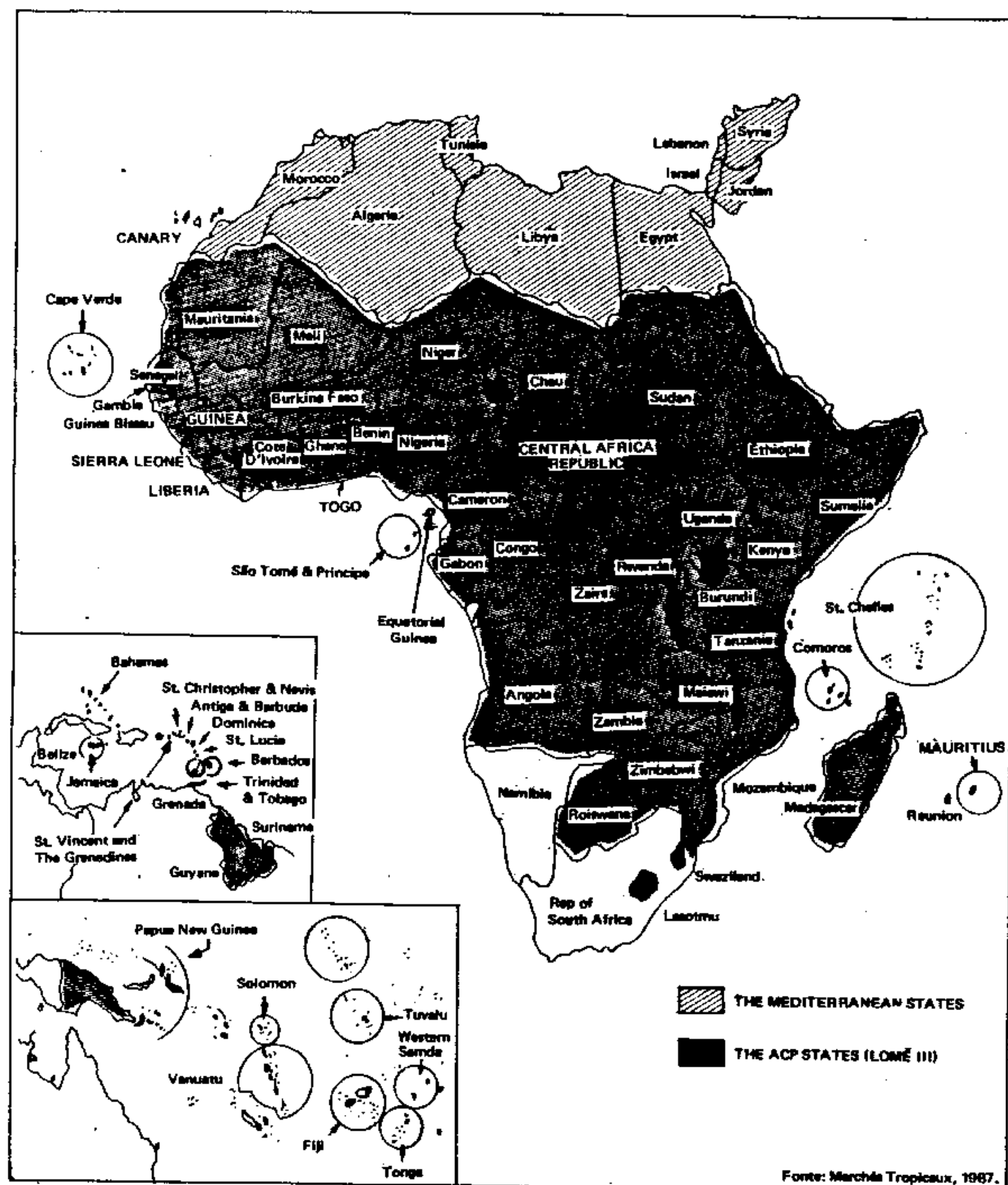
FIGURA 3:
The pattern of alien rule in Africa, 1914



Fonte: Africa South of the Sahara, 1988.

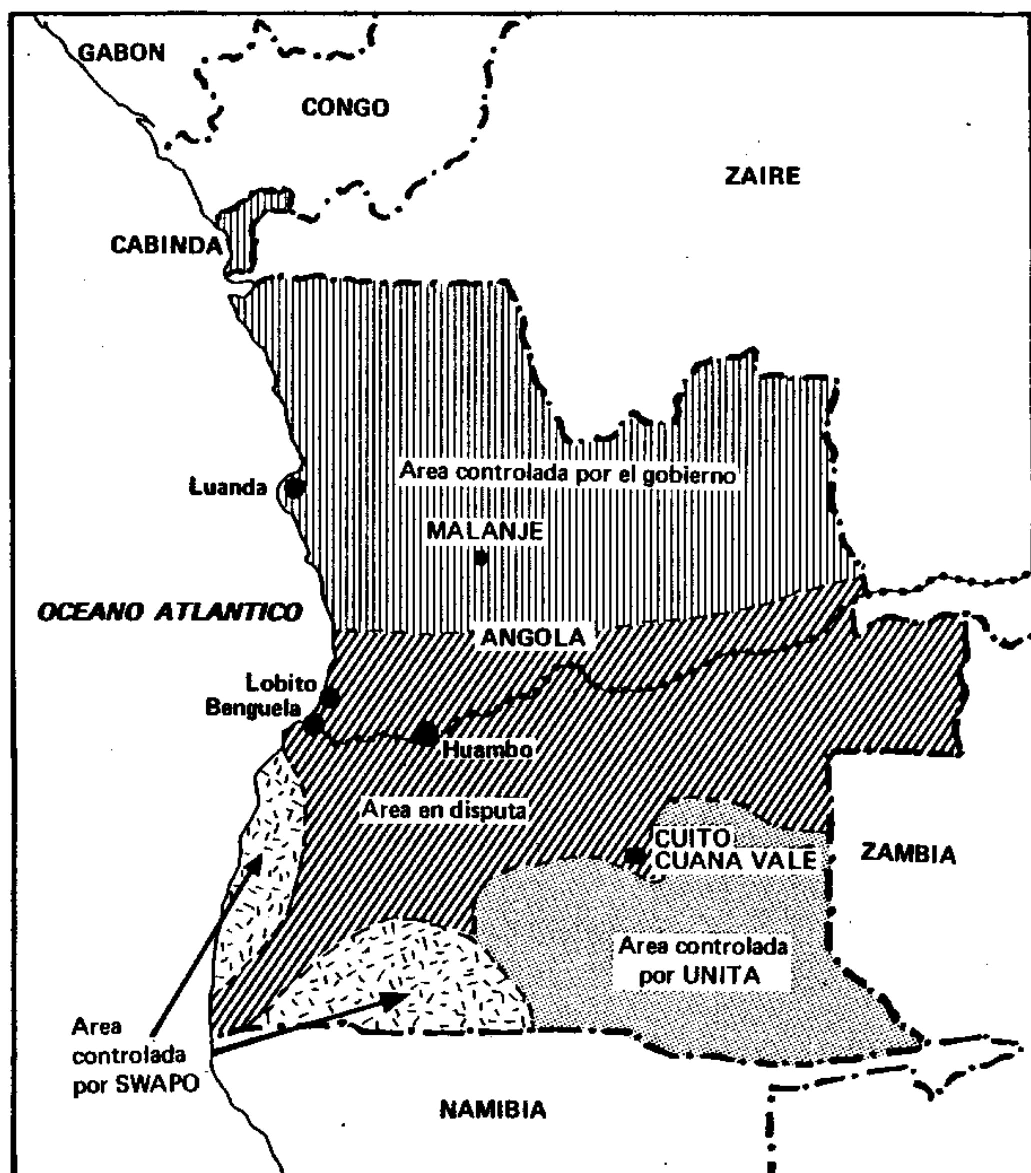
1 The pattern of alien rule in Africa, 1914.

FIGURA 4:
Estados do Acordo de Lomé (ACP)



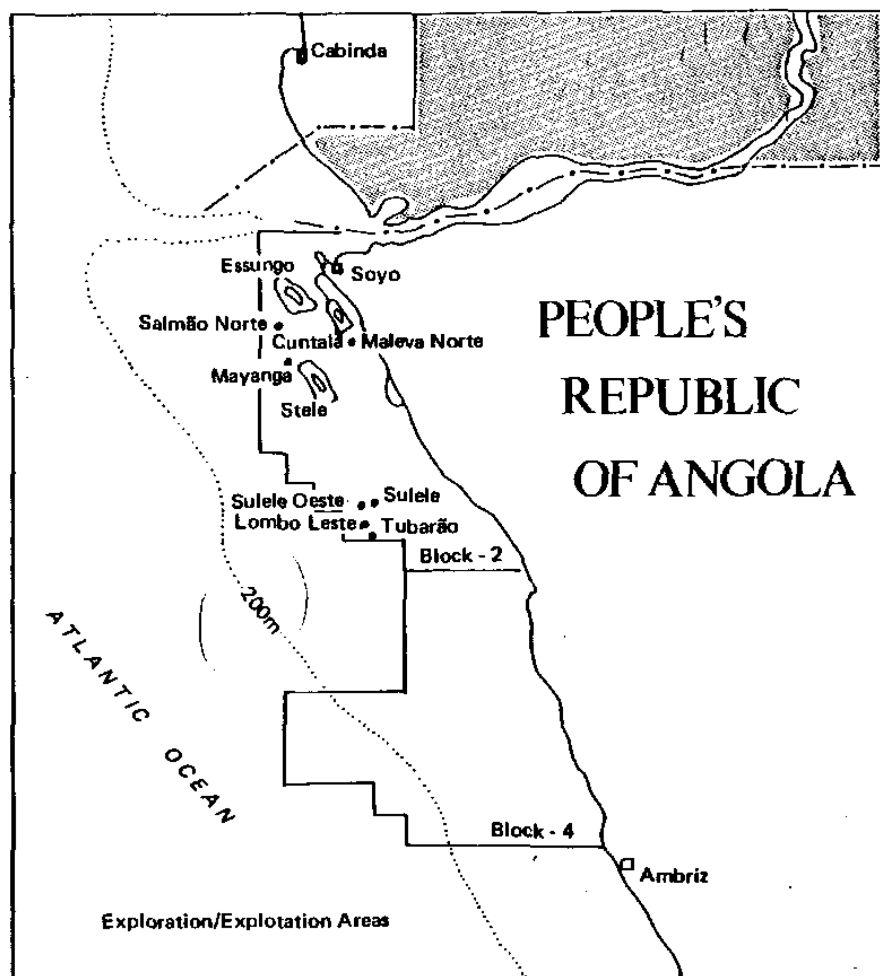
Fonte: Marchés Tropicaux, 1987.

FIGURA 5:
As Áreas Controladas pela Swapo e Unita em Angola.



Mapa: Alejandro Malofiej
Fonte: ARMAS Y GEOESTRATEGIA — Buenos Aires, vol. 1, nº 4, verano 1982.

FIGURA 6:
A Braspetro e a Plataforma Continental Angolana.



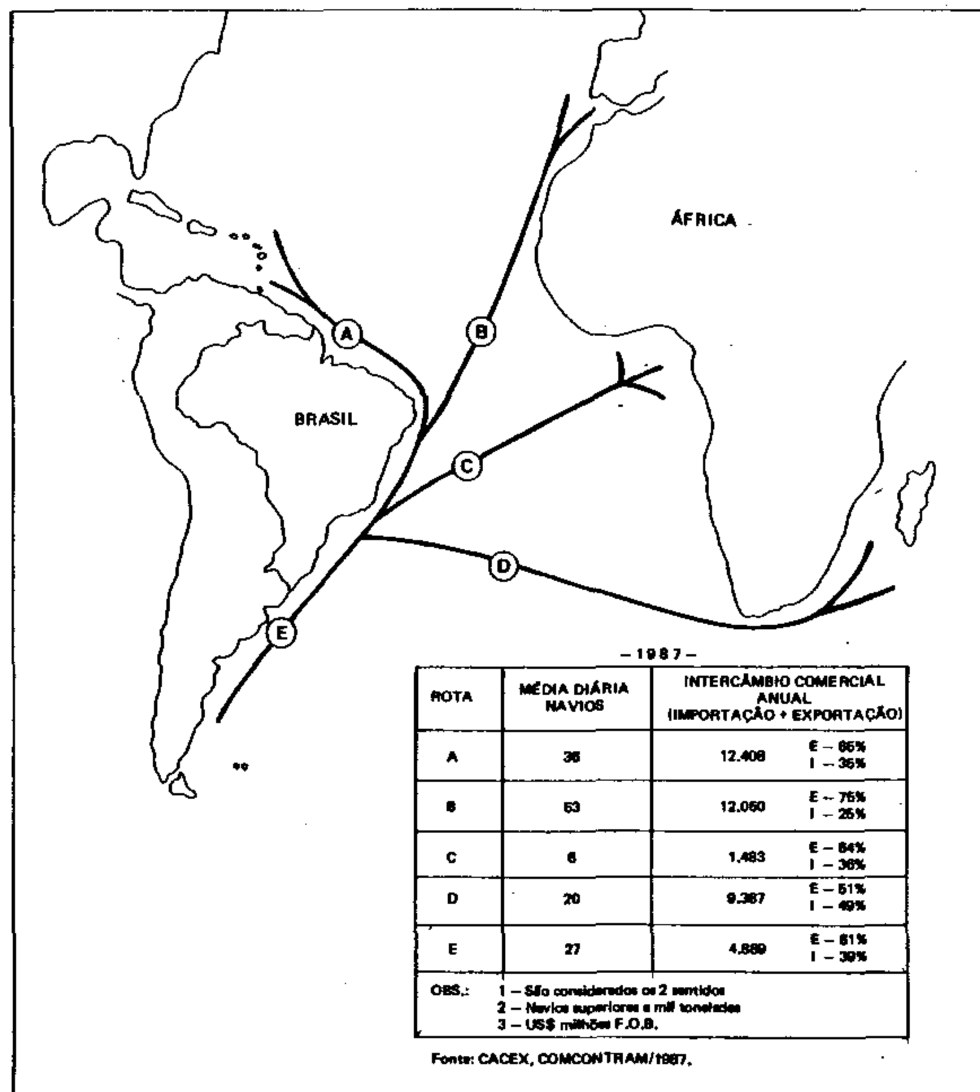
Fonte: Braspetro — Relatório de Atividades / 1986

Na Bacia do Baixo Congo, offshore Angola, a BRASPETRO participa de atividades de exploração e produção do Bloco 2 desde 1979 e da campanha exploratória do Bloco 4 desde 1983.

O Bloco 2 cobre 4.100km^2 e de seus interesses a BRASPETRO detém 17,5%. As operações são conduzidas pela TEXACO, participando dos investimentos também a TOTAL e a SONANGOL. Desde o início das operações sob controle deste grupo, em 1979, encontram-se em produção os Campos de Essungo e Cuntala.

A exploração no Bloco 4, com 5.200km^2, está contratada com o consórcio BRASPETRO (35%), PETROFINA (35%), SONANGOL (20%) e British Petroleum (10%).

FIGURA 7:
Tráfego Marítimo Internacional de Interesse Brasileiro.



– 1987 –

ROTA	MÉDIA DIÁRIA NAVIOS	INTERCÂMBIO COMERCIAL ANUAL (IMPORTAÇÃO + EXPORTAÇÃO)	
A	36	12.408	E – 65% I – 35%
B	53	12.050	E – 75% I – 25%
C	6	1.483	E – 64% I – 36%
D	20	9.387	E – 51% I – 49%
E	27	4.889	E – 61% I – 39%

OBS.: 1 – São considerados os 2 sentidos
2 – Navios superiores a mil toneladas
3 – US$ milhões F.O.B.

Fonte: CACEX, COMCONTRAM/1987.

	Nombre de zones	Date de création	Type(s) de zones	Activité principale	Emplois	Nbre de sociétés en activité
Angola	1	1961	ZFT	NP	NP	NP
Côte d'Ivoire	1		ZFE	Industries textiles et du vêtement	2000	24
Égypte	4	1974	ZFE	Vêtements instruments médicaux	10000	361
Liberia	1	1975	ZFE	ND	ND	ND
Ile Maurice	–	1973	ZFE	Industries textiles et du vêtement	46000 (juin 1985)	194
Maroc	1		ZFE	Industries textiles et du vêtement	ND	ND
Mozambique	2	1980	ZFT	NP	NP	NP
Sénégal	1	1974	ZFE	Construction	600 (1982)	5
Tanzanie	4	1967	ZFT	NP	NP	NP
Togo	1	1977	ZFE	ND	ND	ND
Tunisie	–	1972	ZFE/ Port franc du vêtement construction	Industries textiles et	20000 (estimation 1984)	115

SOURCE: Sabre Foundation — Washington / Frizones Consultants — Paris

ZFT = Zone franche de transit   ND = Non disponible   ZFE = Zone franche d'exportation   NP = Non pertinent

* Les sites sont nombreux. Une société s'implantant dans ce pays peut obtenir un statut de zone franche.

ANEXO B

BALANÇA COMERCIAL BRASIL X ÁFRICA

US$ MILHÕES F.O.B.

PERÍODO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1978	615	484	151
1979	651	463	188
1980	1.154	1.107	47
1981	1.705	1.982	277
1982	1.237	1.163	74
1983	1.082	638	444
1984	1.718	1.294	424
1985	1.779	1.732	47
1986	788	688	100
1987	955	528	427

No período de 1978 a 1987, somente em 1981 experimentamos déficit no intercâmbio comercial com os países do continente africano, no valor de US$ 277 milhões.

Os 3 principais parceiros comerciais dentro desse bloco, foram Angola, Argélia e Nigéria, com, respectivamente, US$ 305, US$ 219 e US$ 423 milhões, de correntes de comércio, contribuindo com 63.82% do intercâmbio entre o Brasil e a África.

Nosso saldo comercial com Angola atingiu o mais alto valor do bloco, com a cifra de US$ 108 milhões, em 1987.

O bloco africano ocupou, tanto na exportação como na importação, o 7º lugar com relação aos demais blocos.

Estados Unidos 0000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000
φφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφ

CEEE 00000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000
φφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφ

Asia 00000000000000000000000000000000000
φφφφφφφφφφφφφφ

A.L.A.D.I. 0000000000000000000000000000000
φφφφφφφφφφφφφφφφφφφ

Oriente Médio 0000000000000
φφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφφ

Europa Oriental 0000000000000
φφφφ

África 0000000000
φφφφφ

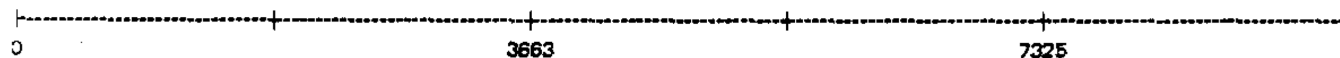
A.E.L.C. 000000
φφφφφφφ

Canadá 000000
φφφφ

Demais Europa Ocid. 00

Demais 0000000
φφ

000000 EXP.
φφφφφφ IMP.



Fonte: CACEX/BANCO DO BRASIL – 1988

ANEXO B
(cont.)

BIBLIOGRAFIA

1. AFRICA South of the Sahara – 1988. 17th ed. London, Europa Publications, 1988.
2. ANGOLA busca a paz para vencer atraso e contradições. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 22 maio 1988. Caderno Internacional. p. 22.
3. AQUINO, Ruth de. Militares angolanos testam Urutu, Cascavel e Tucano. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 22 maio 1988. p. 23.
4. ARAUJO, José A. Azevedo. *A conjuntura internacional do sul de África.* Rio de Janeiro, EGN, 1987. Monografia apresentada no C-PEM em 1987.
5. ASIWAJU, Ganiyu O.A. & PALIWUDA, Stanley J. Nigeria its countertrade basics. *Countertrade & Barter Quarterly,* Singapore, *3*(10):51-6, Spring 1986.
6. AZAMBUJA, Marcos C. *As prioridades do Brasil na África.* Rio de Janeiro, ESG, 1983. Conferência proferida na ESG em 1983.
7. BRANCO, Francisco Castelo. *História de Angola,* Luanda, AGC, 1932.
8. BORTOLI, Nelson Luiz. *O Brasil e os novos países do Oeste africano.* Rio de Janeiro, EGN, 1987. Monografia apresentada no C-PEM em 1987.
9. CARDOSO, Cesar M. Bastos. *A Empresa Gerencial de Projetos Navais.* Rio de Janeiró, EGN, 1988. Palestra proferida no C-PEM em 19 maio 1988.
10. CASTRO, Therezinha de. *África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais.* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.
11. COLLOR, Lindolfo L. *O Brasil em face do continente africano: aspectos políticos, econômicos, psicossociais e militares; perspectivas de evolução; proposta de atuação brasileira à vista dos interesses nacionais.* Rio de Janeiro, ESG, 1986. Trabalho especial apresentado no CAEPE em 1986.
12. COMITINI, Carlos. *África, o povo.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
13. D'ADESKY, Jacques. As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais. *Política e Estratégia,* São Paulo, *3*(4):611-18, out/dez 1985.
14. DIAS, G. Souza. *Os portugueses em Angola.* Lisboa, Agência-Geral das Colônias, 1959.
15. DAVIDSON, Basil. *The Africans. An entry to cultural history.* London, Longmans Green, 1969.
16. DIDIONE, André Rubens. *Países da África, particularmente Angola e Moçambique: análise atual e relacionamento.* Rio de Janeiro, ESG, 1985. Trabalho especial apresentado no CAEPE em 1985.
17. FERKISS, Victor C. *África – um continente à procura de seu destino.* Rio de Janeiro, G.R.D., 1967.
18. FLORES, Mario Cesar. A importância do Atlântico Sul nas relações internacionais. *Política e Estratégia,* São Paulo, *2*(1):95-106, jan./maio 1984.
19. ———. A importância estratégica da África Atlântica Subsaárica. *Política e Estratégia,* São Paulo, *2*(3):425-68, jul./set. 1984.
20. FONSECA, Luiz H. Pereira. *A posição do Brasil face à África Central e Ocidental.* Rio de Janeiro, EGN, 1988. Conferência proferida no C-PEM em 5 abr. 1988.
21. GIANNETTI, Roberto F. Countertrade é política econômica. *Informação semanal CACEX,* Rio de Janeiro, *22*(1036):4-5, jul. 1987.
22. GODOY, Carlos Augusto. *As relações com a África em face das compatibilidades lingüísticas, da influência de Portugal e da fidelidade na defesa dos valores do Ocidente.* Rio de Janeiro, ESG, 1980. Trabalho especial apresentado no C-SG em 1980.
23. IMOBIGHE, T. A. An African High command: The Search for a feasible strategy of continental defence. *African Affairs.* London, Oxford University Press, *79*(316):241-254, Apr. 1980.
24. KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra.* Rio de Janeiro, Europa América, 1972.
25. LEGUN, Colin et alii. *Africa in the 1980's. A continent in crisis.* New York, McGraw-Hill, 1979.
26. MARTIN, Phyllis M. The Cabinda connection: an historical perspective. *African Affairs.* London, Oxford University Press, *76*(302):47-59, jan. 1977.
27. MILITARY Balance, 1987-1988. London, IISS, 1987.
28. NEGROS. *Veja.* São Paulo, *20*(19):20-43, 11 maio 1988.
29. OGUNBADEJO, O. Nigeria and the great powers: The impact of the civil war on Nigerian foreign relations. *African Affairs. London, Oxford University Press,* 75(298):14-32, Jan. 1976.
30. OGWV, U. Joy. Política e perpetuação do subdesenvolvimento africano: dimensões internas e externas. *Estudos Afro-Asiáticos.* Rio de Janeiro, *15*(10):117-131, Jun. 1988.

31. OURO-PRETO, Affonso Celso. *A posição do Brasil face à África Austral.* Rio de Janeiro, EGN, 1980. Conferência proferida no C-SGN em 9 abr. 1980.

32. ———. *O Brasil face aos países africanos de expressão portuguesa — Perspectivas.* Rio de Janeiro, ESG, 1986. Trabalho especial apresentado no C-AEPE em 1986.

33. PAULA, Samuel. *O porquê das guerras africanas.* Rio de Janeiro, Paralelo, 1974.

34. PEREIRA, José Maria N. Brasil-África no governo Figueiredo: um balanço. *Contexto Internacional.* Rio de Janeiro, *4*(2):81-103, set. 1985.

35. ———. O apartheid e as relações Brasil-África do Sul. *Estudos Afro-Asiáticos.* Rio de Janeiro, *10*(14):32-53, set. 1987.

36. PETRIC, Antonio. Africa, una vulnerabilidad. *Armas e Geoestratégia,* Buenos Aires, *1*(4):27-40, dic. 1982.

37. PUIL, John van der et alii. Countertrade fad or economic evolution? *Countertrade & Barter Quarterly,* Singapore, *3*(10):33-7, Spring 1986.

38. RODRIGUES, José Honorio. *Brasil e África, outro horizonte.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. V. 1.

39. ———. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

40. ROUX, Jean Pierre et alii. *Aprés le repli portuguais, cette fois l'Afrique Novie.* Paris, L. J., 1976.

41. SACADURA-FALCÃO, F. de. *Quo vadis Africa.* Lisboa, Império, 1963.

42. SALEK, Namir. *O comércio exterior brasileiro: evolução e sistema atual.* Rio de Janeiro, EGN, 1988. Conferência proferida na EGN em 21 jun. 1988.

43. SENGHOR, Henri P. A. *O Atlântico Sul e a África.* Rio de Janeiro, ESG 1970. Conferência proferida na ESG em 27 jul 1970.

44. SHAW, Timothy M. & ALUKO Olajide. *Africa projected from recession to renaissance by the year 2.000?* Hong Kong, Macmillan, 1985.

45. SOARES, A. Aldighieri. O continente africano ou as muitas Áfricas. *Revista Marítima Brasileira,* Rio de Janeiro, *98*(719):31-51, jul./set. 1978.

46. STEENHAGEN, Pedro F. *A importância estratégica da África para a segurança nacional.* Rio de Janeiro, ESG, 1978. Trabalho especial apresentado no C-SG em 1978.

47. STOFFEL, Hugo. *Interesses brasileiros e internacionais no Atlântico Sul.* Rio de Janeiro, EGN, 1988. Aula inaugural do ano letivo na EGN em 4 mar. 1988.

48. SUNAMAM: anuário 1986. Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes, 1987.

49. VANHAEVERBEKE A. *Problèmes économiques des pays en voie de développement.* Bruxels, AGCD, 1982.

A INDOCHINA REINTEGRA-SE NO SUDESTE ASIÁTICO

Amaury Porto de Oliveira

A 5 de abril de 1989, simultaneamente em Hanói, Phnom Penh e Vientiane, um comunicado foi dado a público em nome dos três Estados indochineses (Vietnam, Camboja e Laos). Nele se anunciava a decisão do Vietnam de retirar suas tropas do Camboja, até fim de setembro de 1989, independentemente de já ter sido ou não obtida a solução política da "Questão do Camboja". A China e demais países envolvidos eram no mesmo passo chamados a sustarem, também até setembro, qualquer apoio que pudessem estar dando aos guerrilheiros cambojianos em luta contra o Governo de Phnom Penh. Sugeria-se ainda a criação de uma comissão de controle e supervisão, nos moldes da criada em 1954 no quadro da I Guerra da Indochina, encarregada de monitorar a retirada das tropas vietnamitas e a cessação da ajuda aos vários movimentos de guerrilha, tudo em coordenação com um representante do Secretário Geral das Nações Unidas.

Nos últimos dois anos, considerável movimentação diplomática passou a ocorrer em torno da Questão do Camboja, após anos de imobilismo. É amplamente reconhecido que o principal impulso para tal movimentação foi a decisão de Mikhail Gorbatchov de utilizar a Questão do Camboja como o fio por onde puxar a meada do contencioso sino-vietnamita, com vistas à solução pacífica da III Guerra da Indochina. No discurso de Vladivostok (28.07.86), Gorbatchov incluiu o Camboja entre as cinco áreas de crise que estavam pedindo, na Ásia, um esforço de conciliação internacional. Tratava-se de problema a ser fundamentalmente decidido entre a China e o Vietnam, mas a URSS estava disposta a desempenhar papel, mesmo que indireto, na promoção de um ajuste satisfatório para todos. Entre os estudiosos do *imbroglio* indochinês já se fala do processo diplomático posto em marcha pela URSS como "O Processo de Vladivostok", e um bom estudo sobre o lançamento dele encontra-se em Ramesh Thakur & Carlyle A. Thayer (eds.), *The Soviet Union as an Asian Pacific Power* (Boulder, Col. – Westview Press 1987).

O pronunciamento dos três Estados indochineses prenuncia importante reorganização do caleidoscópio do Sudeste Asiático. Com o apoio do Laos, Hanói e Phnom Penh anteciparam-se ao vértice URSS-China, marcado agora para 15 de maio, e do qual se vinha esperando o encontro da fórmula de compromisso para a Questão do Camboja. O comu-

nicado de 5 de abril avisa que não haverá paz imposta de fora à Indochina. As condições para a solução pacífica da Questão do Camboja surgirão com a implementação de medidas acertadas entre os indochineses. A mensagem profunda do comunicado parece ser a de que, desaparecida a legitimidade da pressão internacional para a partida das tropas vietnamitas do Camboja, exigências que continuem a ser feitas aos indochineses aparecerão como interferências na determinação de quem deterá o poder no Camboja. Ou como tentativas de promover objetivos nacionais outros que a aceitável exigência da cessação da ocupação militar de um país soberano.

A III Guerra da Indochina esgalhou-se da II (mais conhecida como Guerra do Vietnam) quando ainda nem terminara esta outra. A 18 de março de 1970, no Camboja, o General Lon Nol depôs o Governo do Príncipe Norodom Sihanouk, cuja posição neutralista na Guerra do Vietnam incomodava em particular Washington e Saigon (capital, na época, do Vietnam do Sul, aliado dos EUA). Nos dias 24-25 de abril de 1970, constituiu-se em Cantão (China) uma Frente Revolucionária Indochinesa para lutar contra o regime Lon Nol. Integravam a FRI: o *Lao Dong*, partido comunista do Vietnam do Norte; o *Pathet Lao*, do Laos; os guerrilheiros sul-vietnamitas organizados na Frente de Libertação Nacional; uma coligação de forças cambojianas lideradas pelo deposto Sihanoúk.

Respondendo a essa consolidação dos grupos revolucionários indochineses, os EUA, cuja aviação já vinha há algum tempo atacando pontos no interior do Laos, anunciaram a 30 de abril a entrada no Camboja de importantes contingentes militares americanos, em combinação com unidades sul-vietnamitas. Tal como viriam a concluir os governantes de Hánói, em 1978, as autoridades militares americanas baseadas em Saigon decidiram, em 1970, ser impraticável estabilizar parcelas da Indochina, deixando forças hostis ativas em outros pontos do território indochinês.

O/ conceito de Indochina — convém recordar — surgiu na segunda metade do século XIX, como racionalização típica da expansão colonialista européia. A França consagrou o conceito em 1887, ao impor sua suzerania a cinco países do Sudeste Asiático, aglomerados arbitrariamente sob a Administração da Indochina. Eram o território colonial da Conchinchina e os protetorados de Anam e Hué (todos fortemente marcados por influência cultural chinesa, inclusive o confucianismo), mais dois pequenos reinos da Bacia do Mekong: Camboja e Laos, os quais se aproximavam culturalmente da Índia e praticavam uma das formas mais estritas do Budismo. A colonização francesa deu às cinco populações afetadas uma língua comum de modernização tecnológica e política, e contribuiu para o impulso unificador que iria manifestar-se na mobilização anti-colonial dos cinco países citados. Quando, nos anos 20 deste século, a III Internacional Comunista pôs em pauta a revolução no Sudeste Asiático, Ho Chi Min fundou em Hong Kong (1930) o Partido Comunista Indochinês.

Na sua primeira fase (1970-75), a III Guerra da Indochina viu defrontarem-se, no Camboja, forças da FRI constituída em Cantão e destacamentos despachados do Vietnam do Sul. Esses destacamentos, que a princípio buscavam erradicar tropas vietcongs instaladas em santuários do lado cambojiano da fronteira, tenderam a avançar para o interior, em choque com os adversários do regime Lon Nol, por sua vez armado e equipado pelos EUA. A batalha mais cruenta e militarmente importante dessa primeira fase desenrolou-se entre fevereiro e agosto de 1973, quando a aviação americana recorreu ao "bombardeio de saturação" das zonas cambojianas ocupadas pela coligação sihanoukista. Os cambojianos haviam-se recusado a participar das negociações que levaram ao armistício EUA—Vietnam, de janeiro de 1973, e o Governo Nixon decidiu reduzi-los pela força.

Num período de seis meses, 257.465 toneladas de bombas (50% mais do que a tonelagem total lançada sobre o Japão durante toda a II Guerra Mundial) foram derramadas de forma sistemática sobre área relativamente pequena do Camboja. Distritos inteiros foram devastados sob os "tapetes de bombas". Os mortos e feridos subiram a centenas de milhares. Dos 3.389.000 refugiados (numa população de 7 milhões) criados no Camboja pela guerra de 1970-75, pelo menos a metade resultou dos bombardeios de 1973 (leia-se a respeito: William Shawcross, *Sideshow: Kissinger, Nixon and the Destruction of Cambodia,*, London — Andre Deutsch — 1979).

Quem eram os cambojianos coligados que enfrentaram, na mata, os bombardeios de 1973? Havia três grupos básicos. Os elementos propriamente sihanoukistas, formando agrupamento pouco coeso e de definição político-ideológica difusa. O Partido Comunista do Camboja (PCC), que se tornou conhecido como os *Khmers Rouges,* apodo dado por Sihanouk. Os *Khmers Issaraks.* Estes últimos eram comunistas que tinham estado ativos no Camboja durante a I Guerra da Indochina (contra a França), e que se sentindo frustrados pela composição política referendada pela Conferência de Genebra de 1954, auto-exilaram-se no Vietnam do Norte após a independência do Camboja sob a monarquia Norodom. O grupo aderiu à FRI formada em Cantão contra Lon Nol, e vários milhares de *Issaraks* retornaram ao Camboja no período 1970-75. Foram dizimados impiedosamente, menos como resultado dos combates do que por ação voluntária e sistemática dos *Khmers Rouges.*

Mesmo em termos de ação comunista, a teoria e a prática dos *Khmers Rouges* chocavam-se com as concepções dos comunistas do Vietnam. Divergência fundamental, que desde o início envenenou as relações entre os dois movimentos, foi a insistência de Hanói em que o CAmboja esperasse a consolidação da revolução no Vietnam, a fim de *lançar sua própria luta. Isto seria assunto de interesse secundário, se os Khmers Rouges* não tivessem saído vencedores da primeira fase da III Guerra da Indochina. A 17 de abril de 1975, os batalhões *Khmers Rouges* entraram triunfantes em Phnom Penh, de onde o último diplomata americano tinha partido no dia 12. A República foi proclamada, com o Príncipe Sihanouk como Chefe de Estado. Somente em 1976, viria o Príncipe a renunciar a essa posição totalmente simbólica.

Quem eram os *Khmers Rouges?* A base social em que se apóia o PCC é a camada mais destituída da população rural do Camboja. É nesse meio que a "organização superior" (designação que cobre todas as instâncias diretoras do partido e cuja composição tende a ser mantida secreta) procura recrutar os militantes, dando preferência a crianças. São elas separadas dos pais, a fim de serem moldadas e treinadas segundo os princípios do movimento. O objetivo é a criação de um Camboja (ou Kampuchea, passou a ser dito), onde idealmente só existam camponeses e combatentes. Guiados pela "organização superior". Por camponês entende-se, no caso, um indivíduo que sobrevive graças às técnicas e aos materiais oferecidos pelo ambiente natural imediato. Todo o conhecimento e o instrumental acumulados pelo homem através dos milênios (exceção feita às armas!) são rejeitados, posto que sempre expressaram opressão de classe. Os *Khmers Rouges* almejariam reconstruir um Camboja puro, recomeçando do comunismo primitivo postulado pela teoria marxista.

Nos três anos e meio que o PCC governou o Camboja, escolas e hospitais foram abolidos. A medicina e mesmo a cirurgia eram exercidas por adolescentes, inspirados pela sabedoria camponesa. As cidades foram esvaziadas e a vida urbana destruída. Os intelectuais e camadas cada vez mais amplas da burocracia e da classe média foram sendo

trucidados, após terem sido deslocados em massa para o campo a fim de trabalharem como camponeses. Em 1978, 95-97% da população cambojiana tinham sido concentrados em fazendas coletivas, das quais existiam mais de um milhar. O Camboja isolou-se do mundo. Não havia correio nem telefone; um único vôo, a cada duas semanas, ligava Phnom Pehn a Pequim. Internamente, aboliu-se o dinheiro, e as atividades industriais foram reduzidas à confecção, com materiais do país, de roupas e instrumentos elementares. A religião foi proibida, e a minoria étnica dos Chams, de fé muçulmana, foi sendo sistematicamente liquidada. Dos 500 mil cambojianos de ascendência vietnamita só sobreviveram os que escaparam para o Vietnam. Mais de 1 milhão de indivíduos foram executados de forma brutal, no Camboja, pelos *Khmers Rouges*.

O PCC não era um corpo monolítico. Facções lutaram continuamente, entre si. A mais virulenta delas estruturava-se em torno de Saloth Sar (mais conhecido sob o nome-de-guerra de Pol Pot), de Ieng Sary e das respectivas esposas, que são irmãs. Em 1977 essa facção tomou o controle do partido, e a situação embruteceu ainda mais no Camboja. Tomaram impulso os expurgos e matanças dentro do próprio PCC. No plano geral, intensificou-se a coletivização. Aumentaram em número e violência os ataques às aglomerações civis do lado vietnamita da fronteira. Cresceu, por outro lado, o descontentamento no seio do próprio regime *Khmer*. Repetiram-se as rebeliões de chefes militares e dirigentes partidários. Todas suprimidas de forma sangrenta. Lograram escapar com vida, graças a apoio recebido dos vietnamitas, os rebeldes da Quarta Divisão da Zona Oriental. O comandante da mesma e líder da revolta, viria a ser o Presidente do governo instalado em janeiro de 1979: Heng Samrin. Seu atual Primeiro Ministro, Hun Sen, era em 1978 um jovem comandante de regimento, que aderiu com todos os seus comandados à rebelião de Heng Samrin.

Para quem deseje saber mais sobre os *Khmers Rouges* e seus anos no governo, recomendamos: Ben Kiernan & Chanthou Boua (eds.), *Peasants and Politics in Kampuchea 1942-1981* (London — *Zed Press* — 1982); Michael Vickery, *Cambodia 1975 — 1982* (Boston — *South End Press* — 1984); Elizabeth Becker, *When the War was Over*.

A chegada dos *Khmers Rouges* ao poder, em abril de 1975, foi um dos aspectos da derrota dos EUA na Indochina. Terminava a Guerra do Vietnam e a III Guerra da Indochina ia entrar em fase de suspensão, enquanto os grandes atores sentiam o ambiente e reajustavam os seus cálculos. Em linguagem diplomática tradicional, a derrota dos EUA criou no Sudeste Asiático um "vácuo de poder". Menos de uma semana após a queda de Saigon, a Tailândia pediu aos EUA que evacuassem suas bases ali. As Filipinas começaram também a pôr em causa as bases americanas no arquipélago. A possibilidade de a outra superpotência, a URSS, tornar-se a influência dominante no Sudeste Asiático alarmou em especial a China, que temia ver-se cercada estrategicamente pelos soviéticos. Numa reação de defesa contra a mesma possibilidade, constituiu-se em 1977 a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA), congregando Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. Mas com os EUA estrategicamente distanciados, a fase aberta em 1975 foi sobretudo ocupada pela gesticulação estratégica dos Estados comunistas. O processo central a esse respeito foi a transformação da estreita cooperação que unira a China ao Vietnam do Norte, até 1975, num azedo antagonismo entre a China e o Vietnam unificado. O Camboja dos *Khmers Rouges*, cujo único aliado externo provou ser a China, esteve bem no centro do processo em causa. Nos últimos dias de 1978, o Vietnam invadiu o Camboja para depor o Governo Pol Pot, e poucas semanas mais tarde tropas chinesas entraram no Vietnam "para dar uma lição à Cuba do Oriente". O episódio da guerra

sino-vietnamita, embora tendo durado menos de um mês, custou à China mais de 10 mil mortos, sem ter em nada "corrigido" o Vietnam. Sobre a fase 1975-1979, ler-se-á com proveito o livro muito recente de Robert S. Ross, *The Indochina Tangle* (New York – Columbia Univ. Press – 1988). Também: William J. Duiker, *China and Vietnam: The Roots of Conflict* (Berkeley – Univ. of California – 1986).

Na sua definição estritamente diplomática, a Questão do Camboja nasceu da violação pelo Vietnam de regras cardeais do sistema de Estados criado após a II Guerra Mundial. O Governo no poder em Phnom Penh desde janeiro de 1979 vem sendo considerado espúrio pela maioria dos votos nas Assembléias Gerais anuais das Nações Unidas. Esse governo – insiste-se – é o resultado da deposição por tropas vietnamitas invasoras do governo legal anterior. Ao representante deste último continua a ser reconhecido o direito de ocupar o assento do Camboja na Assembléia Geral.

Evidentemente, a definição diplomática do problema representa a cristalização de confrontações mais amplas, de tipo político e ideológico. Num artigo para a edição de 1982 do anuário *Southeast Asian Affairs*, publicado pelo Instituto de Estudos Sul-Asiáticos de Cingapura, o reputado especialista de relações internacionais, Michael Leifer, deixou bem claro esse ponto:

"However, the conflict over Kampuchea which is expressed in part in contention over international representation is sustained through an intense competitive engagement of external interests concerned with the conditions of the balance of power in Indochina and beyond. Indeed, it may be suggested that if that competitive engagement with regional and global implications were not so intense, then the issue of principle central to the international representation of Kampuchea would already have been relegated to the waste bin of history."

A III Guerra da Indochina esteve nos últimos dez anos estancada em torno desse micro conflito cambojiano. EUA e China lograram mobilizar a comunidade internacional no repúdio à intervenção militar repúdio à intervenção militar do Vietnam no Camboja, tendo sido fundamental para essa mobilização o papel da ANSEA. As Nações Unidas costumam partir do princípio de que a legitimidade internacional de um ato de Estado é função de como seja o ato percebido pelo grupo regional imediato. A rejeição pelos membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático do regime Heng Samrin, instalado no Camboja em 1979 na esteira da intervenção vietnamita, veio sendo o ponto de apoio da comunidade internacional para isolar os três Estados indochineses das correntes normais de comércio e financiamentos. Nenhum peso se deu, nesse contexto, ao fato de que a maioria absoluta das Nações Unidas era por definição oposta ao genocida regime dos *Khmers Rouges*, deposto pelo Vietnam.

Desde o início, evidentemente, procurou o Vietnam contrapor-se às forças internacionais que o isolavam. Uma ação diplomática de Hanói no quadro da Questão do Camboja podia ser observada, e alguns especialistas fizeram isso ao longo dos anos 80. O mais conhecido e abalizado dentre esses especialistas é Leszek Buszynski, que após alguns anos de trabalho na Universidade Nacional de Cingapura é, atualmente, *senior research fellow* no Centro de Estudos Estratégicos e de Defesa da Universidade Nacional da Austrália. A apresentação da diplomacia do Vietnam na Questão do Camboja, feita a seguir, muito deve aos artigos e livros de Buszynski.

Não dispondo de elementos de pressão militar ou política sobre os países da ANSEA, o Vietnam adotou para com seus vizinhos uma diplomacia de persuasão. Tratava-se de convencê-los de que a presença militar vietnamita no Camboja em nada

afetava os verdadeiros interesses dos demais países do Sudeste Asiático. Tal presença – insistia Hanói – tinha por objetivo impedir a volta ao poder dos *Khemers Rouges*, e num plano mais amplo, excluir a China da região. A este último respeito, a pregação de Hanói sempre encontrou eco em países como as Filipinas e a Indonésia. Jacarta manteve sua Embaixada em Hanói e o diálogo Vietnam-Indonésia foi fator contínuo de erosão da linha central da ANSEA na Questão do Camboja.

A chave do êxito eventual desse trabalho de persuasão estava na consolidação do regime Heng Samrin, na capacidade que viesse a adquirir o governo em exercício em Phnom Penh para conter militarmente os *Khmers Rouges* e no patenteamento do seu efetivo controle político e econômico sobre o Camboja. Desenvolvimento crucial foi a ofensiva lançada pelos vietnamitas, na estação seca de 1984-85, contra as forças da coalizão tripartite de oposição ao regime Heng Samrin. As forças em apreço, entre as quais só tinham real valor militar as dos *Khmers Rouges*, perderam suas posições no interior do território cambojiano, só tendo sido capazes desde então de incursões de guerrilhas a partir de bases no lado tailandês da fronteira com o Camboja. Além do desafogo interno trazido pelo êxito da campanha militar de 1984-85, a ausência de resposta armada da China nos lindes com o Vietnam representou um forte estímulo à ação diplomática de Hanói. O Ministro do Exterior, Nguyen Co Thac, proclamou ali a 19.01.85: "Nos últimos seis anos, nossas perspectivas nunca pareceram tão boas." E uma série de iniciativas, inclusive a que se transformaria no diálogo Hun Sen-Sihanouk, tiveram origem naquele momento.

Não será possível acompanhar passo a passo os acontecimentos internos no Camboja e a evolução da ação diplomática de Hanói. Destacaremos um outro marco: o V *Congresso do Partido Revolucionário do Povo Khmer* (PRPK), *realizado em outubro de* 1985. Data desse congresso a ascensão nas instâncias dirigentes do partido e do governo, do atual Primeiro Ministro, Hun Sen, figura de crescente autoridade regional e internacional, que já obliterou Heng Samrin, o Presidente. O V Congresso do PRPK remodelou por completo a vida econômica e social do Camboja, ao reconhecer como essencial, "no período de transição para o socialismo", a existência de um setor privado. Como herança dos três anos de domínio dos *Khmers Rouges*, somente o Estado, a família e cooperativas tinham antes capacidade de ação econômica. Em fevereiro de 1986 a Assembléia Nacional regulamentou o setor privado do Camboja, e o Estado passou a coletar impostos e taxas, podendo começar a atuar também no plano social. Foram praticamente recriados os sistemas hospitalar e escolar, suprimidos pelos *Khmers Rouges*, que haviam também abolido os bancos e até a moeda. Uma exposição objetiva e abrangente do renascimento do Estado cambojiano pode ser encontrada no anuário do Instituto de Estudos do Sudeste Asiático de Cingapura: *South-east Asian Affairs*, edição de 1987. Exposição mais atual figura no número de abril de 1989 de *Le Monde Diplomatique*. O Governo Hun Sen acaba de imprimir nova aceleração ao remodelamento econômico do Camboja, com a entrada em vigor da Lei da Economia Mista e dos Investimentos Privados. As portas do Camboja estão sendo abertas aos capitais estrangeiros.

Ao contrário do que ainda procura fazer crer, de Beijing, o velho Príncipe Norodom Sihanouk, a imprensa internacional não registra qualquer sinal de que o Governo Hun Sen se desmoronará como um castelo de cartas, tão logo saiam as tropas vietnamitas. Alguma dúvida existe sobre se esse governo poderá fazer face, sozinho, à não descartável tentativa dos *Khmers Rouges* de reconquistarem pelas armas o poder em Phnom Penh. A este último propósito é útil refer o artigo de John Pedler (ex-diplomata britânico com expe-

riência dos três países indochineses e hoje analista do Real Instituto de Assuntos Internacionais, de Londres) no número de fevereiro de 1989 de *The World Today*. Apoiado em observações diretas e recentes no Camboja, inclusive conversas com Hun Sen, John Pedler descreve um quadro de inação diplomática do Ocidente, nestes meses em que está sendo decidido o futuro imediato da Indochina. Acentua ele: "The absence of the West is not simply due to the hiatus caused by the change of Administration in Washington. Lacking contact with Phnom Penh because of its now outdated policy of ostracising the People's Republic, the West relies largely on the Prince for information on Cambodia — and therefore has accepted without checkinq of the Prince's, rather than Mr Hun Sen's, politico-military assessment."

Pedler fornece a síntese do pensamento de Hun Sen sobre a capacidade do atual governo cambojiano de resistir ao eventual assalto dos *Khmers Rouges*. Hun Sen rejeita a afirmação de Sihanouk de que os *Khmers Rouges* são imbatíveis. Os vietnamitas tomaram deles o Camboja, em 1979, numa campanha de três semanas, e na ofensiva de 1984-85 os expeliram das áreas periféricas em que haviam subsistido. Se os vietnamitas não lograram liquidar os *Khmers Rouges* como força militar, acentua Hun Sen, foi porque a Tailândia deu-lhes santuário e permitiu-lhes continuar recebendo armas da China, enquanto outros países lhes forneciam alimentos. Após a retirada das tropas vietnamitas, os *Khmers Rouges* perderão a respeitabilidade internacional que lhes confere o fato de se estarem opondo a um ocupante estrangeiro. A tarefa das forças de segurança do governo de Phnom Penh será assim mais fácil do que a até agora enfrentada pelas tropas vietnamitas, tanto mais quanto — enfatiza Hun Sen — os *Khmers Rouges* não serão guerrilheiros, "nadando como peixes na água". Simplesmente não existirá água, posto que a lembrança das atrocidades do regime Pol Pot deixa os *Khmers Rouges* sem simpatias no seio da população cambojiana. Em suma, o presente governo de Phnom Penh acredita que a alteração da situação internacional provocada pela retirada das tropas vietnamitas transformará, só por si, as realidades da situação militar, em favor de qualquer governo cambojiano futuro que não inclua elementos *Khmers Rouges*.

Considerada à luz dessa avaliação das suas conseqüências político-militares, a decisão unilateral do Vietnam de retirar suas tropas do Camboja até o fim de setembro de 1989 aparece como gesto calculado para desestabilizar a aliança China-*Khmers Rouges*, e antecipar-se à intenção proclamada pelo Governo Bush de reforçar militarmente a facção sihanoukista da coalizão tripartite. Cabe assinalar que a decisão anunciada no comunicado comum indochinês de 5 de abril foi tomada no curso de uma sessão plenária do comitê central do Partido Comunista do Vietnam (Hanói, 24-30.03.89), a julgar por mensagem do correspondente de *Le Monde* na capital vietnamita (edição de 1º.04.89). Hun Sen esteve em Hanói a 26 de março, aparentemente para participar da elaboração final do comunicado.

Beijing reagiu ao comunicado comum indochinês com uma breve declaração do Ministério do Exterior (6.04.89), saudando o anúncio da retirada antecipada dos vietnamitas, mas insistindo em que a China continuará a armar os *Khmers Rouges* até o término comprovado da retirada. Brandir a ameaça dos *Khmers Rouges* representa, com efeito, o único trunfo com que conta a China para procurar reduzir a influência do Vietnam no Camboja. O recurso é sistematicamente usado, como parte da estratégia de atrito adotada por Beijing em relação a Hanói desde os anos 1975-78, quando se foi tornando claro que o Vietnam reunificado pretendia seguir linha independente da China. Cumpre acentuar, no entanto, que em janeiro do corrente ano conversações sino-vietnamitas de alto nível

foram abertas em Beijing, por iniciativa dos vietnamitas. Há quase dez anos não havia conversas diretas desse tipo, e não será de surpreender que a questão da retirada antecipada e outros componentes da fase final do problema do Camboja tenham sido ali aplanados. Um outro ponto litigioso que se diz ter sido abordado nessas conversações de Beijing foi o das Ilhas Spratly, no Mar da China do Sul.

Do Mar da China do Sul já se disse que é na verdade um "lago geopolítico". Além da sua função histórica de rota comercial entre a Ásia Oriental e o Oceano Índico, e nas últimas décadas, de teatro regional da confrontação estratégica entre as superpotências, esse mar semi-fechado tornou-se um emaranhado indeslindável de reivindicações e contra-reivindicações. Contém ele mais de 200 ilhas, recifes e baixios, e aos problemas de definição de plataformas continentais e águas territoriais, surgidos com a multiplicação dos Estados independentes no Sudeste Asiático, veio depois sobrepor-se o problema do traçado das zonas econômicas especiais e outras reivindicações permitidas pela Convenção do Direito do Mar. Há quatro grupos principais de aflorações: as Ilhas Pratas (Dongsha, em chinês), bem ao Norte do Mar, quase na altura de Hong Kong; as Ilhas Paracels (Xisha), a Oeste, ao sul da grande ilha chinesa de Hainan; o Banco Macclesfield (Zhongsha) e o Baixio Scarborough (Huangyen), praticamente na mesma latitude das Paracels, para Leste; finalmente, as Ilhas Spratly (Nansha), ao Sul do Mar.

O Governo da República Popular da China proclama a soberania da China, "desde tempos muito antigos", sobre todas essas aflorações. O Vietnam também diz serem suas, há séculos, as Paracels (Hoang Sa) e as Spratly (Truong Sa, em vietnamês). O grupo das Pratas e os baixios do Banco Macclefield (estes últimos permanentemente sob água, mas úteis para ancoragem em alto mar) não são disputados aos chineses, mas fazem parte do contencioso entre a China e Taiwan. Os dois regimes mantêm ilhas e baixios sob o respectivo controle. As Paracels estiveram sob jurisdição da França no período da colonização da Indochina. Após a Conferência de Genebra que criou os dois Estados do Vietnam, a China ocupou militarmente (1955) a parte oriental do arquipélago e o Vietnam do Sul logrou instalar-se na parte ocidental. Quando se patenteou o começo da derrocada do regime de Saigon, a China desalojou a guarnição sul-vietnamita numa feroz batalha (1974), e ocupou todas as Paracels. O regime de Hanói publicou irados protestos por ocasião das duas campanhas chinesas, mas só pôde enviar um destacamento naval ao arquipélago em 1975, após a vitória militar na terra firme. Algumas das Paracels ocidentais foram postas sob controle do Vietnam.

Mais complicada é a situação das Spratly. Além de Beijing e Taipei, e do Vietnam, as Filipinas e a Malásia têm reclamações sobre partes do arquipélago, e os cinco governos mantêm guarnições militares lá. Reclamante adicional poderá surgir, se o Brunei declarar uma zona econômica especial exclusiva, de 200 milhas, em torno do Recife Louisa, sobre o qual pretende aquele país ter soberania. O arquipélago das Spratly compreende cerca de 100 ilhas, recifes, baixios e bancos de areia, sendo que apenas 5 desses afloramentos merecem o nome de ilha. Taiwan mantém uma "base naval" em Itu Aba, onde durante a guerra os japoneses construiram uma estação para hidroaviões. O Vietnam tem sua "base" na Ilha Spratly. Mas o maior dos 5 afloramentos mencionados (1 milha de comprimento por 625 jardas de largura), Thithu (ou Pagasa) é sede da guarnição filipina. As águas do arquipélago têm revelado riqueza petrolífera e gasífera. Vários projetos de recuperação dessa riqueza estão em marcha ou sob consideração, tornando mais agudas as rivalidades nacionais. A rivalidade sino-vietnamita é a mais explosiva.

Na segunda metade de 1986, navios da Marinha de Guerra chinesa efetuaram por duas vezes viagens exploratórias e exercícios navais no âmbito das Ilhas Spratly. Em dezembro de 1987, 167 estações de observação foram instaladas pelos chineses em várias partes do arquipélago. A clara intenção da República Popular da China de ocupar permanentemente as ilhas alarmou o Vietnam. Mais de um ano de tensão crescente entre os dois países desenrolou-se, culminando no notório choque armado de março de 1988. Em fevereiro, o Governo de Beijing reafirmara publicamente sua soberania sobre as Spratly, arvorando-se o direito de "inspecionar, estudar e patrulhar" terras e águas do arquipélago. O Vietnam reagiu a essa avocação de direitos, e a guerra de comunicados transformou-se em troca de tiros no dia 14 de março de 1988. São fragmentárias as informações disponíveis sobre o choque armado, mas aparentemente o Vietnam ampliou sua presença no arquipélago.

Os países da ANSEA vêem com apreensão a possibilidade de a Questão do Camboja desdobrar-se, após a implementação de uma solução política na Indochina, em conflito sino-vietnamita em torno das Spratly. Qualquer tentativa da China de eliminar pela força a presença do Vietnam no arquipélago alarmará a Indonésia e a Malásia, com efeitos negativos não somente sobre o relacionamento da ANSEA com a República Popular da China, mas também sobre a própria coesão da associação dos asiáticos sudorientais. Não se deve esquecer que o principal cimento a amalgamar a ANSEA, o temor ao "expansionismo vietnamita", vem servindo para obscurecer a clivagem entre os membros do grupo a propósito do "expansionismo chinês". Uma superação diplomática dessas dissonâncias de percepção, e, idealmente, inclusive do indestrinçável novelo de reivindicações territoriais e econômicas no Mar da China do Sul, poderá talvez ser encontrada no robustecimento da idéia de fazer do Sudeste Asiático uma Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (*ZOPFAN*, na sigla inglesa). A idéia vem ganhando força na região, e merece ser acompanhada.

Os vietnamitas demonstram estar percebendo o interesse que haverá para eles na solidificação do seu relacionamento com a ANSEA, de um modo geral, e na promoção da *ZOPFAN* como forma de liberar o Sudeste Asiático do jogo das potências. Em fevereiro último, o Ministro do Exterior do Vietnam, Nguyen Co Thach, efetuou um périplo por capitais da ANSEA (Jacarta, Cingapura, Kuala Lumpur e Bangkok) mantendo intensas conversações em todas elas. No dia 10.04.89, a imprensa de Cingapura se fez eco de declarações de Thach, conclamando os países do Sudeste Asiático a transformarem a região numa zona de paz.

Um período de paz poderá efetivamente sobrevir para o Sudeste Asiático, se as potências que vêm conservando a Questão do Camboja no caldo de cultura dos seus *interesses estratégicos chegarem a uma composição entre eles. O microconflito cambo*jiano será superado. E ganharão relevo os fatores e forças regionais, os quais têm estado tolhidos de expressarem-se em causa própria. No contexto regional, dois países se destacarão: Vietnam e Tailândia. Mas antes de verificarmos porque, é necessário examinar um pouco a atuação dos Estados Unidos, na terceira fase ainda não esgotada da III Guerra da Indochina.

A China foi o chefe-de-orquestra dessa terceira fase. Em fevereiro de 1979, tropas regulares chinesas penetraram no Vietnam, na notória "expedição punitiva". A URSS respondeu com grande rapidez, estabelecendo uma importante presença naval e aérea no Vietnam. Beijing treplicou, agenciando a criação da coalizão tripartite chefiada pelo Príncipe Sihanouk, e que teve duas funções principais. Diluir o fato de que a ponta-de-lança da pressão militar contra o Vietnam eram os *Khmers Rouges*. Fornecer o

ponto-de-apoio para a pressão diplomática, de que se encarregaria a ANSEA, e para a pressão econômica, tomada a si pelos EUA. Na terceira fase da III Guerra da Indochina, a ação dos EUA foi sobretudo a de árbitro das relações econômicas do Ocidente em geral com o Vietnam. Usando da sua influência em Tóquio e junto às grandes instituições financeiras multilaterais, Washington vem logrando negar a Hanói, desde o começo dos anos 80, um afluxo financeiro externo que se calcula em meio-bilhão de dólares anuais.

Evidentemente, os EUA não deixaram a China ocupar-se sozinha, via *Khmers Rouges*, do futuro do Camboja. Uma alternativa não comunista tem sido alentada graças à coalizão tripartite. Em 1985, o Congresso americano aprovou a concessão de ajuda "letal e não letal" para a *Armée Nationale Sihanoukienne (ANS)* e o *KPNLF* de Son Sann. Por motivos de política interna, o Governo Reagan adotou a posição oficial de só estender ajuda "não letal". Em outubro-novembro de 1988, no entanto, tornou-se público que desde 1982 a CIA conduzia, em relação àqueles dois movimentos, uma das suas mais discretas operações de "contras". Somas bem superiores às da ajuda descoberta eram entregues anualmente a um comitê chefiado por militares tailandeses, com representantes de dois outros países da ANSEA, e parte pelo menos dessa ajuda encoberta era usada na compra de armas americanas. De arsenais da ANSEA ou de alguns fabricantes regionais com licenças americanas. Em julho de 1988, auditores do Senado americano descobriram que somas consideráveis da ajuda encoberta estavam sendo subtraídas, na Tailândia. Houve vazamentos para a imprensa. Dois jornalistas do *Washington Post* puseram a mão em telegramas e outro material incriminante. A história acabou sendo toda contada (cf. *Int. Herald Tribune*, de 01.11.88).

Começara também a tomar impulso o processo de solução negociada da Questão do Camboja, e o Governo Reagan foi levado a assumir posição mais nítida diante da coalizão tripartite. Sihanouk foi recebido em Washington (10-13.10.88) pelo Presidente e pelo Secretário de Estado, e o próprio Príncipe anunciaria indiscretamente, à imprensa, que a ajuda à ANS ia ser fortemente aumentada, sem restrições a que o dinheiro fosse usado para a compra de armas. Algumas semanas depois, em Paris, o Secretário de Estado-Assistente Gaston Sigur entregaria ao Príncipe mensagem especial do Presidente americano, comunicando o reconhecimento oficial do Governo dos EUA à pessoa de Sihanouk, como o chefe natural do regime que viesse a instalar-se no Camboja.

Ainda não está claro se os EUA vão insistir pela plena alternativa não comunista, o que levará à continuação das hostilidades para além da solução negociada. Ou se aceitarão um compromisso, com Sihanouk como Chefe de Estado de Um Camboja neutralizado, mas internamente comunista sob o Primeiro Ministro Hun Sen. A possibilidade desse compromisso tem estado no centro das conversações diretas entre o Príncipe e Hun Sen, iniciadas em Paris em dezembro de 1987, e pode na realidade ser vista como o grande ponto contencioso das várias instâncias empenhadas na solução da Questão do Camboja.

Os tailandeses parecem ter concluído por que prevalecerá o compromisso. Desde meados de 1988, Bangkok começou a normalizar e ampliar suas próprias relações com os atuais regimes indochineses, para crescente desagrado da ANSEA. A tendência intensificou-se a partir de agosto, quando Chatichai Choonhavan — um general reformado muito ligado aos meios empresariais — tornou-se Primeiro Ministro da Tailândia. Paralelamente à ação de Chatichai é visível um outro impulso, saído das Forças Armadas e também tendente ao desenvolvimento das relações econômicas com a Indochina e a Birmânia. O Gal. Chaovalit Yongchaiyut, Comandante Supremo em exercício das Forças Armadas, efetuou em 1988 uma reorientação radical das prioridades militares tailandesas, tradicio-

nalmente dominadas por preocupações de segurança interna e externa. Foi feita a paz com o Laos, em torno de zonas litigiosas na fronteira, e Chaovalit visitou a Birmânia em novembro. Na Birmânia como no Laos, o General preparou o terreno para investimentos tailandeses e o incremento das trocas bilaterais. Agora em março de 1989, o Banco Militar Tailandês foi o primeiro banco estrangeiro a receber autorização para abrir agência em Vientiane.

Se as grandes potências deixarem o Sudeste Asiático conduzir livremente os seus destinos, após a solução do microconflito cambojiano, a Tailândia vai-se destacar na região. Mas lhe será preciso, também, manter bom convívio com o Vietnam. Para compreender porque, convém lançar uma vista de olhos ao passado. Faremos isso, guiando-nos em especial por um erudito estudo de William S. Turley, incluído na coletânea: *East-Asian Conflict Zones* (*MacMillan Press* — 1987), compilada por Lawrence E. Grinter e Young Whan Kihl.

Os habitantes atuais do Sudeste Asiático desceram quase todos da China e das vastidões da Ásia Central. Em migrações espaçadas. Viets e Tais chegaram em séculos recentes e fundaram Estados dominadores e expansionistas, continuamente a avançar sobre as terras de velhos impérios em ruína. Como o Império *Khmer*, que entre os séculos VII e XIII da Era Cristã floresceu como uma das mais brilhantes civilizações do Sudeste Asiático. No sec. XVIII, buscando escapar ao cerco estratégico da Birmânia, o Sião (como era conhecida a Tailândia) invadiu o Laos, e tanto este como o Camboja pediram ao Vietnam proteção contra o amplexo siamês. Data daí intensa rivalidade entre tailandeses e vietnamitas, cada um dos dois povos procurando excluir o outro de influência sobre as terras intermediárias do Laos e Camboja. Em meados do sec. XIX, o Sião triunfava: parte do Laos fora absorvida, e a parte restante bem como grandes áreas do Camboja tinham sido postas sob vassalagem. A instalação da França no Sudeste Asiático sustou a expansão siamesa e inclusive forçou o Rei do Sião a restituir as conquistas feitas no Laos e Camboja. Mas a corte da Bangkok aprendeu a viver com o regime colonialista vizinho, o qual mantinha sob controle o rival vietnamita.

Quando se patenteou o enfraquecimento do regime colonial francês, durante a II Guerra Mundial, Bangkok não deixou de renovar, com apoio japonês, uma série de reivindicações sobre partes do Laos e do Camboja. O Japão perdeu, e nos anos 50 o Vietnam voltou a demonstrar osdesejo de estender sua influência a toda a Indochina. A Tailândia assinou um pacto de assistência militar com os EUA, cooperando com os americanos durante toda a Guerra do Vietnam. Vinte-e-sete batalhões tailandeses foram enviados para combater secretamente no Laos; um contingente de tropas lutou no Vietnam do Sul; bases aéreas foram franqueadas aos americanos para o bombardeio do Vietnam do Norte. Hanói revidou dando apoio à insurreição comunista na Tailândia, cujo principal suporte era contudo a China.

Alguns analistas pretendem que as décadas de tranqüilidade dadas à Tailândia pelo domínio francês sobre a Indochina teriam deixado sua marca nas forças armadas tailandesas. Há cerca de um século não sustentam estas uma guerra externa própria. Transformáram-se com o tempo em participantes ativos da vida político-partidária do país, e representam hoje possivelmente o principal centro de elaborações e implementação de estratégias desenvolvimentistas, no plano econômico. No final dos anos 70, quando desapareceu também a proteção da aliança americana contra os vietnamitas, a Tailândia foi levada a uma cooperação militar com a China. Tropas de Hanói tinham deposto em Phnom Penh os *Khmers Rouges*, e estes buscaram asilo nos lindes do Camboja com a

Tailândia. Há dez anos os *Khmers Rouges* vêm sendo equipados e armados pela China, graças a linhas de suprimento que passam pela Tailândia e são administradas pelo exército tailandês. O *Int. Herald Tribune* de 28.10.88 publicou artigo do seu correspondente no Sudeste Asiático, com dados e cifras sobre essa cooperação sino-tailandesa, na qual a contrapartida recebida pela Tailândia foi a cessação da ajuda que a China vinha dando aos guerrilheiros comunistas tailandeses. E como observou o jornalista americano: "the collapse of the insurgency had helped to galvanize the business and investor confidence on which Thailand's current economic boom was based". Sobre a evolução acima evocada, leia-se o longo estudo de dois reputados professores tailandeses, Chai-Anan Samudavanija e Sukhumbhand Paribatra, em *Durable Stability in Southeast Asia*, coletânea publicada pelo *Institute of Southeast Asian Studies* (Singapore — 1987).

A digressão histórica dos quatro parágrafos anteriores torna mais claro o empenho que vem pondo a Tailândia em ativar e ampliar suas relações econômicas com os três Estados indochineses. "Vou transformar a Indochina de um campo-de-batalha em mercado (para os produtos tailandeses)" — proclamou em agosto de 1988 o Primeiro Ministro Chatichai. O trampolim natural para essa investida é o Laos, país com o qual a Tailândia possui laços étnicos e culturais profundos. Mas além da avalanche de visitas e contratos comerciais com o Laos, o Governo Chatichai tem estimulado a abertura econômica em direção ao Camboja e ao próprio Vietnam. Repetindo nisso o exemplo de Cingapura. Os cingapureanos, com efeito, sempre distinguiram entre comércio e pressão diplomática sobre o Vietnam, na Questão do Camboja. Japão e Cingapura repartem entre si o grosso do comércio internacional do Vietnam, que nos últimos três anos andou em torno de 1 bilhão de dólares anuais, não incluído o comércio com a URSS. Os empresários tailandeses têm demonstrado apreensão quanto a serem deixados para trás por japoneses e cingapureanos, quando sobrevier a paz com a Indochina. Chatichai tentou inclusive obter a anuência dos EUA para fazer da Tailândia uma espécie de catalizadora de capitais e ajuda internacional para o soerguimento dos Estados indochineses e da Birmânia, ponto incluído num longo memorando por ele entregue ao Presidente Bush, em Tóquio, por ocasião do funeral de Hiroíto. A reação americana não foi nada simpática.

Mas Chatichai vê-se compelido a ir em frente. A fim de garantir posições para a Tailândia, e também para não ter sua concepção do futuro ultrapassada, na própria Tailândia, por aquele outro impulso paralelo a que nos referimos. Em discurso no Dia das Forças Armadas tailandesas (25.01.89), o Gal. Chaovalit trouxe a público um projeto que se diz ser de sua própria autoria, com vistas a fazer da Tailândia o centro do renascimento econômico e cultural de vasta região abarcando a Indochina e a Birmânia. O General chamou essa construção visionária de *Suwannaphume* (Terra de Ouro), e seu projeto tem sido retomado em outras instâncias militares. Não vêm faltando por outro lado as reações críticas. Alguns comentaristas trazem inclusive à colação o projeto da Grande Tailândia, promovido antes e durante a II Guerra Mundial pelo regime nacionalista extremado do Marechal Pibulsongkram.

As idéias de Chatichai parecem ser bem mais modernas. A Tailândia é hoje um país de 55 milhões de habitantes, em vias de estabilizar-se politicamente e com possibilidades de ascender à posição de NPI. O novo Primeiro Ministro, que passa por ter o apoio da parte mais dinâmica do empresariado, cercou-se de uma equipe de professores universitários, ainda jovens, e alertas para a importância que a ciência e a tecnologia estão tomando para o desenvolvimento econômico dos países. Sob influência deles, a Tailândia vem adotando linha de combate nas negociações sobre patentes com os EUA. Uma das

reivindicações do memorando que Chatichai entregou a Bush era a de que os EUA contribuissem, liberalmente, com aportes tecnológicos para a renovação, via Tailândia, da *Indochina e da Birmânia. As iniciativas diplomáticas e econômicas da equipe de assessores* de Chatichai têm provocado descontentamento em vários setores, domésticos e estrangeiros, e o Primeiro Ministro já precisou temperar bastante sua política em relação à Indochina. Em meados de março de 1989 ele foi a Beijing, onde segundo os jornais lhe foram feitas preleções sobre o perigo de confiar no Vietnam.

Os tailandeses terão ainda de arrostar muitos obstáculos se quiserem se firmar como força regional independente. O Vietnam vem há dez anos pagando forte por ter ousado aplicar fórmula de uso das superpotências, reagindo ao que lhe pareceu provocação regional intolerável: os ataques mortíferos dos *Khmers Rouges* às populações vietnamitas da zona fronteiriça. O contexto regional do Sudeste Asiático comporta essa ironia de que, tendo sido a luta irredutível e prolongada dos vietnamitas o principal fator da substituição da velha ordem colonialista, na região, por um sistema de Estados soberanos e independentes, venha sendo o Vietnam dessangrado, enquanto os países da área prosperam de modo geral. A explicação *fácil* de que se trata do confronto de dois sistemas sócio-econômicos distintos: um essencialmente bom (o capitalismo), outro essencialmente mau (o socialismo), deixa de lado uma série de outros elementos, a começar pelos ganhos comerciais que as diversas Guerras da Indochina têm proporcionado aos países vizinhos.

Nenhum país do Sudeste Asiático foi tão destruído, na sua luta pela independência nacional, quanto o Vietnam. Recorde-se apenas a *Operation Ranch Hand*, no curso da qual os americanos espalharam sobre campos e matas vietnamitas 40 milhões de litros do agente alaranjado, 20 milhões de litros do agente branco e 8 milhões do agente azul. Os cientistas de Hanói calculam que 2,2 milhões de hectares de floresta e campos de cultivo, 20 milhões de metros cúbicos de madeira de valor comercial, 135 mil hectares de plantações de borracha, 300 milhões de toneladas de alimentos foram perdidos em conseqüência da operação citada e congêneres. E no entanto, enquanto os países que sofreram a ocupação japonesa receberam no período 1955-1976 consideráveis recursos a título de reparações de guerra, não se sabe de reparação paga ao Vietnam. Sob o título *The Re-greening of Vietnam*, o semanário inglês *New Scientist* publicou a 23.06.88 artigo sobre o trabalho de reflorestamento, inclusive com êxitos científicos de promessa para outros países com problemas de reconstituição do meio natural, que vai levando adiante o *Vietnam. Praticamente com a prata da casa. Além de alguma ajuda financeira da URSS, o* programa em apreço contou até agora com menos de 1 milhão de dólares da Suécia, mas o Governo de Estocolmo já comunicou que essa ajuda cessará se as tropas vietnamitas não se retirarem do Camboja até 1990.

A expectativa, conforme já assinalamos, é de que a retirada ocorra antes desse prazo. E que a situação no Sudeste Asiático possa elevar-se a um novo patamar de convivência regional. Em seminário da ADIPA, uma ativa célula de reflexão de professores universitários da Ásia-Pacífico, baseada em Kuala Lumpur, o malásio Zakaria Haji Ahmad acentuou que somente a partir de 1975, vale dizer, após o término da II Guerra da Indochina, puderam os Estados do Sudeste Asiático encetar entre si relações genuínas e *modernas* (grifo de ZHA). Cabe esperar que o fim da III Guerra da Indochina marque o início de relações de novo tipo, liberadas das divisões ideológicas que envenenaram toda a época da II Revolução-Industrial. Na Ásia-Pacífico robustece-se a idéia de que, no mundo *da III Revolução Industrial, o entendimento econômico terá de preponderar sobre a* mobilização militar.

Nesse sentido vai a ação do Primeiro Ministro Chatichai, na Tailândia. E os três Estados indochineses têm respondido positivamente. Não disporemos de espaço aqui para descrever a marcha da *perestroika* e da *glasnost* no Vietnam, Laos e Camboja, a partir de 1986. Uma apresentação bem desenvolvida e atual é encontrável no número do quarto trimestre de 1988 (Vol. I, Nº 4), da *Pacific Review*, publicada na Grã-Bretanha pela Oxford Univ. Press (Geoffrey C. Gunn, *The Prospects for Reform in Indo-China*).

O que é preciso frisar, inclusive para informação dos empresários brasileiros, é que o impulso de liberalização econômica da Indochina está tomando vulto e aceleração, e a corrida dos homens de negócios estrangeiros já começou, em antecipação do fim esperado da Questão do Camboja. Os países da Baica do Pacífico Norte, liderados pelo Japão; os países do Leste europeu; países como a França, a Itália e a Espanha disputam entre si as posições. No petróleo do Vietnam. Nas obras de infraestrutura, por toda parte. O Laos é um importante reservatório de recursos minerais e a Tailândia, por exemplo, busca parceiro com tecnologia para o levantamento de indústrias siderúrgica e metalúrgica com financiamento tailandês. Os EUA mantêm-se distantes, oficialmente, mas a diáspora vietnamita da Califórnia está tomando a iniciativa de preparar o terreno para a chegada de capital privado americano. Multiplicam-se as delegações filantrópicas e as visitas de Senadores. E já andam em centenas os antigos combatentes americanos que se estão mudando para o Vietnam, em busca de superar — através da dedicação a um empreendimento *produtivo qualquer — as lembranças que os perseguem das destruições* do tempo da guerra. Os médicos já deram até um nome para o impulso que leva a essa mudança: "desordem de tensão pós-traumática".

(terminado em 30.04.89).

EN LOS UMBRALES DE LOS 90: INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CAMBIOS INTERNACIONALES

Félix Peña*

La crisis del desarrollo latinoamericano.

Existe consenso dentro y fuera de la región, sobre la profundidad de la crísis de desarrollo por la que está atravesando en los últimos años América Latina. Luego de disfrutar de un período de expansión ininterrupida, que va desde 1964 hasta 1980, en el que la región experimentó un crecimiento promedio del 6% anual, en los últimos siete años ese crecimiento no ha llegado nunca al 4% y según recientes estimaciones de la CEPAL, el producto total de la región crecería este año, sólo un 0.6%. Peor aún, en casi todos los países el producto por habitante es actualmente inferior al alcanzado en 1980 y de confirmarse las estimaciones de la CEPAL, este año descendería 1.5%. Son datos elocuentes de una interrupción del proceso de crecimiento que esta generando, por su magnitud, fuertes tensiones tanto en la cohesión social interna como en la estabilidad de los procesos de democratización y de transformación económica de las sociedades latinoamericanas.

Si se coloca la actual crisis latinoamericana en un contexto histórico y mundial más amplio, se observa que se esta viviendo un período de cambios profundos que abarcan todo el espectro de las relaciones económicas y financieras internacionales contemporáneas. Como señalaba recientemente Enrique Iglesias, "no hay país, no hay región, no hay institución, que no este sometida a las conmociones de nuevos desafíos y oportunidades que plantean a la comunidad internacional, entre otros, los cambios tecnológicos y los que se observan en las condiciones del financiamento internacional". Y agregaba, que "estamos en los umbrales de un mundo distinto, en que los modelos de desarrollo que experimentaron los países latinoamericanos en décadas anteriores están agotados, y en

* Presentación efectuada en el VI Simposio Internacional anual sobre *"América Latina frente a las nuevas tendencias del sistema internacional"*, organizado por le Centro Peruano de Estudios Internacionales (CEPEI), Lima, 28 de noviembre-lro, de diciembre 1988. Las opiniones presentadas por el expositor, son estrictamente personales y no comprometen ni reflejan necesariamente las del Banco Interamericano de Dessarrollo, institución en la que se desempeña como Subgerente de Integración.

que no estan totalmente perfilados los rasgos que tendrán los nuevos modelos de desarrollo y de inserción en la economía internacional. Por ello estamos en crisis. Precisamente por estar en el medio del tránsito a un nuevo ordenamiento de las relaciones económicas internacionales y a una nueva etapa del desarrollo económico latinoamericano".

En una reciente y brillante conferencia, el embajador Rubens Ricúpero[2] nos recuerda precisamente aquella famosa nota de Antonio Gramsci, en el sentido que la crisis consiste en el hecho que lo viejo esta muriendo y lo nuevo no ha podido aún nacer, y que *en el interím una gran variedad de síntomas parecen morbosos.* Puedo agregar en tal perspectiva, que es una vieja América y un viejo mundo los que estan desapareciendo en una lenta y por momentos dramática metamorfosis, sin que resulten claros aún los signos característicos de la nueva América Latina y del nuevo mundo que nos tocará vivir en el futuro.

El propio Ricúpero, al constatar lo duro de este tránsito por el desierto hacia una nueva tierra, nos dice que "antes que esa nueva tierra se revele en las tinieblas del futuro, América Latina aparece indefensa y perdida, estrangulada por la deuda y paralizada por contradicciones internas. Muchos de estos miles, incluso de millones de latinoamericanos que forman un desesperado "boat people" en búsqueda de las playas salvadoras de los Estados Unidos, no se dan cuenta que estan repitiendo, 150 años más tarde, la terrible conclusión de Bolivar en la carta que escribió poco antes de su muerte desde Barranquilla al General Juan José Flores: "en nuestra América sólo hay una cosa a hacer: emigrar". Y concluye Ricúpero, en que no es necesario agregar que usa tal evocación, sólo como un medio retórico para resaltar la necesidad de una vigorosa reacción que depende no exclusivamente pero principalmente de nosotros mismos.

Es en torno a tal necesidad que quiero situar mis reflexiones de hoy, sumándome así a los muchos que ven en la actual crísis, un imponente estímulo a la imaginación y a la acción a fin de reconstruir, en las más adversas circunstancias, las condiciones para el desarrollo latinoamericano y para una inserción activa en las relaciones económicas internacionales.

Cambios en el sistema internacional

Se observa en la región, una fuerte perplejidad ante la naturaleza y el alcance de los cambios que se estan operando en el sistema internacional, y sobre la forma en que ellos pueden condicionar su futuro. Son momentos en que es necesario, a pesar de las premuras del corto plazo político y económico, detectar las fuerzas profundas que ya estan operando en el escenario internacional, a fin de detectar aquellos hechos portadores de futuro que permitan anticipar el mundo que nos rodeará en pocos años más.

En tal sentido, quiero situar mi análisis en una perspectiva teórica de las relaciones internacionales, en la que las unidades autónomas de poder que conforman un sistema internacional concreto, aparecen compitiendo entre sí en planos de cooperación y de conflicto, en torno a recursos de poder, de espacio territorial, de mercados, de ideas y valores. Las características de la competencia, estan fuertemente determinadas por la configuración de la distribución de poder relativo entre dotas ellas, pero en particular entre aquellos que pueden movilizar mayor cantidad y mejor calidad de recursos de poder. La tendencia histórica de las potencias ubicadas en los planos más elevados de la estratificación internacional es, como señalaba con acierto Araujo Castro, la de tratar de congelar la distribución del poder mundial, logrando que las reglas de juego de la compe-

tencia internacional, entendida ésta casi con un sentido deportivo, reflejen sus valores e interesses. De allí resulta una puja también histórica, entre lo que podemos denominar la "lógica de la estratificación" frente a la "lógica de la democratización", cuando se trata de definir nuevas reglas de juego de la competencia internacional. Esta puja es más acentuada y visible, en períodos de tránsito de una forma de ordenar las relaciones internacionales a una nueva, es decir los períodos que el profesor Stanley Hoffman denomina como "revolucionarios", por contraste a aquellos caracterizados por un orden internacional acentuado y legitimado.

En la perspectiva antes apuntada, se observa en los umbrales de la década de los noventa un sistema internacional que comienza a caracterizarse por una acentuada y por momentos agresiva, competencia económica entre sus principales protagonistas. La mayoría de los países aparecen interrogándose sobre cómo prepararse mejor para competir en el nuevo escenario económico internacional. En la conferencia antes citada, Ricúpero nos recuerda que ningún país tiene garantizada su supervivencia o su participación, si es incapaz de acompanãr los cambios que estan ocurriendo en el plano internacional. Y casi simultaneamente, desde su perspectiva americana, el profesor Raymond Vernon, en la presentación de su muy reciente libro[3] nos dice: "today, a new international order is emerging, shaped by revolutionary technologies of production and communication. In this new order, international capital flows and multinational enterprises play a much greater role. No nation can insulate itself from exposure to such outside economic influence except at very high cost. Nor can any nation alone determine the character of the restructuring of the internacional economy".

Como nunca en la historia se observa hoy en todo tipo de sociedades, cualquiera que sea la ideología predominante en la articulación de sus relaciones intra-societales, una dinámica de un cambio interno impulsado básicamente por la necesidad de ajustarse a los requerimientos de los cambios externos. La necesidad de prepararse para competir en el plano internacional, consecuencia a su vez de los imperativos de una interdependencia económica global cada vez más intensa y alimentada por profundos cambios tecnológicos, sustenta una nueva cultura que emerge en el mundo contemporáneo, reflejada tan nítidamente en la ya popular expresión de la "perestroika". No es el cambio por el cambio mismo. No es el cambio por imperativos ideológicos. Es el cambio por agotamiento de lo anterior. Es el cambio para no quedar marginado históricamente de una suerte de maratón internacional, en que los ritmos los fijan quienes hacen punta a partir del control de la dinámica de las innovaciones tecnológicas. Maratón que genera sus propias reglas de juego. Que genera sus propias "fatigas" y tentaciones al abandono. Maratón que es por momentos agobiante. Que tiene un alto costo social el seguir. Pero tiene también un alto costo social el abandonar.

Tres tendencias de las relaciones internacionales contemporáneas

Tres tendencias caracterizan crecientmente al sistema internacional actual. La primera, es la que podríamos denominar la comercialización de las relaciones internacionales. Lo económico, y más concretamente lo comercial, comienza a dominar la agenda de las relaciones internacionales contemporáneas. Ello es consecuencia, por un lado, de la relativa distensión política que ha creado el entendimiento ruso-americano en el plano estratégico-militar, incluyendo el de los conflictos regionales. Pero por otro lado, es consecuencia: de la globalización de la interdependencia económica, acelerada en los sectores de alta tecnología en que las inversiones necesarias requieren aprovechar ventajas

competitivas operando a escala mundial; de la emergencia de nuevos protagonistas dispuestos a competir a escala global, tal el caso de los países del sudeste asiático, así como el del gradual pero decisivo ingreso de la Unión Soviética y de China a la competencia por los mercados mundiales; del desarrollo de vastas redes de comercio internacional por los grandes bloques económicos organizados en torno a los Estados Unidos, al Japón y a la Comunidad Económica Europea. También es resultado del éxito de lo que el profesor Rosecrance, denomina los "trading states" por contraposición a los "territorial states" en su importante libro "The Rise of the Trading State", publicado en 1986. La segunda, es la de la ampliación del propio concepto de comercio internacional, que abarca cada vez más, no sólo productos, sino que también servicios, inversiones, financiamiento y aún mano de obra. De allí la tendencia del GATT a ampliar sus fonteras temáticas, aproximándose así a lo que en la Conferencia de la Habana se imaginó como una organización mundial del comercio. Y finalmente, la tercera tendencia, es la de la politización del comercio internacional, consecuencia obvia de las dos primeras, y que se expresa en la creciente incidencia de consideraciones de poder en la administración del comercio exterior, práctica a la que han sucumbido incluso aquellos países que aspiran al ideal de un comercio mundial libre de restricciones e interferencias estatales. Casi es una paradoja, que cuanto más avanza en muchos países la idea de un repliegue del Estado con respecto a la sociedad civil y a la actividad económica, más se torna evidente la forma en que a través de restricciones no arancelarias, cuotas voluntarias, compras estatales, sectores reservados a nacionales, subsidios, financiamiento de exportaciones, etc., los gobiernos tratan de proteger sus mercados, conquistar porciones de los externos, en fin administrar el acceso a los propios operadores económicos en los de terceros países.

Integración regional, realidades nacionales e inserción internacional

La idea de integración, en el mundo y en América Latina, también está viviendo su período de "revolución cultural". Ha retornado a la agenda de las cuestiones críticas del desarrollo y de las relaciones económicas internacionales de los países latinoamericanos, *favorecida por la profundidad de la crisis del desarrollo económico regional, por el problema* de la deuda externa y por el revivir democrático.

Pero retorna renovada en los planos conveptual y metodológico. Renovación conceptual, pues no se la asocia necesariamente a formas preconcebidas de interconectar sistemas económicos ("mercado común", "zona de libre comercio", "unión aduanera", etc.). Incluso creo, que el operador económico la asocia crecientemente con la necesidad de poner en común mercados y recursos, a través de cualquier medio eficaz y efectivo, que garantice una razonable estabilidad en las reglas de juego que inciden sobre las decisiones de comercio e inversión. O el operador político la visualiza, pragmáticamente, con evitar lo contrario que sería la desintegración, el conflicto como hipótesis de trabajo prioritaria en las relaciones con los vecinos, los compartimientos estancos, el potencial de negocios no aprovechado la asocia con la idea de una interdependencia en la que predomine la cooperación por sobre el conflicto. Y renovación metodológica, pues el operador político actual está visiblemente independizado de formas rígidas y juridicistas, confiando más que antes, en la imaginación y capacidad innovadora del operador económico, buscando liberar energías que tornen posible lo que antes se consideraba imposible o difícil, y si bien reconoce la realidad de "Europa 1992", no sueña como antes sí, en reproducir en América Latina el modelo comunitario.

La integración es hoy entonces, parte de la profunda renovación de ideas y de forma de acción, que se evidencia en todos los planos en la actual América Latina. Un elemento esencial de esa renovación y también es cultural, es la aceptación de la idea que en una interpedendencia económica global, que aparece como ineludible, corresponde realizar un amplio esfuerzo societal para competir y negociar, en todos los planos y ámbitos imaginables.

Curiosamente, en tal perspectiva, la idea de nación aparece más estrechamente vinculada a la idea de región que antes, tornándose la región como el ámbito para la realización nacional. Esta simbiósis de dos naciones aparentemente contrapuestas, esta presente en el actual debate europeo sobre las consecuencias políticas del mercado único de 1992 y fue expuesta por la Primer Ministro británica en su ya famoso discurso, en agosto reciente, en Brujas. Casi dos décadas después se ha recreado un debate europeo en la materia, en el que el enfoque de la señora Tatcher retoma el que entonces planteaba el General De Gaulle, si bien hay razones para argumentar que uno y otro, entienden la idea de Europa en su relación con el resto del mundo, de una forma esencialmente diferente.

Lo cierto es que el hecho de desarrollar una metodología efectiva de trabajo en conjunto, así como el hecho de compartir mercados y recursos, no ha debilitado sino que ha fortalecido, las realidades nacionales europeas. Por el contrario, en Europa como en otras regiones, la dureza de la competencia económica internacional, parece haber reforzado la necesidad de basar en firmes solidaridades intrasocietales, el esfuerzo nacional para penetrar mercados y asegurarse el abastecimiento de los recursos necesarios para la respectiva economía interna. Las ventajas parecen inclinarse, como lo demuestra el caso de Japón, hacia quienes pueden ser eficientes a partir de la sólidez de su propia organización interna y de la eficaz movilización de energías nacionales, en base a un sistema político y social, distinguido por notas de solidaridad, estabilidad, legitimidad y consenso. En tal sentido, capacitad para competir no es contradictorio con las ideas de solidaridad y cooperación, sino que las supone en cada ámbito nacional y en el de las naciones que se agrupan en torno a distintas modalidades de procesos de integración.

/ Este esfuerzo nacional para participar en un sistema internacional con las características apuntadas, requiere a su vez modalidades y tecnologías organizativas muchos más sofisticadas que las que normalmente han empleado gobiernos y empresarios de la región. Requiere por cierto, de un gran esfuerzo de concertación interna entre fuerzas políticas, sociales y económicas. Requiere además, de condiciones macroeconómicas que faciliten el espíritu de empresa y el surgimiento del empresario innovador schumpeteriano. Requiere, asimismo, quebrar mentalmente, especialmente por parte de los operadores gubernamentales y económicos, la distinción entre mercados internos y externos, ya que de lo que se trata es de ser competitivo en cualquier mercado y en tal perspectiva, el primer mercado "internacional" pasa a ser el propio mercado interno. Por cierto que ello dependerá del tipo de bienes o de servicios de que se trate, pero precisamente la tendencia debería ser la de limitar gradualmente a lo mínimo, el área de lo que quede excluído de los requerimientos y del impacto de la interdependencia económica global.

En la perspectiva antes apuntada, no parece haber una antinomia entre "integración transnacional" e "integración regional". Si tal antinomia existiera, cabe preguntarse si es que no querría decir que algunas de las dos ideas estuviera, desde el punto de vista práctico, mal planteada? . Sí parece necesario en cambio, discutir las modalidades operativas de la interconexión entre ambas dimensiones externas de cada economía latinoamericana, los ritmos de avance en un plano y en el otro, y la racionalidad económica y

política, de los tratamientos preferenciales que se negocien, por acuerdos bilaterales o multilaterales, en determinados ámbitos económicos externos de cada país. Pero en definitiva, ambas parecen ser dimensiones complementarias de la inserción económica externa de un país en un sistema económico internacional que está caracterizado a la vez, por la fuerte presión hacia la interdependencia global, por las realidades del comercio administrado, por el predominio de los requerimientos financieros, por la emergencia de las redes de comercio internacional en torno a algunas de las grandes "fortalezas" económicas del mundo industrializado, de las cuales "fortaleza Europa" es sólo la más publicitada.

Competencia y negociación internacional

Participar en un sistema internacional con las características apuntadas, requerirá a nivel gubernamental y empresario no sólo capacidad, voluntad y organización para competir, sino que también para negociar. Competencia y negociación, son dos estados mentales y aptitudes que deberán ser acentuadas por parte de los países que nos quieran ceder, de antemano, ventajas competitivas a los demás protagonistas del sistema internacional.

Negociar, supone saber qué es lo que se quiere como comunidad nacional, es decir tener una estrategia nacional. Supone espíritu de compromiso y capacidad para transar. Supone conocer lo que los demás competidores quieren y pueden hacer. Supone desarrollar alianzas con otros competidores. Competencia y cooperación son en tal sentido elementos indisociables de una estrategia nacional para participar en un juego internacional completo y lleno de matices. Negociar supone, una vez más, organización. Tanto a nivel macro como a nivel micro. Tanto a nivel nacional, como a nivel de la región o subregión en la que un país se inserta para maximizar su potencial participativo en los escenarios económicos mundiales.

Por el momento, son dos los grandes frentes negociadores económicos internacionales, en que estan envueltos los países latinoamericanos y que más pueden incidir en su capacidad para participar con razonables ventajas, en el sistema económico internacional de los noventa. Uno, es el que se relaciona con la distribución internacional de los costos del ajuste, consecuencia éste de los desajustes económicos en que se incurrieron en el mundo en los eurócicos años 70. Participaron de ellos los acreedores, que prestaron dinero sin adecuado control de calidad y los deudores, que no siempre utilizaron ese ahorro externo, proveniente en gran parte de los sucesivos shocks petroleros, para invertir en actividades productivas capaces de generar los recursos necesarios para el repago de los préstamos. Es el frente en que se negocian las deudas externas. De allí la tésis latinoamericana sobre la corresponsabilidad. El otro frente negociador, se relaciona con la distribución internacional de las oportunidades para producir y comerciar. Es principalmente el de la Rueda Uruguay. Pero también lo es el de las negociaciones bilaterales con los Estados Unidos y con las otras potencias comerciales mundiales, o las que éstas celebran entre sí, bilateralmente o como grupo.

Interdependencia global, disciplina económica y orden mundial

Estos dos ámbitos de negociación internacional, son los que condicionarán en definitiva, el tipo de disciplina económica individual y colectiva de las naciones que tornará viable una razonable convivencia económica en un mundo signado por la interdependencia global. Y ésta es una cuestión central de comprender en América Latina. Es la

interdependencia económica de alcance global, impulsada por factores tecnológicos y no exclusivamente por voluntades políticas o por convicciones ideológicas, la que crea ineludibles exigencias objetivas de disciplina individual y colectiva de las naciones. Lo contrario, sería alimentar la tendencia a la anarquía en el sistema económico internacional, que históricamente ha conducido a la guerra.

El problema es cómo y con que criterios se determinam las reglas de juego que hagan posible esta disciplina económica internacional, las que a su vez condicionarán los alcances de la disciplina económica individual de cada nación. La única fórmula que indica la razón, es la de la negociación, en definitiva, la de la concertación. Antes podía definirse el orden internacional, ya que es de eso que estamos hablando, a través de la fuerza, es decir de la guerra. Hoy también sería posible hacerlo así. Pero sería éste un recurso irracional, en términos claros, la locura, dado el estado actual de la tecnología militar. Y hay conciencia en tal sentido, al menos en la mayoría de las naciones.

Cómo conciliar la histórica propensión de las grandes potencias a aplicar lo que hemos denominado la lógica de la estratificación, con la necesidad de concertar un orden internacional compatible con los requerimientos de la interdependencia económica global, pero también con los de valores de justicia y equidad? . Cóm tornar viable una transición concertada hacia un orden internacional basado en la lógica de la democratización, que atienda tanto a tales valores como a los requerimientos de eficiencia económica? . He aquí quizás el gran desafío contemporáneo de la humanidad de cuya respuesta dependerá la suerte de un orden internacional eficaz, estable y legitimado, condiciones casi ineludibles para el rechazo de cualquier tentación a la irracionalidad en el comportamiento individual y colectivo de las naciones. Tema éste clásico de las relaciones internacionales, sobre el cual en tiempos de incertidumbres conviene meditar.

Parece prudente aspirar a que a través de un gran esfuerzo de organización individual y colectivo para competir y negociar, América Latina pueda contribuir a desarrollar la idea de una transición dialogada, concertada, negociada, de un orden económico internacional agotado hacia otro más apropiado para los requerimientos de la interdependencia económico global y adaptado no tanto a la distribución real del poder económico mundial del período que hemos vividos desde la última post-guerra, sino a la que se vislumbra para las próximas dos décadas, más dispersa en un número amplio de países o de grupos de países.

Es en esta última perspectiva que cabe reenfocar toda la discusión actual sobre el multilateralismo, en particular en relación a los mecanismos que intentan institucionalizar una disciplina económica individual y colectiva de las naciones, que en el campo de comercio internacional, en su acepción ampliada, lo es sin duda el del GATT.

Pero cabe preguntarse también sobre si pueden los ámbitos de negociación interna de la propia región, en lo comercial y hoy en día también en materia de deuda, quedar disociados de lo que ocurre en el plano de las negociaicones a escala global? . Puede disociarse una estrategia negociadora de cada país en el ámbito de la ALADI, por ejemplo, con lo que es la estrategia negociadora en el ámbito de la Rueda Uruguay del GATT? . Pueden ambas estrategias y su implementación, caer bajo la órbita de distintos ámbitos gubernamentales dentro de cada país, como suele ocurrir en la actualidad? .

Ninguna de estas preguntas y otras similares podrían tener una respuesta negativa, si es que los países latinoamericanos tiene clara consciencia de lo que significa prepararse para competir en los noventa y negociar en el ámbito económico internacional con las grandes "fortalezas económicas", resultantes de los acuerdos de integración del mundo

industrializado. Al menos, observemos lo que hacen nuestros potenciales competidores. Ya que hacer menos que ellos, en términos de organización, es concederles de antemano una ventaja decisiva.

Tres cuestiones relevantes de la integración regional

Deseo primero referirme a una primera cuestión crucial que se vislumbra ya en el horizonte de la agenda de las relaciones económicas internacionales de la América Latina de los noventa. Es la de la coherencia entre la visión latinoamericana de un orden económico mundial y la visión de los países mayores de la región con respecto al desarrollo de un orden económico intra-latinoamericano. Convergencia interregional y convergencia frente a terceros, deberían ser percibidas como dos caras de una misma moneda. Se trata en definitiva de la relación que se entable entre el tejido de intereses económicos y políticos, interno a un grupo de países, y el tejido de sus intereses frente a terceros. El haber comprendido esta relación, es quizás una de las claves del relativo éxito europeo en construir un sistema administrable de interdependencia económica cooperativa, es decir, un marco legítimo para un esfuerzo de disciplina económica colectiva a escala de una região.

Pero, no será que a su vez la clave para encarar ese aspecto del relacionamiento económico intralationamericano, cruza por una redefinición que los propios países de mayor dimensión económica hagan de su rol en la integración y el desarrollo económico regional? . No estará la clave en fin, en que puedan asumir por propia conveniencia, un papel de países más preocupados en comprar para poder vender dentro de la región, más orientados a una actitud de donantes, más proclives a compartir con el mundo industrializado responsabilidades en relación al desarrollo de los países de menor dimensión económica de la propia region? Este es un tema que merece ser examinado en todo su alcence y en todas sus consecuencia prácticas.

Quizás en el Compromiso de Acapulco del Grupo de los 8 y en el programa de México con Centroamérica, así como en la facilidad petrolera del Acuerdo de San José, se encuentre el sentido de dirección que habría que tomar con firmeza en el futuro para el desarrollo de una efectiva solidaridad latinoamericana. Quizás reflexionar sobre estas ideas, desde la perspectiva de cada uno de los países mayores y de su sector empresario, permita demostrar que una profunda racionalidad económica puede sustentarlas, sin mencionar por cierto, los beneficios políticos que podrían derivarse, no siendo los menores los que se refieren a acreditar en el mundo, un nuevo modelo de relacionamiento económico entre países de distinto grado de desarrollo económico.

Por años nos hemos acostumbrado, especialmente en los organismos internacionales, a visualizar la integración latinoamericana desde el prisma de una hipotética racionalidad supranacional, a escala regional o subregional. Esta es la segunda cuestión que quiero plantear. Creo que no se ha hecho un esfuerzo similar, ni se ha hecho siempre en los propios países ni entre sus empresarios, para examinar la idea de integración o siquiera la del aprovechamiento sistemático del respectivo entorno económico regional o subregional, desde la perspectiva de cada país o de la perspectiva de sus operadores económicos. Si la integración es un instrumento de desarrollo debe tener un claro impacto en la inversión. Pero nos hemos colocado en los zapatos de inversores potenciales de carne y hueso, cada vez que hemos diseñado mecanismos de integración o de expansión del comercio? . Pondríamos los "arquitectos" de la integración, nuestro propio dinero a

correr riesgo en una inversión destinada a aprovechar un mercado ampliado por los acuerdos que diseñamos? . En general diría que no, pues más que preferencias o condiciones de acceso a los mercados definidas sobre bases sólidas y estables, hemos practicado sistemáticamente bajo el nombre de integración, lo que en realidad han sido préstamos precarios de mercados que desaparecen con rápidez, normalmente la presión de algún sector proteccionista que actúa con argumentos legítimos o no. Ese hecho, explica muchas distorsiones en el libreto integracionista (nítidas en los sesenta) y la tendencia a lo que recientemente un periodista ha denominado con acierto, el "silopsismo", que lleva a creer que lo que se sueña o desea, se transforma por ese sólo hecho en realidad.

Pensar el mercado y los recursos del entorno latinoamericano, desde la perspectiva de cada país y de la de sus operadores económicos, es un ejercicio pocas veces ensayado. He aquí un vasto campo de acción para los institutos académicos como el CEPEI, que sin duda forman parte de la enorme reserva de inteligencia que los países de América Latina deben movilizar, en aras a incrementar su capacidad participativa y competitiva en el escenario económico internacional.

Finalmente, la tercera cuestión se refiere a la conexión entre el mundo de la arquitectura estratégica o de los diseños en materia de integración, y el de las realidades de los negocios. Es ésta otra cuestión prioritaria en la agenda latinoamericana de integración. Ella se pone de manifiesto hoy por ejemplo, en el ámbito de la integración del Cono Sur. Sin duda que hay voluntad política de integración entre la Argentina, Brasil y Uruguay. Sin duda que hay "arquitectura integracionista", es decir, un diseño estratégico. Quizás se ha exagerado al insistir en no aceptar algún tipo de esquema institucional común entre la Argentina y el Brasil. El rechazo de lo "supranacional" ha generado temores, en mi opinión infundados, derivados la más de las vaces, de una incorrecta definición de la naturaleza de los órganos comunes que pueden crear dos o más países para llevar adelante un proyecto de puesta en común de mercados y de recursos, y de una más incorrecta apreciación aún, de la experiencia comunitaria europea. Pero sí parece en cambio haber en el programa del Cono Sur, como en otros ámbitos de integración de América latina, incluyendo el propio Grupo Andino, un fuerte déficit de acción en el plano micro de la promoción de negocios concretos dentro del marco integrador.

En este campo, como lo ha reconocido la reciente Declaración del Uruguay del Grupo de los 8, se abre un vasto campo de acción para la ALIDE y los bancos de desarrollo, a fin de lograr el fortalecimiento de una actividad promotora de negocios regionales, dentro de lo que se puede denominar la "ingeniería de negocios". Es decir, una actividad empresaria orientada a poner juntos, en proyectos concretos, capitales, tecnología, capacidad empresaria y aceso a mercados, utilizando para ello algunas de las modalidades posibles de "contractual" o "equity" joint ventures". En tal sentido, Latinequip es una experiencia que habría que intentar multiplicar en otros sectores o con enfoques multisectoriales. Corporaciones de capital de riesgo (venture capital corporations) del propio sector privado (como las que la Corporación Financiera Internacional esta ayudando a desarrollar), pero que aporten a la vez que capital de riesgo y experiencia financiera, "know how" en el campo del comercio exterior, incluyendo la difícil tecnología de acceso a mercados que pueden muchas veces adquirirse a través de "export oriented joint-ventures (en definitiva, que puedan actuar como verdaderas "trade development corporations"), pueden desempeñar también un papel crucial. Las compañías de comercialización internacional, concebidas no sólo como casas de exportación o de

comercio exterior, pero también como promotoras de proyectos de inversión orientados al comercio exterior y al comercio intralatinoamericano, pueden asimismo transformarse en elementos importantes de la rede institucional empresaria que se requerirá fortalecer para una estrategia de cada país y la región como un todo, orientada al desarrollo del comercio exterior de América Latina y al comercio intrarregional.

Quizás, en la visualización de esta estrategia y en el desarrollo de la red institucional empresaria para la "ingeniería de negocios", se encuentre la clave del éxito de la renovación metodológica que esta requiriendo la voluntad política, expresada al más alto nivel político recientemente en las cumbres latinoamericanas del Grupo de los 8, en Acapulco primero y luego en Punta del Este, de colocar la integración como parte de una estrategia más amplia de transformación económica, de consolidación de la democracia y de inserción activa de los países latinoamericanos en el sistema económico internacional.

Quizás en tal renovación metodológica, reflejo a su vez del proceso más amplio de cambios económicos, políticos y sociales por el que atraviesa nuestra América Latina, podamos encontrar parte de la respuesta a los desafíos nítidos que nos plantea, en los umbrales de los noventa, un sistema internacional que a su vez cambia radicalmente, en una dirección que no podemos alterar por nuestra propia voluntad y de la que no podemos marginarnos sin costos elevados para nuestras propias sociedades.

RUI NA HAIA: UM PRECURSOR?

Sergio Bath

A participação do Brasil na Segunda Conferência Internacional da Haia, de 15 de junho a 18 de outubro de 1907, conhecida como a Segunda Conferência da Paz, e marcada pela presença de Rui Barbosa como Chefe da Delegação brasileira, é um episódio da nossa história diplomática que precisa ser desmistificado definitivamente. A grande projeção de Rui no cenário brasileiro e seu prestígio intelectual criaram entre nós uma imagem heróica, de proporções excessivas — o cenário da "Águia de Haia". E esse bem intencionado exagero provocou, como reação, uma certa dificuldade em reconhecer o valor da participação do Brasil, importante e progressista, e a contribuição do nosso principal delegado aos trabalhos do conclave. Como veremos adiante, Rui na Haia pode ser visto como um precursor da defesa dos interesses específicos dos países periféricos, numa época em que a desenvoltura diplomática das grandes potências era total.

Contribuiu para essa distorção emocional do que se passou na Haia o livro propagandístico do jornalista inglês William Stead, depois traduzido para o português por Arthur Bomilcar, e editado no Rio de Janeiro com o texto parcialmente revisto pelo próprio Rui Barbosa.

O Governo brasileiro não tinha participado da Primeira Conferência, de 1899, para a qual no entanto foi convidado. Mas aquela reunião representara apenas um ensaio da de 1907, com um número limitado de países. Foi convocada pelo Tsar, que pretendia negociar um esquema de controle de armamentos, afim de evitar o prosseguimento da "corrida armamentista" que se tornava difícil de custear. Seu convite foi feito em agosto de 1898, e a reunião teve lugar entre 18 de maio e 29 de julho de 1889, com 26 Estados participantes. O resultado principal foi a definição de uma Corte Permanente de Arbitragem, tema que seria retomado em 1907. Houve também acordo sobre a atualização de várias normas do direito internacional da guerra, tendo sido proibidos o bombardeio aéreo (por meio de balões, durante cinco anos), o emprego bélico de gás e de balas dumdum.

Promovido pelos russos e pelo Presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos, a Segunda Conferência — prevista inicialmente para o ano anterior — reuniu cerca de 200 delegados, representando 44 países, isto é, praticamente toda a comunidade dos Estados

independentes. Só não estavam presentes: Abissínia, Costa Rica, Honduras, Libéria e Marrocos. O clima, porém, era de absoluta predominância dos sete "grandes países" — especialmente Estados Unidos, Alemanha, França e Rússia.

A razão fundamental da forma pouco simpática com que Rui era visto tinha a ver com o modo como se comportava como delegado, movido pelo conhecido orgulho e o vigor da sua personalidade. Ocupava um espaço que, a juízo dos "grandes" como provavelmente também de muitos "pequenos", não refletia a importância limitada do país que representava. Isso fazia dele um excêntrico, que desrespeitava certas regras implícitas do encontro — mas um excêntrico cuja competência nas matérias discutidas caminhava paralelamente com seu inesperado e desconcertante ativismo, o empenho no debate, e que portanto não podia ser ignorado ou marginalizado como se pretendeu fazer a princípio.

Lê-se às vezes que a resistência ao delegado brasileiro era devida fundamentalmente à defesa intransigente do princípio teórico da igualdade soberana dos Estados, que não interessava às grandes potências, em cujo proveito a Conferência fora reunida. Isso é em parte certo, porém o que mais devia incomodar em Rui era conduzir-se na Conferência como se aquele princípio devesse prevalecer efetivamente durante os trabalhos. A visão que ali predominava era a refletida nas palavras atribuídas à Marschall, o delegado alemão, referindo-se à arbitragem internacional: "Tenho um grande respeito ao Poder e a quanto ele representa no mundo. Nunca consentirei que uma grande encarnação do Poder, como a Alemanha, seja julgada por um juiz que represente a Guatemala."

Hoje não é difícil perceber que, abstraídos outros aspectos menos essenciais, o que ocorreu na Haia em 1907 foi uma reação desdenhosa dos europeus e outros "civilizados" contra o representante do país novo, "pequeno" e remoto, visto caricaturalmente, que teimava em tratar a substância da agenda como se o objetivo da Conferência fosse iluminá-la pelo exame objetivo e o exercício heurístico do debate — e não chegar a um "ajuste" entre os poderosos, assistido e coonestado pelos demais.

O segundo motivo da percepção negativa de Rui resultou da má interpretação do apoio que demos à delegação norte-americana na questão da imunidade da propriedade particular, em tempo de guerra, quando transportada pelo mar — defendida por Washington e rejeitada pelas outras grandes potências. Esse apoio, incluído nas suas instruções, foi manifestado pelo delegado brasileiro na primeira grande intervenção que fez, e levou alguns participantes, ainda não familiarizados com o estilo de Rui e sua independência, a verem a delegação brasileira como acessória da norte-americana. O desenrolar da reunião, testemunhando a pouca comunicação e algumas divergências entre as duas delegações, não tardaria a desfazer a impressão inicial.

A controvérsia com respeito à Segunda Conferência começou, no Brasil, com a escolha da delegação, pois dois nomes surgiam naturalmente como candidatos à chefia — Joaquim Nabuco e Rui Barbosa —, os dois de grande peso. Joaquim Nabuco, de 58 anos, era nosso primeiro Embaixador em Washington. Rui, aos 56 anos renomado jurista e orador, era Vice-Presidente do,Senado, estava no auge da carreira política. Após consultas e alguma tergiversação, foi tomada a decisão em favor de Rui pelo Presidente Afonso Penna e o Chanceler, o Barão do Rio-Branco, embora se tivesse estabelecido que caberia a Nabuco contribuir o êxito da reunião procurando coordenar algumas posições com o Governo norte-americano.

A Conferência foi longa, e a delegação brasileira era numerosa. Para citar só alguns nomes, incluia: Eduardo dos Santos Lisboa; o,Coronel do Exército Roberto Trompowsky; o Capitão-Tenente Tancredo Burlamaqui, da Marinha; Arthur de Carvalho Moreira; Carlos

Lungruber Kropf; Rodrigo Octavio de Langgard Menezes; Fernando Dobbert; A. Baptista Pereira. Atuavam todos como assessores anônimos do Chefe, reduzidos a essa posição pelo grande prestígio e a personalidade de Rui Barbosa. A delegação brasileira ocupava uma parte do Palace Hotel, em Schevenigen, onde Rui se alojou acompanhado da esposa e duas filhas.

As grandes figuras da Conferência incluiam o Barão Marschall, da Alemanha; Choate, dos Estados Unidos; Bourgeois, da França; Nelidoff, Kapos Meré, o Conde Tornielli, Sir Edward Fry.

Constituídas quatro Comissões, para abarcar a extensa agenda, Rui foi eleito Presidente de Honra da Primeira, juntamente com Kapos-Meré e Fry. A escolha do nome do principal delegado brasileiro se devia ao critério regional adotado e talvez também à posição da Rússia, entre as grandes potências uma das mais interessadas nos latino-americanos.

Um incidente ocorrido logo no princípio da Conferência viria a ter grante importância para caracterizar a posição e o conceito do delegado brasileiro. Em 12 de julho Rui *fizera, na Quarta Comissão, um discurso sobre a transformação de navios mercantes em* vasos de guerra, no qual comentava as limitações impostas à abrangência e aplicabilidade das recomendações da Conferência pela circunstância de que as considerações de ordem política lhe estavam vedadas. Quando terminou, Martens, o Presidente da Comissão, lembrou incisivamente que de fato essas considerações estavam fora do âmbito acordado pelos Estados participantes, sendo aplaudido pelos presentes.

Imediatamente Rui pede a palavra e, num improviso em francês, rejeita o que interpretava como recriminação do presidente. Declina suas credenciais de antigo parlamentar, declara-se perfeitamente familiarizado com as regras de procedimento. E explica: queria apenas elevar a discussão acima dos pormenores técnicos, para ver o assunto de uma perspectiva mais ampla. Distingue entre as pequenas questões políticas, no sentido vulgar da palavra, indubitavelmente proibidas à Conferência, e a política essencial, que era impossível evitar num encontro entre representantes de Estados soberanos.

Observa: "Não há neste mundo nada de mais eminentemente político do que a soberania. E nada de mais ousadamente político do que querer traçar-lhe limites. Por acaso não é política, da mais manifesta e mais franca, o que fazeis, instituindo com a arbitragem obrigatória essa barreira ao arbítrio das soberanias? " Tentar fugir da política, na sua acepção mais ampla, é não querer enxergar a realidade — adverte: "A política é a atmosfera dos Estados, a região do direito internacional. De onde vem este, senão da política? "

Uma posição absolutamente realista, expressa em palavras que nos soam atuais. E aos representantes dos "grandes" um momento de que seus países tinham convocado a Conferência menos por amor à codificação das regras da convivência internacional, na paz e na guerra, do que para tentar a solução de certas questões objetivas, através de normas jurídicas que os Estados soberanos se dispusessem a aceitar, por uma decisão política.

Em 15 de julho o *Times* de Londres relatou o episódio, muito comentado nos corredores da Conferência, em termos irônicos e pouco exatos, qualificando Rui de "irrepressible Brazilian delegate", o que provocou dele um telegrama de esclarecimento, logo publicado pelo jornal.

Vale notar que a atuação brasileira na Conferência se pautou sempre por instruções minuciosas do Itamaraty, algumas delas redigidas pessoalmente pelo próprio Barão do Rio Branco. Assim, as intervenções de Rui eram feitas em obediência a essas diretrizes e, com

algumas exceções, como no caso da resposta improvisada a Martens, o principal delegado brasileiro não tomou iniciativas individuais, sem respaldo na posição oficial do Governo brasileiro, formulada no Rio de Janeiro.

Dentre os muitos temas tratados na Conferência, quase todos discutidos pelo delegado brasileiro, vale a pena mencionar os dois seguintes:

1. Julgamento das presas marítimas.

Tratava-se de criar uma instância internacional para o julgamento das presas marítimas feitas por navios militares em tempo de guerra. A tendência inicial era criar um tribunal com juízes nomeados apenas pelas oito ou nove maiores potências marítimas. O Brasil se opôs, em nome do princípio da igualdade dos Estados.

Introduziu-se depois o conceito de um tribunal com oito membros representando as grandes potências e sete outros representando, rotativamente, todos os demais países. Com essa configuração o projeto foi aprovado, por 26 votos, contra 2 (do Brasil e da Turquia), com 15 abstenções. Contudo, a respectiva Convenção nunca entrou em vigor.

2. Criação de um tribunal arbitral.

Pensava-se em arbitragem obrigatória, mas havia muitas reservas, e o Brasil, devido ao laudo italiano sobre os limites com a Guiana inglesa, considerado pouco justo, também relutava em promover o tema. Rui defendeu a preferência à solução por via diplomática, mediante bons ofícios ou mediação, limitando a arbitragem aos litígios que não atingissem a independência, a integridade territorial ou os interesses essenciais das partes. Um aspceto interessante da posição brasileira é a exigência do assentimento da população afetada pela decisão arbitral.

Na matéria da arbitragem, a posição do Brasil se chocava contra a dos Estados Unidos, que pretendia instituir uma Côrte Mundial de Justiça Arbitral, com 17 Juízes, 8 indicados pelas grandes potências, 1 pela Holanda (como homenagem ao país sede da Conferência) e 8 nomeados por diferentes grupos — um dos quais o sul-americano, com dez repúblicas. Isso não interessava ao Brasil, embora a posição de Rui fosse mais intransigente do que a do Barão do Rio-Branco, que podia admitir uma solução negociada. Decidiu-se, por fim, manter incólume a adesão ao princípio da igualdade soberana dos Estados, e o delegado brasileiro faz veemente declaração a respeito.

Foi a firmeza da posição brasileira que levou à idéia de integrar a Côrte com juízes nomeados em função da sua competência individual, que não chegou a vingar na Conferência mas terminaria por prevalecer, tornando possível, anos depois, a criação da Côrte de Justiça Internacional.

A Conferência tratou também, entre outros, dos seguintes assuntos: o corso, o bloqueio, deveres dos Estados neutros, a doutrina Drago sobre o recebimento de dívidas governamentais, havendo o Brasil registrado várias reservas às recomendações adotadas.

O desenvolvimento da consciência internacional que se deu no Brasil nas últimas décadas permitem e exigem uma avaliação mais serena do papel de Rui na Haia, que afaste o pormenor caricatural para pôr em evidência uma significação política essencial que os contemporâneos não tinham condições de perceber plenamente.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Infelizmente não há nas livrarias nada que seja satisfatoriamente amplo sobre a Conferência da Haia de 1907. Nas bibliotecas, o melhor que o leitor encontrará é *The Hague Conferences of 1889 and 1907*, de James Brown Scott, em 2 vols. Vale a pena ler, de Rui Barbosa, o folheto *A Conferência da Haia* (Casa de Rui Barbosa, 1962); e, de William T. Stead, *O Brazil em Haya*, trad. de Arthur Bomilcar (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 190 págs., 1925), o livro de Pedro Penner da Cunha *"A diplomacia da Paz: Rui Barbosa em Haia"*, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977 e o livro de Raimundo Magalhães Junior *"Rui, o homem e o mito"*, Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964. O Relatório do Itamaraty referente a 1907 não foi publicado.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA DE 1907

A lista seleta dos Chefes de Delegação dos 44 países representantados na Conferência de 1907 incluia:

— Barão Marschall de Bieberstein, da Alemanha;
— Emb. Joseph H. Choate, dos Estados Unidos da América;
— Ministro Roque Saenz Pena, da Argentina;
— Professor Antônio Sanchez de Bustamante, de Cuba;
— Emb. Lou Tseng-Tsiang, da China (que tinha como delegado adjunto um cidadão norte-americano, John W. Foster, ex-Secretário de Estado);
— Presidente José Battle y Ordonez, do Uruguai (ex-Presidente da República);
— Emb. Gaetan Merey de Kapos-Mere, do Império Austro-Húngaro;
— Ministro Cláudio Pinilla, da Bolívia;
— Ministro Domingo Gana, do Chile;
— Conde Joseph Tornielli Brusati di Vergaro, da Itália;
— Marquês de Soveral, de Portugal;
— Emb. Keiroku Tsuzuki, do Japão;
— Emb. M. Nelidov, da Rússia;
— Emb. Léon Bourgeois, da França;
— Sir Edward Fry, da Grã-Bretanha.



politique étrangère

Communismes : l'éclatement

2/89

ifri

O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

José Luiz Ramos de Azevedo*

INTRODUÇÃO

A crescente diferenciação de interesses e de percepções do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA), a respeito de suas respectivas posições no sistema internacional produziu políticas distintas e freqüentemente conflitivas no plano das relações entre os dois países.

As divergências de opiniões e de interesses têm sido, na atualidade, os elementos mais característicos das relações Brasil–EUA. Anúncios de retaliações norte-americanas aos produtos brasileiros, de pressões de Washington sobre questão da dívida externa, de discordância brasileira à posição dos EUA na crise da América Central, etc..., alardeados pela imprensa, retratam mais um relacionamento entre adversários do que parceiros internacionais.

Mas nem sempre foi assim. No passado, considerávamos os EUA o nosso maior aliado, com quem tínhamos uma "relação especial".

Na Marinha do Brasil, a influência dos EUA se fez sentir em todos os setores, abrangendo desde a formulação da estratégia ao adestramento do pessoal.

A forte influência norte-americana provocou uma revolução na cultura nacional. O brasileiro passou a imitar os padrões de comportamento norte-americano. No vestuário, na música, na alimentação, no lazer, enfim, em todos os setores constata-se a presença marcante dos hábitos americanos, influenciando nossos costumes.

O presente estudo visou detectar os motivos pelos quais uma relação tão intensa entre dois países pôde ser estremecida. Para tanto, seguindo uma ordem cronológica, foi analisado o relacionamento nos campos político-econômico e militar, levantadas as maiores divergências e, finalmente, apresentadas algumas tendências.

* Capitão de Mar e Guerra, (FN), Curso de Política e Estratégia Marítima — 1988, Escola de Guerra Naval.

CAPÍTULO 1

BASES E DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-EUA

Muitos autores, querendo demonstrar a intensidade do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), costumam dar ênfase aos fatos de que o mais antigo Consulado dos EUA nas Américas foi estabelecido no Brasil, em 1808, na cidade de Salvador (02:22) e que os EUA foram o primeiro país a reconhecer nossa independência (01:180).

Na verdade, contudo, até a década de 1880, tal interação era refreada pela posição dominante da Grã-Bretanha no Brasil.

Apesar disto, o Brasil mantinha, desde 1928, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com os EUA (56:94). A partir de 1861 o intercâmbio entre os dois países se intensifica, passando os EUA a absorverem mais da metade de toda exportação do café brasileiro (47:36).

O desenvolvimento da Argentina, a partir de 1880, levaria os EUA a se aproximarem do Brasil, visando inibir uma nascente tendência hegemônica de nação de língua espanhola na América do Sul, com possíveis reflexos na sua área de influência da América Central.

Com o advento da República, tal aproximação foi incentivada, visando garantir a estabilidade do novo governo no sistema internacional e reduzir a preponderância das potências européias sobre a economia e política externa brasileiras (48:389). Assim, os EUA foram a primeira potência a reconhecer a República brasileira (48:390).

O perfil republicano do Brasil, sua denominação, o modelo da Constituição de 1891 e a opção pelo sistema presidencialista, demonstram a penetração e influência dos norte-americanos nas decisões nacionais. Isto explica o Acôrdo comercial firmado pelo Governo Provisório brasileiro com os EUA, onde eram estabelecidas diversas concessões aos produtos norte-americanos que importávamos (11:59). Neste tratado estavam em jogo interesses da cafeicultura que, com seu poder, contribuiu para a mudança do eixo de dependência externa de Londres para Washington.

A política externa do Brasil sofreu grande alteração alguns anos depois da proclamação da República, durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) no Ministério das Relações Exteriores. Ele, percebendo a importância crescente dos EUA no cenário mundial, habilmente a colocou à serviço do Brasil. A sólida aliança Brasil—EUA, estabelecida por Rio Branco, facilitou a consolidação das fronteiras brasileiras, poupando-nos preocupações com disputa de poder com os países hispano-americanos. No sistema internacional, a influência européia foi reduzida, trazendo a maior autonomia ao Brasil (54:6).

A opção do Rio Branco em favor dos EUA, longe de ter sido subserviente, foi extremamente pragmática. Além de facilitar o alcance de objetivos nacionais, ela atendia aos anseios dos brasileiros, cansados da Grã-Bretanha que dominava nossa economia, sem nunca nos oferecer qualquer vantagem comercial. Portanto, a opção pelos EUA, nosso maior mercado, visou compatibilizar as relações políticas com as comerciais. Durante o período Rio Branco, o intercâmbio comercial Brasil—EUA foi muito ampliado (53:6).

A elevação das Legações do Brasil e dos EUA à categoria de Embaixada representou bem o "salto qualitativo" conseguido por Rio Branco nas relações entre os dois países (53:8).

A participação do Brasil na Grande Guerra deveu-se mais ao ajustamento à política externa dos EUA do que à perda de três navios cargueiros nas costas da Europa (46:725).

No após guerra até 1929, os EUA mantiveram relações bastante intensas com o Brasil, apesar do novo acordo tarifário Brasil–EUA, de 1924, ter terminado os privilégios do anterior (56:105).

Em 1930, com Getúlio Vargas no poder, o Brasil adota o "dirigismo econômico", doutrina contrária ao liberalismo defendido pelos EUA e Grã-Bretanha.

A industrialização iniciada em 1934 faz do Brasil um cliente potencial para os países industrializados. A Alemanha, em busca de mercados, estreita seus laços comerciais com o Brasil, que ficam mais fortes após a Intentona Comunista de 1935.

No mesmo período as relações Brasil–EUA estão desaquecidas, sobretudo após a negativa de Washington em ceder oito contratorpedeiros antigos ao Brasil, devido às pressões argentinas (39:25).

Os EUA tentam se opor à expansão do relacionamento comercial Brasil–Alemanha, mas não conseguem substituir as vantagens oferecidas pela Alemanha. Após a Insurreição Integralista, em 1938, as relações com a Alemanha são arrefecidas e o Brasil inicia uma reaproximação com os EUA. Assim, pode-se afirmar que o ano de 1938 foi decisivo para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, nas condições de efetiva solidariedade aos EUA.

Para os EUA a aliança do Brasil era importante por dois fatores: geoestratégico — as bases aeronavais do nordeste brasileiro facilitavam a invasão à África do Norte; econômico — as matérias-primas brasileiras eram importantes para o esforço de guerra norte-americano. Tendo atendido aos interesses dos EUA, o Brasil em troca recebeu apoio à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), projeto fundamental à industrialização do país (43:9).

Em termos econômicos, para o Brasil a guerra foi prejudicial. A economia brasileira se desorganizou ao alocar recursos (mão-de-obra e capital) para atender as necessidades temporárias dos EUA. Enquanto os produtos brasileiros (alimentos, matérias-primas) tinham seus preços de importação congelados pelo governo dos EUA, os produtos manufaturados norte-americanos estavam com os preços liberados. A nascente indústria brasileira, que dependia de apoio dos EUA, ficou inoperante. Ao fim da guerra o Brasil ainda sofria os efeitos negativos do conflito: elevação do custo de vida, falta de renovação da maquinária, inflação... (12:112).

Passado o grande perigo, o eixo Leste-Oeste se sobrepôs ao Norte-Sul, em decorrência da "Guerra Fria" e o Brasil foi relegado a uma posição residual.

A política externa brasileira durante o Governo Dutra manteve o alinhamento automático com os EUA, ainda que em algumas ocasiões fosse prejudicial para o Brasil, como na adesão ao "Plano Baruch" que impedia a difusão da tecnologia nuclear. Apesar disso, os empréstimos solicitados aos EUA foram negados (37:43). Recebemos assistência técnica que auxiliou na montagem do primeiro plano de desenvolvimento brasileiro SALTE (Saúde, Alimentos, Transporte e Energia) (53:10).

O Governo Dutra engajou nas teses norte-americanas. Mais do que o desejo de ganhos, a consicientização de que os EUA eram os únicos capazes de deter o expansionismo soviético.

Dentro dessa linha, em 1947, o Brasil apoiou com firmeza a iniciativa dos EUA da criação do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), que visava preservar o continente americano da ameaça comunista (37:42).

A única posição de independência do Governo Dutra foi negar o envio de tropas para Guerra da Coréia (66:61).

Atendendo à proposta do Presidente Vargas, os EUA criaram a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) que funcionou de 1951 a 1953. Por influência da CMBEU foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e foram realizados quarenta projetos, num financiamento total de cento e oitenta milhões de dólares (66:75).

Em 1958, o Presidente Kubitscheck lançou a "Operação Pan-Americana" (OPA) destinada a financiar o desenvolvimento da América Latina. O fracasso da OPA por falta de apoio norte-americano faz com que o Brasil esfrie suas relações com os EUA e, numa demonstração de independência, reate relações comerciais com a URSS (04:91).

Jânio Quadros durante seu curto governo busca maior autonomia para o Brasil no campo internacional, com a Política Externa Independente. A certeza norte-americana de que o abandono da esfera de influência dos EUA pelo Brasil causaria conseqüências da maior gravidade no contexto latino-americano, permitiu que a Política Externa Independente tivesse suficiente margem para manobra (31:99).

Tal Política sofreu forte incentivo com o Presidente João Goulart. Assim, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), iniciou intercâmbio comercial com a República Popular da China (42:81) e repeliu pressões dos EUA para expulsar Cuba da OEA.

A assistência econômica prestada pelos EUA ao Brasil, durante o triênio do Governo Goulart, foi superior àquela prestada nos seis anos anteriores (Tab. nº 1). Entretanto, o governo federal praticamente nada recebeu, pois os empréstimos eram destinados aos governos estaduais considerados "ilhas de sanidade administrativa" (42:70).

Com a Revolução de 1964, o Presidente Goulart é deposto. Existem evidências que os EUA aprovaram e apoiaram a deposição do Presidente Goulart, ainda que não tenham participado diretamente do Movimento Militar (42:128).

A reversão da Política Externa Independente ocorreu com a adoção pelo Governo Castelo Branco da teoria das "Fronteiras Ideológicas", que eliminou as áreas de atrito com os EUA (31:96).

A nova orientação política foi bem caracterizada na declaração do Embaixador Juracy Magalhães: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

O Governo Castelo Branco rompeu relações com Cuba e enviou tropas (1965) para compor a Força Interamericana de Paz que, sob controle dos EUA, atuava na República Dominicana.

Tal posicionamento incentivou os norte-americanos a prestarem maior assistência econômica ao Brasil (Tab. nº 1).

Entretanto, o Brasil não poderia manter por muito tempo o "alinhamento automático aos EUA", sem ferir suas aspirações ao desenvolvimento e à emancipação econômica. Assim, durante o Governo Costa e Silva, o Brasil adota a "Diplomacia da Prosperidade" voltada para a diversificação de mercados, em face dos EUA terem estabelecido uma série de barreiras para limitar as exportações brasileiras, sobretudo de têxteis e café solúvel. Tal política nos aproximou dos países do Terceiro Mundo.

Com a diversificação de importadores, as exportações brasileiras ficaram menos dependentes do mercado norte-americano.

Os choques de interesse entre os dois países não se restringiram às relações comer-

ciais. O Brasil não concordou em assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), apesar das pressões norte-americanas.

No Governo Médici, o Brasil se dissociou do Terceiro Mundo e deu ênfase às relações bilaterais com os EUA.

O Presidente Médici, em 1970, expandiu o mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Tal medida recebeu franca oposição dos EUA, menos pela limitação à pesca, mais porque afetava o conceito norte-americano de liberdade dos mares.

Após a desgastante guerra do Vietnã, os EUA sentiram necessidade de um retraimento no campo internacional. O Presidente Nixon passa a adotar no seu relacionamento com a América Latina a política "Low Profile" (Presença Discreta). Coincidentemente, é uma época de grande independência do Brasil no sistema internacional.

A Crise do petróleo abalou a economia mundial. O governo norte-americano, em 1974, visando equilibrar a balança comercial, promulgou o "Trade Act" (Lei de Comércio) que possibilita a adoção de severas medidas protecionistas. A partir dessa época, as relações comerciais Brasil–EUA ficaram mais difíceis, com o aparecimento de inúmeros contenciosos que obrigam a exaustivas negociações.

As dificuldades para colocação dos nossos produtos no mercado norte-americano obrigaram a uma maior abertura na política externa brasileira, refletida na mensagem do Presidente Geisel: "uma diplomacia mais pragmática e ecumênica, da qual está excluído o fatalismo dos alinhamentos automáticos e apriorísticos".

Era a política do "Pragmatismo Responsável", calcada na certeza de que o Brasil, para emergir como potência industrial, não mais poderia associar-se às políticas dos EUA, com os quais estava em crescente competição (50:18).

As pressões do Governo Carter sobre o Brasil e a República Federal Alemã (RFA), devido ao acordo nuclear, ampliaram os pontos de tensão entre Brasil e os EUA, surgidas com as dificuldades colocadas pelos norte-americanos no fornecimento do combustível para a usina nuclear Angra I (67:6).

Como instrumento de controle de crises vigorava, desde 1976, um mecanismo de consulta entre os dois países — "Memorando de Entendimento", firmado pelos chanceleres Silveira e Kissinger.

Face as divergências, foi criado, em 1976, um mecanismo de consulta entre os dois países — "Memorando de Entendimento", visando evitar crises.

Apesar disso, em 1977, as relações Brasil–EUA foram novamente abaladas, com a denúncia do Acordo de Assistência Militar de 1952, pelo Governo Geisel. A denúncia tornou-se impositiva devido a uma lei dos EUA, inspirada pelo Presidente Carter, condicionar qualquer ajuda militar à verificação prévia da observância dos direitos humanos no país favorecido, contrariando o princípio de soberania.

O Governo Carter tentou impor a tese da "Graduação" que excluiria o Brasil e outros países em desenvolvimento do Sistema Geral de Preferências (SGP) e posteriormente impediria o acesso aos mecanismos financeiros internacionais.

O Brasil não concordou com a tese de "Graduação" devido aos prejuízos que acarretaria à nossa economia já abalada pela alta dos preços do petróleo.

Os primeiros anos da administração Reagan não melhoraram as relações Brasil—EUA, que foram deterioradas pelo governo Carter. O condicionamento do governo Reagan de um alinhamento ideológico como pré-requisito aos investimentos norte-americanos, foi mal recebido pelo governo Figueiredo, que considerava as disputas ideológicas entre as superpotências coberturas para afirmação de hegemonias (23:23).

Não interessava, também, ao Brasil apoiar a política neo-intervencionista dos EUA na América Central (Nicarágua e El Salvador) pois feria o nosso princípio de autodeterminação dos povos e prejudicaria nossa imagem na América Latina (23:21).

Igualmente, não aceitamos a militarização do Atlântico Sul em parceria com a África do Sul, devido contrariar nossa postura de condenação ao "apartheid" e dificultar nossa aproximação com a África Negra.

Assim, a visita do Vice-Presidente Bush, em 1981, visando o engajamento do Brasil nas propostas dos EUA não teve êxito. Os enviados de Reagan queriam, ainda, o repúdio do Brasil à intervenção soviética no Afeganistão, ao golpe de estado na Polônia e à presença de tropas cubanas na África. Em troca prometiam: "parceria privilegiada, maiores investimentos, facilidades nas exportações brasileiras e combustível nuclear" (29:2). O governo brasileiro não aceitou as propostas dos EUA, pois os custos superavam seus possíveis benefícios.

Dois acontecimentos, em 1982, despertaram no governo dos EUA à necessidade de melhorar suas relações com o Brasil: a Guerra das Malvinas e a Moratória Mexicana.

A decisão dos EUA de ignorar o TIAR, durante a Guerra das Malvinas, e apoiar a Inglaterra desfez o mito de solidariedade continental e implodiu o sistema de segurança interamericano (28:47).

Enquanto a posição tomada pelos EUA o afastou das nações latino-americanas, o Brasil teve seu conceito fortalecido, no âmbito continental, pelo apoio dado à pretensão argentina e por sua insistência no cessar-fogo e numa solução negociada.

A moratória mexicana abalou o meio financeiro internacional, pelo risco de uma reação-em-cadeia. Tal situação obrigou o governo norte-americano a dar garantias aos bancos privados dos EUA e a pedir, ao FMI, maior compreensão para a situação do Brasil.

Procurando demonstrar disposição para um maior diálogo o Presidente Reagan visitou o Brasil em 1982. Na ocasião foram criados cinco grupos de trabalho (GT), que não apresentaram resultados práticos aproveitáveis.

Os fracos resultados dos GT ilustram o emprego da tática "low profile" nas relações Brasil—EUA. Ela consiste em resistir às pressões dos EUA sem alarde.

Para ampliar sua margem de manobra internacional, o Brasil se aliou a outros governos latino-americanos em ações multilaterais, como a do Grupo de apoio ao Grupo de Contadora, na busca de uma solução negociada para o conflito da América Central, sem jamais criticar frontalmente o apoio político-militar norte-americano aos governos de El Salvador e de Honduras e aos rebeldes anti-sandinistas, o Brasil defende que a solução para o conflito na região deve partir dos próprios países envolvidos, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção ou ingerência externa.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ATUAIS

"A política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, devia, isso sim, acima de tudo, defender seus interesses".

Foster Dulles

SEÇÃO I — RELAÇÕES POLÍTICAS

No passado, os governos brasileiros sempre alimentaram a esperança de que, mantendo um alinhamento automático com os EUA, obteriam uma "parceria prioritária", que conduziria a amplo apoio do governo norte-americano à solução dos problemas econômicos brasileiros. Era a transposição para o campo externo, da filosofia das relações paternalísticas que orientava a política interna do Brasil.

Muitas foram as desilusões, até os brasileiros se convencerem de que o mito da parceria privilegiada era uma falácia. Aliás, pode-se afirmar que, neste século de convivência, apenas em duas ocasiões — durante a Segunda Guerra Mundial e logo após a Revolução de 1964 — os EUA estreitaram o relacionamento com o Brasil. Em ambas, os motivos foram óbvios: na primeira, necessitavam de permissão para estabelecer bases no nordeste brasileiro e de fornecimento de matérias-primas para esforço-de-guerra e na segunda, queriam dar condições ao governo revolucionário para expurgar o comunismo do Brasil.

Nos fins da década de setenta, duas novas realidades no cenário econômico internacional — o declínio da hegemonia dos EUA e o desenvolvimento acelerado da economia brasileira — permitiram que o Brasil tivesse maior liberdade na política exterior e pudesse adotar o "pragmatismo responsável", voltado à conquista de novos parceiros, independente de suas ideologias.

O Brasil, na busca do seu próprio espaço como potência média, em expansão, mantém uma política externa diferente da adotada pelos EUA, que estão mais preocupados em conservar o "status quo" e garantir sua hegemonia no mundo ocidental.

O governo brasileiro, assim como o norte-americano, acredita nos ideais democráticos de igualdade, independência e respeito à diversidade nas relações entre as nações.

Nessa linha de pensamento, o Brasil buscou maior aproximação com a Nicarágua e, mais recentemente, com Cuba, apesar da posição contrária norte-americana. Tais iniciativas não foram atos de contestação aos EUA, mas visaram a uma maior presença brasileira no Caribe, a fim de melhor auxiliar na solução dos conflitos da região.

O êxito da ação brasileira junto ao governo, dito socialista, do Suriname e a boa acolhida à nossa participação no Grupo de Apoio ao Grupo de Contadora demonstraram que, no Caribe, existe um grande espaço inexplorado para ações da diplomacia brasileira.

Na XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil—EUA, realizada em Brasília, em 1 de junho de 1988, foi apresentado pela seção norte-americana do Conselho um relatório "Estados Unidos e Brasil: estruturação de um relacionamento maduro", preparado pelo Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI), em Washington, que propõe uma maior cooperação político-econômico-militar entre os EUA e o Brasil.

O relatório é bastante ambicioso. Propõe a formação de um grupo interparlamentar, apoiado pelo setor privado, que examinaria algumas iniciativas binacionais, como cooperação no combate ao narcotráfico internacional; abordagens comuns para promoção do

livre comércio; pesquisa espacial conjunta; desenvolvimento de defesa aérea, terrestre e marítima; compartilhamento de métodos de treinamento para as Forças Armadas brasileiras e patrulhas conjuntas no Atlântico Sul e no chamado "Chifre da África".

O resumo do relatório do CEEI define as expectativas dos norte-americanos em relação ao Brasil: "Os Estados Unidos gostariam de um Brasil que não causasse dificuldades internacionais, fosse receptivo em relação aos EUA e que estivesse preparado para cooperar com Washington em assuntos de interesse e preocupação comuns". Em contrapartida, os EUA prometem "alguma forma de alívio para a dívida" e acenam com a possibilidade de o Brasil superar o Canadá em importância, para os interesses dos EUA (05).

No Relatório está explícito que o Brasil incomoda, atualmente, os EUA no cenário internacional e está implícito o desejo de que abandonemos o "pragmatismo responsável" e retornemos ao "alinhamento automático". Estas duas idéias explicam a pressão desproporcional que os EUA estão exercendo sobre as exportações brasileiras, destinadas não só àquele mercado, mas, até aquelas destinadas aos mercados do Terceiro Mundo.

s Está explícito, também, uma nova tentativa de acordo militar, visando redoutrinar as Forças Armadas brasileiras e militarizar o Atlântico Sul, contrariando a proposta do Brasil, na ONU, de Zona de Paz e Cooperação.

Alguns trechos do relatório do CEEI, transcritos abaixo, retratam perfeitamente a situação atual das relações políticas Brasil—EUA:

— "A tradicional aliança, o apoio e a harmonia nas relações EUA—Brasil foram, cada vez mais, substituídas pela oposição e pela discórdia entre as duas nações";

— "nos EUA, tanto a elite que cria a política externa como a opinião pública, dão menos atenção ao Brasil do que a qualquer outra entidade do sistema internacional, geopoliticamente comparável";

— "O Brasil terá de resistir à tentação de fazer dos Estados Unidos um bode expiatório para suas dificuldades domésticas e internacionais. Por sua vez, os Estados Unidos terão de superar sua falta de atenção para o crescente papel do Brasil no mundo, e resistir ao comportamento que dá a impressão de uma oposição" (15).

A frieza nas atuais relações políticas Brasil—EUA está bem representada no fato de o Presidente José Sarney, durante sua última permanência nos EUA, 5 a 8 de junho de 1988, onde foi discursar na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desarmamento, não ter mantido contato com autoridades do governo americano, ao contrário do que acontecia no passado. Em compensação, conversou com o Vice-Presidente Cubano Carlos Rafael Rodriguez (17:28).

SEÇÃO II — RELAÇÕES ECONÔMICAS

Devido à inexpressiva poupança nacional, o parque industrial brasileiro para o seu desenvolvimento dependeu, basicamente, de um fluxo líquido de capital estrangeiro, que se deu, de início, através de investimentos diretos e, desde meados da década de sessenta, através de empréstimos estrangeiros.

Os EUA, além de serem a nossa maior fonte de captação de recursos no exterior, ocupam o primeiro lugar entre os investidores diretos no Brasil e são, individualmente, os nossos maiores parceiros comerciais.

Assim, a economia brasileira, apesar do seu elevado grau de desenvolvimento, oitava

no "ranking" do mundo ocidental, mantém expressiva dependência à economia norte-americana.

Dívida externa brasileira – A balança comercial brasileira que, em 1973, tinha um saldo negativo de sessenta e um milhões de dólares, em 1974, devido à crise de petróleo, apresentou um deficit de quatro bilhões e setecentos milhões de dólares (Tab. nº 2).

O governo para não levar a economia à recessão, contraiu novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

Uma grande parte desses empréstimos foi feita nos bancos privados norte-americanos a taxas de juros reais baixas ou negativas, devido a existir, na época, excesso de disponibilidade (petrodólar) para aplicação.

Assim, as dívidas brasileiras passaram a representar grande parte do capital de muitos bancos dos EUA (Tab. nº 3).

Na década de oitenta, as altas taxas de juros no mercado financeiro internacional, sobretudo motivadas pelos elevados deficits nos balanços de pagamento e de comércio dos EUA, ampliaram a dívida externa brasileira a níveis comprometedores.

Como um dos reflexos do Plano Cruzado, as reservas brasileiras em moedas estrangeiras ficaram reduzidas a níveis inferiores aos compromissos com o serviço da dívida, o que obrigou o governo brasileiro a decretar, em fevereiro de 1987, uma moratória unilateral.

A moratória criou uma crise no sistema bancário norte-americano, levando ao estremecimento as relações Brasil–EUA.

A moratória foi suspensa, em janeiro deste ano, com o pagamento dos juros devidos à Comunidade Internacional.

As condições favoráveis, para o Brasil, do recente acordo para reescalonamento de noventa e quatro por cento da dívida brasileira de médio e longo prazo (Anexo A), bem com a facilidade com que parte da dívida está sendo convertida, em investimentos, inclusive com significativa participação de empresários norte-americanos, demonstram que a crise da moratória já foi superada e a confiança na economia brasileira foi restabelecida.

Apesar da divergência a respeito da moratória ter sido sanada, a crise da dívida externa persiste, aumentando a dependência financeira aos EUA.

Tal vulnerabilidade possibilita o surgimento de pressões econômicas e políticas, explícitas ou implícitas, nas relações bilaterais Brasil–EUA. Nesta situação, o Brasil passou a adotar a tática de "Low Profile" (Presença Discreta) que consiste em não atender as solicitações norte-americanas, sem demonstrar discordância entre os dois países (22:212).

O governo do Presidente Nixon usou essa política no seu relacionamento com a América Latina.

Investimentos norte-americanos no Brasil – Os investimentos norte-americanos abrangem, praticamente, todos os setores das atividades produtivas. Nomes como IBM, ESSO, FORD, ATLANTIC, GENERAL MOTORS, XEROX, CATERPILLAR, COCA-COLA, KODAK, SINGER... são por demais conhecidos dos brasileiros (Tab. nº4).

A importância das subsidiárias das empresas norte-americanas na balança comercial brasileira pode ser avaliada pela participação de seus produtos nas exportações de manufaturados para os EUA, cerca de vinte por cento, no valor de um bilhão de dólares.

Nas recentes operações de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, os empresários dos EUA arremataram vinte e seis por cento do total leiloado, o que indica que os norte-americanos, ainda, têm interesse em investir no Brasil.

Durante a elaboração da nova Constituição alguns artigos reestabeleciam a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; o privilégio da empresa de capital nacional em vendas ao governo e às estatais; a nacionalização da exploração mineral; e o fim dos contratos de risco, foram alvos de preocupações, pois, além de forçar a saída de capitais estrangeiros empregados em atividades de mineração e de prospeção de petróleo, confirmavam a idéia difundida nos meios empresariais, financeiros e de comunicações norte-americanos, de que o Brasil é um país que hostiliza o investidor estrangeiro".

Tal situação deverá reverter, se não forem alterados os artigos 200, 205 e 206 da Constituição que está sendo elaborada. Esses artigos estabelecem: a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; o privilégio da empresa de capital nacional em vendas ao governo e às estatais; asnacionalização da exploração mineral; e o fim dos contratos de risco.

A manutenção de tais artigos, além de forçar a saída de capitais estrangeiros empregados em atividades de mineração e de prospecção de petróleo, confirmará a idéia difundida nos meios empresariais, financeiros e de comunicações norte-americanos, de que o Brasil é um país que hostiliza o investidor estrangeiro". Evidente, que nessas condições, os investimentos estrangeiros se retrairão, com grandes prejuízos para a economia brasileira (10).

Analisando a questão da exploração mineral, sem emoções nacionalistas, constata-se que os contratos de risco estão sendo excelente negócio para o Brasil. Nestes nove anos, têm servido para a PETROBRAS saber, a custo zero, onde não existe petróleo no país. As empresas, na maioria multinacionais, já gastaram um bilhão setecentos milhões de dólares inutilmente em prospecção (33).

A fim de evitar o radicalismo desses artigos, as multinacionais instaladas no Brasil resolveram inestir dois milhões de dólares na organização de um "lobby", visando a esclarecer aos constituintes, governadores, ministros e à população, os prejuízos para a economia brasileira de tais imposições constitucionais (38).

O temor dos empresários norte-americanos era que, numa onda de xenofobismo, outros setores da economia brasileira viessem a ser fechados ao capital estrangeiro.

A Câmara de Comércio dos EUA demonstra que os investimentos de empresas norte-americanas no Brasil caiu de oito bilhões e cem milhões de dólares, em 1985, para sete bilhões novecentos milhões de dólares, em 1987 (43).

O fato de o governo brasileiro ter normalizado suas relações com a comunidade financeira internacional e de ter instituído uma nova política industrial, já está contribuindo para a volta dos investimentos estrangeiros.

Empresários brasileiros e norte-americanos prevêem que, em 1989, grupos dos EUA investirão no Brasil cerca de três bilhões de dólares, metade através da conversão da dívida externa em capital de riscos e o restante em investimentos diretos (58).

Intercâmbio comercial Brasil—EUA — Dentro das relações que mantemos com os EUA, a que apresenta maior deterioração, na atualidade, é a comercial.

Tal situação não existia no passado. Foram as subsidiárias das empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas estabelecidas no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, as pioneiras das exportações brasileiras de manufaturados para os EUA. Naquela época, o mercado norte-americano estava relativamente aberto para os produtos brasileiros.

O modelo "exportador" adotado pelo Brasil previa que a manutenção de altas taxas de crescimento das exportações era fundamental para o desenvolvimento industrial

e econômico do país, para o financiamento das importações e para o pagamento do serviço da dívida externa.

A vulnerabilidade do modelo seria comprovada logo após a segunda crise do petróleo, quando os países industrializados, ao adotarem medidas recessivas, restringiram suas importações.

No final dos anos setenta, os EUA ao valorizarem o dólar, face as altas taxas de juros reais, tiraram a competitividade de seus produtos para exportação. A fim de evitar as importações, sobretudo de produtos de mão-de-obra intensiva, provenientes de países onde o salário era baixo, como no Brasil, surgiram fortes pressões nos EUA para a imposição, com mais vigor, das proteções previstas na Lei de Comércio de 1974.

Para limitar as importações, foram estabelecidas nos EUA, inicialmente, "restrições voluntárias" e, posteriormente, foram impostos "direitos compensatórios" além de "cotas".

A longa recessão norte-americana e as altas taxas de crescimento das exportações brasileiras provocaram maior pressão em favor de restrições à importação de produtos brasileiros, a despeito da nossa taxa de penetração naquele mercado permanecer inferior a dois por cento. Nesse período recrudescem alguns contenciosos (produtos siderúrgicos, calçados e têxteis), que foram contornados por negociações.

O comércio bilateral Brasil-EUA reflete a composição do comércio exterior de ambos os países. As principais exportações norte-americanas para o Brasil são os produtos agropecuários (principalmente trigo), produtos de tecnologia avançada e serviços. As

exportações brasileiras para os EUA estão compostas, principalmente, por produtos tropicais (café, açúcar, cacau), produtos agroindustriais, dependentes de insumos baratos (suco concentrado e congelado de laranja), produtos industriais de aplicação intensiva de mão-de-obra (calçados e têxteis), produtos processados por indústrias que se utilizam de técnicas já amadurecidas (produtos siderúrgicos) e produtos de tecnologia avançadas (material de transporte).

A queda da participação dos produtos norte-americanos nas importações brasileiras de manufaturados foi conseqüência de a industrialização do Brasil ter sido orientada pela política de substituição de importações.

Assim, além de perdermos muito da complementaridade que tínhamos com a economia norte-americana, atingimos o campo da competividade em alguns dos mais sensíveis itens brasileiros de exportação (produtos siderúrgicos, suco de laranja concentrado, *açúcar, café industrializado, aviões,...), que são os alvos prediletos dos norte-americanos* nas ameaças de retaliações.

Apesar do clima de tensão nas relações comerciais Brasil–EUA, é importante considerarmos que os EUA continuam sendo, individualmente, nosso principal parceiro comercial.

Os resultados do intercâmbio comercial Brasil–EUA, em 1987, foram acima das expectativas, resultando num saldo favorável ao Brasil no valor de quatro bilhões e treze milhões de dólares. A corrente de comércio entre os dois países alcançou um total de dez bilhões e quinhentos e dez milhões de dólares, superando em dez vírgula vinte e cinco por cento o valor alcançado em 1986.

Os EUA absorveram vinte e sete vírgula noventa e três por cento de todas as exportações brasileiras, em 1987, num valor de sete bilhões trezentos e vinte milhões de dólares.

Das nossas exportações, setenta e cinco por cento eram produtos manufaturados, onze por cento produtos semimanufaturados e apenas quatorze por cento eram produtos primários (61).

A importância do mercado norte-americano é, ainda, maior para o Brasil devido ao fato de absorver maior valor de produtos manufaturados brasileiros do que a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) juntas.

Desde 1981, nossa balança comercial com os EUA apresenta saldos significativos, fato que muito contribuiu para o comportamento positivo dos nossos saldos comerciais globais, a partir daquele ano.

Por outro lado, a influência do mercado brasileiro para os EUA é muito reduzida. Menos de dois por cento das importações norte-americanas são provenientes do Brasil e, apenas, um vírgula quatro por cento das exportações dos EUA são absorvidas pelo Brasil. Portanto, esse intercâmbio bilateral, que representa vinte e cinco por cento do nosso comércio internacional, é muito mais importante para o Brasil do que para os EUA. Tal situação permite que ameaças de restrições comerciais possam ser usadas como pressões políticas.

As barreiras impostas pelos EUA, sistematicamente, aos produtos brasileiros, têm causado sérios prejuízos para nossa economia. No período de 1979-1982, as exportações brasileiras sofreram vinte e um processos protecionistas. Em 1983, cerca de um terço das nossas exportações para o mercado norte-americano era sujeito a alguma forma de restrição (13:13). Em 1984 e 1985 aquelas limitações impediram a entrada de dois bilhões setecentos milhões de dólares em produtos do Brasil (61). Recentemente, as ameaças de retaliação dos EUA em represália à política brasileira de informática, desde novembro de 1987, causaram prejuízo de quinhentos milhões de dólares em mercadorias que não foram comercializadas (45).

A esse quadro de dificuldades, devem ser acrescidas as repercussões, para o Brasil, de Novo Acordo de Livre Comércio firmado entre os EUA e o Canadá, em janeiro deste ano, que criou uma Zona de Livre Comércio (ZLC) em toda a fronteira.

As isenções tarifárias e outros incentivos que serão concedidos aos produtos canadenses irão afetar as exportações brasileiras de peças e acessórios de automóveis para o mercado norte-americano.

De forma semelhante, deverá ser instalada uma ZLC na fronteira dos EUA com o México.

Estimativas do governo dos EUA indicam que será possível desviar para essas ZLC, nos próximos cinco anos, importações da ordem de vinte e cinco bilhões de dólares provenientes de países com os quais mantêm elevados deficits comerciais (Japão, Coréia do Sul, Brasil,...).

Outro fator preocupante é a insistância do Congresso dos EUA em ampliar as medidas protecionistas, atendendo às pressões de empresários e sindicatos.

Apesar das pressões o governo Reagan conseguiu evitar que maiores medidas protecionistas fossem adotadas. Assim, vetou o projeto da nova Lei de Comércio Exterior, muito mais restrita que a de 1974, e suspendeu as ameaças de retaliação aos produtos brasileiros referentes ao "contencioso da informática". Entretanto, deve ser levado em conta que seu substituto na Presidência dos EUA pode não ter idéias comerciais liberais.

Nem bem esfriou o "contencioso da informática", já está sendo noticiado o "contencioso dos fármacos", com novas ameaças de retaliações por parte dos EUA. Quando

esse estiver resolvido, outros surgirão. É o preço que o Brasil tem de pagar para garantir sua presença no competitivo mercado dos EUA.

Assim, as dificuldades provenientes das medidas protecionistas, agravadas pela ativação das Zonas de Livre Comércio nas fronteiras dos EUA, deverão afetar, de maneira crescente, as exportações do Brasil para o mercado norte-americano.

CAPÍTULO 3

PONTOS DE DIVERGÊNCIA

SEÇÃO I – PROTECIONISMO OU LIVRE COMÉRCIO

A opção entre o protecionismo e o livre comércio nos países industrializados, como os EUA, é tarefa bastante complexa. Exportadores, importadores e o setor bancário em geral apóiam a manutenção de um sistema de livre comércio, enquanto que determinados setores da economia, sindicatos e os políticos de áreas com alta taxa de desemprego favorecem a linha protecionista.

Os órgãos do governo, envolvidos diretamente na política comercial, sofrem diferentes pressões e, portanto, apresentam pontos de vista diversos.

Assim, é natural que os congressistas norte-americanos, influenciados por suas bases eleitorais, voltem-se para o protecionismo, enquanto que o Presidente Reagan, mais vinculado às grandes empresas e ao sistema bancário, adotasse uma linha menos restritiva para o comércio internacional.

O comércio internacional livre e justo, se é que existiu em alguma época, na atualidade está totalmente distorcido por práticas discriminatórias, de uso generalizado. Tanto nos EUA, como na Comunidade Econômica Européia (CEE), no Japão e em outros países, inclusive no Brasil, as decisões de importar são tomadas por critérios políticos, administrativos ou casuísticos.

Amparados por uma legislação protecionista, os EUA utilizam-se de uma série de medidas visando limitar as exportações brasileiras, a pretexto de proteção da indústria norte-americana.

As tarifas, extremamente baixas nos EUA, não são o principal instrumento do protecionismo. Esse é feito através de restrições não-tarifárias, sob as formas de direitos compensatórios, cotas e acordos "voluntários" de limitações:

Os direitos compensatórios são aplicados quando são detetados subsídios por parte dos países fornecedores. O sistema de cotas, ou de restrições quantitativas de valores, estabelece limites que podem ser importados durante um período de tempo específico. Finalmente, as limitações "voluntárias" são acordos impostos aos exportadores, restringindo certos produtos por meio de cotas.

Na realidade, tanto o sistema de cotas quanto as limitações "voluntárias" estabelecem reservas de mercado, contra as quais os EUA tanto combatem quando são estabelecidos por outros países.

O protecionismo faz parte de uma estratégia maior dos EUA visando reconquistar sua hegemonia econômica no mundo ocidental. Dentro dessa estratégia, dois objetivos foram traçados para suas relações comerciais: equilíbrio da balança comercial e liberalização para os bens de alta tecnologia, serviços e fluxos de investimentos.

Equilíbrio da Balança Comercial — A política recessiva adotada pelos países desenvolvidos, em 1979, agravou a situação da balança comercial norte-americana, que já apresentava deficits crescentes desde 1976.

A valorização do dólar, provocada pela elevação das taxas de juros, reduziu a competitividade das exportações norte-americanas e incentivou as importações.

O Brasil, aproveitando-se da conjuntura, expandiu sua participação no mercado dos EUA, alcançando, em 1981, superavit nas relações de comércio bilateral.

Nos EUA, o crescimento da taxa de desemprego, devido à recessão, fez com que inúmeros processos protecionistas fossem abertos, visando limitar as importações.

As denúncias mais comuns contra os produtos brasileiros eram: prática de "dumping" e subsídios.

O "dumping" consiste em vender o produto abaixo do preço do mercado, dentro de uma política empresarial de preços diferentes para mercados diferentes.

Os manufaturados brasileiros tinham preços bem inferiores aos norte-americanos mas não devido ao "dumping" e sim aos seus custos serem realmente menores.

No setor de calçados, enquanto o salário de um operário especializado é de oito dólares/hora, no Brasil é de noventa centavos de dólar/hora.

No setor de produtos siderúrgicos, além de os nossos salários serem muito mais baixos que os dos norte-americanos, o parque siderúrgico brasileiro era novo e efeiciente, enquanto que boa parte do parque dos EUA estava obsoleto, na época.

Apesar de não haver razão, os EUA aplicaram aos dois produtos tarifas de direitos compensatórios. Para evitar sobretaxas, o Brasil criou, em 1983, o Imposto de Exportação. Como apesar disso, as exportações brasileiras desses itens crescessem, os EUA estabeleceram cotas para os produtos brasileiros.

Os subsídios à exportação, que o governo brasileiro concedia, sobretudo aos produtos agrícolas, através de créditos fiscais, foram suspensos em 1984.

A existência de subsídios devia-se à relutância do governo em manipular a taxa de câmbio, face ao risco de acelerar a inflação.

O falso moralismo norte-americano contra os subsídios brasileiros, sob a alegação de prática desleal de comércio, foi comprovado pela adoção, em 1986, do "Export Enhancement Program" (Programa de Incentivos às Exportações), que coordena os subsídios do governo dos EUA aos exportadores (51:16).

Recente relatório do Banco Mundial revela que os EUA concederam à agricultura, em 1987, subsídios diretos no valor de vinte e cinco bilhões de dóalres, representando dezessete por cento do deficit público norte-americano (26).

Os subsídios dos EUA além de desorganizarem vários mercados agrícolas, como o do açúcar, destruíram o mercado brasileiro de frangos no Oriente Médio (Egito e Iraque) e estão causando sérios prejuízos às nossas exportações de óleo de soja. Em virtude de os contatos bilaterais não terem surtido efeito, o Brasil apresentou ao "General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) — Acordo Geral de Tarifas e Comércio — uma representação contra os EUA (25).

A persistência com que o Brasil está sendo alvo das pressões norte-americanas nos EUA e nos mercados do Terceiro Mundo, leva à suspeita de que existe algo mais sério em jogo do que um simples equilíbrio comercial.

Os produtos brasileiros, representando apenas um vírgula cinco por cento das importações dos EUA, estão longe de ser os responsáveis pelo elevado deficit da balança comercial norte-americana (cento e sessenta bilhões de dólares em 1987). Mesmo porque,

todo o superavit brasileiro dessa relação bilateral retornou aos EUA sob a forma de "royalties", dividendos e serviço da dívida.

Rodada Uruguai do GATT — Na economia internacionalizada do mundo atual, o comércio exterior é fundamental à economia norte-americana.

Para os EUA, a exportação de bens de alta tecnologia e de serviços, juntamente com o retorno proveniente de investimentos diretos no exterior, têm apresentado um substancial superavit que tende a compensar o deficit do restante do seu comércio internacional.

Os lucros remetidos por investimentos no exterior, representam grande parte dos lucros totais das empresas multinacionais norte-americanas. As transações dessas empresas com suas subsidiárias no exterior respondem por um terço de todas as exportações para os EUA.

Na busca de uma abertura maior de mercado, em 1982, os EUA propuseram no GATT um novo ciclo de negociações comerciais multilaterais, que teve início em 1986, sob a denominação de Rodada Uruguai, para inclusão no Acordo de três temas: serviços, propriedade intelctual e investimentos. Em contrapartida, propunham que os países desenvolvidos reduzissem as restrições ao comércio de bens.

O Brasil não concordou por considerar que uma negociação multilateral sobre comercialização de serviços — bancos, seguros, comunicações, serviços de informática, consultoria, fluxo de dados transfronteriços, engenharia,... — visa anular políticas nacionais legítimas (41).

Além do mais, a proposta dos EUA era uma troca desigual, entre concessões de produtos nos mercados desenvolvidos e concessões de serviços nos países do Terceiro Mundo.

Outro ponto negativo é o fato de as transações internacionais na área de serviços, quase sempre, exigirem o estabelecimento de filiais no exterior. Assim, junto à proposta de liberalização total dos fluxos de investimentos, que anularia qualquer lei de remessa de lucros, estava a criação do "direito de estabelecimento", ou seja, o direito de o investidor estrangeiro estabelecer-se, sem restrições, em qualquer segmento da atividade econômica de qualquer país.

Por outro lado, para os EUA, assegurar a liberalização dos mercados de serviços e a proteção da propriedade intelectual é fundamental, pois são os itens que mais cresceram na sua economia.

Assim, a posição do Brasil, endossada por países do Terceiro Mundo, contrária à proposta dos norte-americanos, causou abalo nas relações Brasil—EUA.

As divergências aumentaram com a promulgação, em outubro de 1984, da Lei brasileira que estabeleceu a reserva de mercado para a produção, no país, de micro, mini e superminicomputadores, a vigorar por oito anos.

A tensão comercial ampliou-se no período de 1985-1988, com um contencioso comercial Brasil—EUA envolvendo o campo da informática. O contencioso pode ser dividido em duas fases: da suspeição e da denúncia.

Na primeira, (SET 85-JUN 87), o governo dos EUA, pressionado pelas multinacionais, abriu investigações para apurar as conseqüências da reserva de mercados brasileiro para o comércio norte-americano e o grau de proteção da propriedade intelectual. As investigações foram suspensas após o governo brasileiro garantir maior transparência na lei, não estender a reserva a outras áreas, nem prorrogar a reserva da informática após 1992 e o Congresso Nacional aprovar a Lei do "Software". Durante todas as investigações pairaram, como elemento de pressão, as ameaças de retaliações aos produtos brasileiros.

Na segunda (SET 87-JUN 88), a empresa norte-americana Microsoft alegou prejuízos de cento e cinco milhões de dólares pela não comercialização do programa MS-DOS no Brasil. Em novembro de 1987, o governo dos EUA divulgou uma lista de produtos brasileiros sujeitos a serem retaliados. A retração das exportações brasileiras à simples divulgação acarretou prejuízos de quinhentos milhões de dólares.

As medidas brasileiras de licenciar o sistema operacional MS-DOS-3.3 da Microsoft e a adoção do "Copyright" (Direito Autoral) como forma de proteger a autoria do programa de computador, facilitaram a suspensão da investigação (36).

Outro fator que pesou na decisão dos EUA foi o acordo do governo brasileiro com os banqueiros internacionais, sobretudo norte-americanos.

As divergências comerciais Brasil–EUA foram bem retratadas no contencioso de informática:

/ — o conceito de reciprocidade do "Trade Act-1984" classifica de desleal toda prática comercial que implique em restrições aos produtos dos EUA e apóia a adoção de represálias à altura. Dentro do princípio de "levar vantagem em tudo", os EUA queriam aplicar esse conceito no contencioso comercial Brasil–EUA, face às multinacionais norte-americanas terem perdido parte do mercado brasileiro de informática (noventa e cinco por cento em 1982 e quarenta e nove por cento em 1986), (49:6) apesar dos seus faturamentos terem crescido trinta e dois por cento ao ano.

— na conquista de mercados externos, os EUA não medem conseqüências e são capazes de adotar retaliações contra empresas privadas, que nada têm a ver com o setor em disputa, numa atitude moral semelhante ao terrorismo.

— o contencioso da informática tinha uma dupla finalidade para os EUA: a curto prazo, reverter a política brasileira para o setor, limitando a expansão das empresas nacionais e, a longo prazo, forçar o governo brasileiro a aceitar a inclusão no GATT dos temas propostos (serviços, alta tecnologia e investimentos) em 1984.

O endurecimento das posições norte-americanas foi um recado claro de que a administração Reagan temia que o Brasil criasse um precedente e incentivasse outros países em desenvolvimento, que já adquiriram certo nível tecnológico, a fechar seus mercados para protegerem suas indústrias domésticas.

Novo contencioso comercial Brasil–EUA ocorreu em outubro de 88, envolvendo proteção à propriedade intelectual na área dos fármacos, face às recentes pressões da Phormacentical and Manufactures Association (PAA). Esse contencioso deverá ser solucionado como os anteriores, graças às hábeis negociações da nossa diplomacia, apoiadas por atuante "lobby" empresarial brasileiro nos EUA.

SEÇÃO II – POLÍTICA NUCLEAR

O domínio da tecnologia do ciclo completo de combustível nuclear assume significação estratégica para qualquer país, por abranger os campos econômico, militar e político.

No campo econômico, esse domínio assegura o fornecimento do combustível necessário ao funcionamento de reatores nucleares, importantes fontes de energia elétrica em futuro próximo, e de reatores de pesquisa, fabricantes de radioisótopos, com larga aplicação na indústria, agricultura e medicina. Essa importância faz com que o atual mercado de combustível nuclear esteja orçado em sessenta bilhões de dólares. A esse mercado, deve ser acrescido o de reatores nucleares, de valor semelhante.

A importância no campo militar é óbvia, não só para a fabricação de artefatos nucleares mas, também, porque reatores nucleares aumentam a capacidade operacional dos navios de guerra, sobretudo dos submarinos de ataque..

A significação política é decorrente das outras duas. O país detentor da tecnologia nuclear é mais independente economicamente, tem capacidade de resposta militar e, portanto, tem mais autonomia política.

Por todos esses fatores, os EUA sempre procuraram vedar, não só ao Brasil mas a todos os países, o acesso ao domínio da tecnologia nuclear.

Uma retrospectiva se faz necessária para entendermos o relacionamento Brasil—EUA na área nuclear.

Em 1945, dentro da política de "alinhamento automático", a delegação brasileira *na ONU, apesar de contrariar os interesses brasileiros, apoiou o "Plano Baruch" que* estipulava o controle dos meios de produção de energia atômica, o impedimento de difusão do "know-how" nuclear e a internacionalização das áreas de mineração de urânio e de tório. Para apaziguar a delegação brasileira, os EUA elegeram para a presidência da Comissão de Energia Nuclear da ONU o Comandante Alvaro Alberto, chefe dos especialistas contrários ao Plano.

A partir daquela época, qual relacionamento paternalista, sempre que o Brasil atendeu aos interesses dos EUA recebeu uma recompensa; caso contrário, uma punição.

Em 1950 os EUA e a URSS incentivam a criação da Agência Internacional de Energia Atômica na ONU. Em 1953, o governo Eisenhower lança o Programa "Átomos para Paz" que tem franco apoio do Brasil. Assim, os EUA fornecem, a preço simbólico, ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Universidade de São Paulo (USP) um reator tipo piscina, que funciona com elementos combustíveis tipo placa, com noventa por cento de enriquecimento de Urânio 235. Mais tarde, sentindo a vulnerabilidade de fornecer ao Brasil Urânio 235 com tal enriquecimento, os EUA alteraram o projeto para enriquecimento a vinte por cento.

Em 1954 o Comandante Alvaro Alberto tenta remeter ao Brasil uma série de ultracentrífugas, no que foi impedido pelo Comando dos EUA na Europa. Após muitas dificuldades, foi possível remeter três unidades, que foram enviadas para o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT). Posteriormente, por pressões dos EUA, foram colocadas num compartimento selado, onde permaneceram vinte anos.

Como conseqüência da crise dos mísseis de Cuba (1962), foi firmado o Tratado de Tlatelolco que prevê a desnuclearização da América Latina. O Brasil, apesar de tê-lo ratificado, condicionou seu cumprimento à adesão das potências nucleares, EUA e França, que possuem possessões no Continente.

Em 1986, o Brasil se recusou a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que só beneficia as superpotências e demais detentores da tecnologia.

Em 1974, o Brasil contrata com a empresa norte-americana Westinghouse a construção de um primeiro reator de potência em Angra dos Reis/RJ (Angra I com seiscentos e vinte e sete MWe). Constava ainda um contrato em paralelo (1972) no qual os EUA se comprometiam a fornecer combustível nuclear para Angra I enquanto estivesse em condições de operar.

Logo, os brasileiros perceberam que ficariam na eterna dependência, em virtude de as administrações dos EUA terem sempre se recusado a transferir tecnologia sensível, na área nuclear. Assim, o Brasil buscou um parceiro na Europa e, em 1975, foi assinado com

a KWU da República Federal Alemã (RFA) um contrato de transferência do ciclo completo de produção nuclear.

Em 1976, o Brasil foi informado de que nova legislação dos EUA proibia a entrega de combustível nuclear aos países não signatários do TNP. Em decorrência, o Brasil rescindiu o contrato de fornecimento, tendo os EUA tentando impor-nos a multa contratual, que não foi paga.

O Brasil e a RFA tiveram de resistir às pressões dos EUA, voltadas à anulação do acordo ou à inclusão de cláusulas de controles multinacionais. Aumentando o cerco ao Brasil, os EUA pressionam o consórcio URENCO, formado pela RFA, Grã-Bretanha e Holanda, para que não atendesse às necessidades brasileiras na área nuclear. Era a forma de obrigar o Brasil a participar do TNP e de restringir nosso desenvolvimento nuclear.

Estava formado o contencioso político/econômico na área nuclear entre Brasil—EUA.

Durante a visita do Presidente Reagan, em 1982, os EUA ao proporem o "perdão" da multa referente à recisão de contrato do combustível nuclear e à liberação da URENCO para o fornecimento, confirmaram o cerco feito pelo governo Carter ao Brasil.

Durante a visita, foi criado um grupo de trabalho (GT) sobre Cooperação em Energia Nuclear. O relatório do GT, divulgado em 1984, define algumas metas para uma maior cooperação; contudo, reconheceram que as divergências profundas nas políticas internas dos dois países, na área nuclear, não permitiram a formalização de qualquer acordo.

Na atualidade os EUA têm mantido uma posição bastante discreta em relação aos desenvolvimentos brasileiros na área nuclear. As pressões norte-americanas têm sido no sentido de bloquear ou dificultar o fornecimento de equipamentos sensíveis, sobretudo, para controle de processo.

Com o programa nuclear oficial (Brasil—RFA) bastante arrefecido, por falta de verbas e baixos índices de sucesso, as atenções voltam-se para o programa nuclear autônomo, que não possui qualquer restrição de controle internacional e, efetivamente, tem como um dos seus objetivos a construção de um submarino nuclear de ataque.

Os EUA têm procurado influenciar a equipe que está trabalhando no programa nuclear autônomo, mas não têm tido sucesso, como demonstrou o reitor da USP — Dr. José Goldemberg — ao divulgar uma carta enviada pelo professor Marvin Müller, do "Massachusets Institute of Technology", argumentando que o Brasil não necessita ter um submarino de propulsão nuclear.

Evidente que esta tranqüilidade é apenas aparente. As pressões deverão recrudescer quando o processo de enriquecimento de urânio, em escala industrial, tiver sido alcançado e, sobretudo, se houver o domínio do processo de reprocessamento.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES MILITARES

SEÇÃO I — ANTECEDENTES

O papel do continente americano sempre foi considerado na formulação da política externa dos EUA, como bem demonstram a Doutrina Monroe e seus corolários.

O Esquadrão do Brasil, criado em 1826, era o instrumento da Marinha norte-americana para execução da política externa dos EUA, na área do Atlântico Sul. Surto no

Rio de Janeiro, tinha como missão mostrar a bandeira, abrir novos mercados e proteger os interesses dos EUA na região (65:86).

Apesar da presença do Esquadrão em águas brasileiras, durante todo o Império, a Marinha do Brasil permaneceu sob influência britânica. Tal situação só sofre alteração com o advento da República e o franco apoio dos EUA aos governos republicanos.

Assim, por ocasião da Revolta da Armada, em 1893, constata-se uma disputa de influência entre britânicos e norte-americanos. Enquanto os navios de guerra britânicos, fundeados no Rio de Janeiro, apoiavam a esquadra revoltada do Almirante Saldanha, o Esquadrão do Brasil apoiava o Presidente Floriano Peixoto (48:417).

Apesar das aproximações do Barão do Rio Branco em direção aos EUA, foi na Grã-Bretanha que o Brasil foi adquirir a "Esquadra de 1910". Tal fato despertou nos norte-americanos a necessidade de maior aproximação. Assim, em 1910, se estabeleceu no Brasil, o primeiro Adido Naval dos EUA para a América Latina. O passo seguinte para o envolvimento ocorreu com a autorização, em 1914, para que dois oficiais norte-americanos servissem, como instrutores, na recém criada Escola Naval de Guerra (ENG).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o relacionamento militar-naval Brasil–EUA foi intensificado. Por influência norte-americana foram criadas a Flotilha de Submarinos, em 1914, e a Escola de Aviação Naval, em 1916. Alguns tenentes brasileiros foram estagiar em navios norte-americanos em operações de guerra no Atlântico Norte. Atendendo a solicitação da Marinha do Brasil, foram agregados, em 1918, à Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro, cinco oficiais – Comissão Naval Americana (CNA) – para ministrar instrução de armamento e direção de tiro, na ENG.

Após a guerra, em 1919, a administração naval, influenciada pela Comissão Naval Americana, decide enviar os encouraçados São Paulo e Minas Gerais aos EUA, para reparos e modernização.

O desejo de modernização da Marinha difundido pelos oficiais brasileiros que regressaram do estágio nos navios norte-americanos e da comissão de reparos dos encouraçados teve como resposta a contratação, em 1922, da Missão Naval Americana, que absorveu a CNA.

A missão interveio, praticamente, em todos os setores da Marinha. Sua primeira tarefa foi reorganizar a ENG nos moldes do U.S. Naval War College. O vínculo da Missão Naval Americana com a Escola Naval de Guerra foi decisivo para a moldagem do pensamento naval brasileiro nos padrões norte-americanos.

As atividades da Missão foram interrompidas, em 1931, mais em represália à recusa *dos EUA de apoiarem os revolucionários durante o movimento do que a alegada medida* de economia (65:89). A dispensa da Missão teve forte reação por parte da Marinha, indicando a grande dependência que havia. Assim, foram mantidos dois instrutores norte-americanos na Escola de Guerra Naval – EGN (nova denominação da ENG).

No início da década de 1930, o Brasil tentou adquirir nos EUA oito contratorpedeiros, construídos no final da Grande Guerra, mas não teve êxito, face os EUA terem cedido às pressões do governo argentino, quanto a um possível desequilíbrio do cone sul. A negativa de fornecimento por parte dos EUA, além de ter repercutido desfavoravelmente, obrigou à Marinha a encomendar os navios na Grã-Bretanha, que só não foram entregues devido à eclosão da guerra.

Após a Intentona Comunista (1935), o governo brasileiro se aproxima mais da Alemanha. O Exército Brasileiro busca o mercado alemão para se equipar, principalmente, quanto à artilharia de campanha.

Os EUA, preocupados com o crescimento das influências britânica e alemã, buscam maior envolvimento com o Brasil, oferecendo, juntamente com os Serviços da Missão Naval Americana, os planos dos modernos contratorpedeiros classe "Cassin", por preço simbólico. O governo brasileiro aceitou ambas as ofertas. Assim, em 1936, a Missão Naval Americana é reativada e, em 1937, três contratorpedeiros estavam sendo construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Os EUA não só cederam os planos dos navios, como adestraram os operários brasileiros e deram assistência técnica durante a construção. O Brasil abriu um escritório de compras em Nova Iorque.

Em 1942, todas as Missões das Forças Armadas dos EUA no Brasil passaram a fazer parte da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos. Durante a guerra, os oficiais da Missão serviram como elementos de ligação entre as forças operativas brasileiras e norte-americanas.

O Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial extremamente despreparado, tanto no campo econômico, quanto no militar. A Marinha estava com grandes dificuldades materiais e deficiente preparo de pessoal.

Os exercícios e jogos de guerra da EGN, ministrados pelos oficiais norte-americanos eram sempre voltados aos combates de superfície. As incursões de submarinos eram, simplesmente, ignoradas. Assim, a Marinha não havia desenvolvido qualquer tática de defesa anti-submarino (35:217).

Os navios eram em número reduzido; sendo a maioria obsoletos e inadequados à guerra anti-submarina. A esquadra só contava com a base do Rio de Janeiro para apoio. Enfim, a Marinha não tinha condições de defender nossos navios mercantes, portos e litoral. Assim, o governo, èm 1942, determinou que os navios mercantes brasileiros fossem recolhidos aos portos (40:28).

Por necessitar do transporte das matérias-primas brasileiras, os EUA assumiram a missão de escoltar os comboios com a Força do Atlântico Sul, que recebeu sob seu comando a Força Naval do Nordeste.

Face ao Brasil não dispor dos meios necessários à proteção do tráfego marítimo, durante o período de 1942-1945, os EUA forneceram ao Brasil, baseado na Lei de Empréstimos e Arrendamentos, vinte e quatro navios apropriados à guerra anti-submatino (64:126). Ainda no campo do material, os norte-americanos expandiram e aparelharam bases navais e aéreas no norte e nordeste. Para sanar o despreparo do pessoal, ministraram instrução e adestramento aos oficiais e praças brasileiros, na tática anti-submarino. Assim, a influência dos EUA sobre o Brasil, durante a guerra, evoluiu para uma completa dominação do pensamento tático e estratégico.

SEÇÃO II – O APÓS-GUERRA

O desafio que a Marinha do Brasil teve que vencer para se afirmar no Atlântico Sul, durante a Segunda Guerra Mundial, influenciou de tal forma a oficialidade que, por mais de trinta anos, o pensamento naval brasileiro ficou voltado para defesa anti-submarino do tráfego marítimo. Ao término da guerra, apenas o inimigo foi alterado, o alemão foi substituído pelo soviético.

Paralelamente, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), incentivado pelos sucessos do United States Marine Corps (USMC) durante a guerra, busca se capacitar para sua maior

destinação — efetuar operações de desembarque. Para tanto, sem se descuidar das tarefas tradicionais de segurança, inicia a criação de uma força (Força de Fuzileiros da Esquadra) voltada para a realização de operações anfíbias, dentro do modelo adotado pelo USMC.

Assim se observa que, no mesmo período havia duas tendências na Marinha do Brasil, ambas incentivadas pelos norte-americanos: a Esquadra com uma concepção operativa defensiva — proteção do tráfego marítimo contra a ameaça submarina — e o CFN com uma eminentemente ofensiva — o assalto anfíbio (18:438).

A concepção operativa da Esquadra tem uma tendência à mudança quando foram incorporados, em 1951, os dois cruzadores norte-americanos da classe "Brooklyn" — O Barroso (ex-"Philadelphia") e o Tamandaré (ex-"Saint Louis").

Em 1947, foi firmado no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), principal instrumento de defesa coletiva da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A política de segurança hemisférica coletiva já tinha antecedentes próximos. Em 1942, na Terceira Reunião de Consulta, no Rio de Janeiro, havia sido criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), para que os planos de defesa continental fossem estabelecidos em conjunto (64:132).

Naquela ocasião a ameaça era o Eixo; em 1947, era o expansionismo soviético.

Os EUA se serviam do TIAR para apoiar as Forças Armadas dos países latino-americanos e controlar a missão que elas deveriam exercer dentro da política de Contenção do Comunismo, traçada em Washington.

Como complemento do TIAR, foi ratificado, em 1952, o Acordo de Assistência Militar Brasil—EUA, pela qual os dois países se obrigavam a prestar assistência mútua em defesa do Hemisfério Ocidental. Em decorrência, o Brasil foi incluído nos programas norte-americanos de apoio às Forças Armadas latino-americanas, que visava capacitá-las para o Confronto Leste-Oeste. Dentre esses, destaca-se o "Military Aid Program — MAP" (Programa de Ajuda Militar), através do qual recebemos, a preços simbólicos, material militar excedente da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia, desde navios até simples sobressalentes.

Os cursos e estágios patrocinados pelo MAP, além de capacitarem os militares latino-americanos, visava endoutriná-los à causa norte-americana. Lincoln Gordon, Embaixador dos EUA no Brasil, reconhecia que o MAP foi:

"... veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças Armadas brasileiras... fator altamente importante para influenciar os militares brasileiros a serem favoráveis aos EUA..." (20:80).

Durante o período de 1952-1968, foram fornecidos ao Brasil, através do MAP, equipamentos, material, serviços e instrução, no valor de duzentos e oitenta milhões de dólares. Naquele período, mais de quatro mil militares brasileiros freqüentaram escolas profissionais e técnicas nos EUA.

Visando endoutrinar as Forças Armadas brasileiras em todos os níveis, o MAP, anualmente, custeava visitas da Escola Superior de Guerra (ESG) aos EUA (34:21).

Na década de 1950, que corresponde à fase aguda da "Guerra Fria", a ameaça de os submarinos soviéticos atuarem no Atlântico Sul reforçou a mentalidade anti-submarino que a Marinha do Brasil (MB) herdara da guerra. Tal preocupação se enquadrava à idéia norte-americana de emprego das Marinhas sul-americanas: cooperadoras na proteção do tráfego marítimo interamericano.

Assim, os EUA forneceram ao Brasil: submarinos "Fleet Type" (1957), quatro

contratorpedeiros da classe Fletcher/Pará (1959-1961), a dotação aérea anti-submarino do Navio Aerodromo Ligeiro Minas Gerais (aviões Tracker S2A da FAB) e o equipamento de adestramento anti-submarino do Centro de Adestramento Almirante Marques Leão.

No fim dos anos 50, a MB detetou outra ameaça no quadro da "Guerra Fria" e compatível com as possibilidades soviéticas: guerra de minas e defesa dos portos contra operações especiais. Como representassem ameaça ao tráfego marríritimo, os EUA nos apoiaram, pelo MAP, fornecendo quatro navios-varredores costeiros (MSC — "Coastal mines weeper"), que passaram a constituir a classe Javari, e alguns equipamentos de defesa de porto.

Paralelamente ao recebimento de material, a MB empreendeu um programa de preparação de pessoal, constando de curso nos EUA e adestramento com outras Marinhas Americanas, nas Operações Unitas.

A reavaliação estratégica feita pelos EUA, no início do governo Kennedy, reconhecendo como principal ameaça os movimentos revolucionários ou subversivos, fez com que o MAP fosse reajustado, passando a dar prioridade à segurança interna. No entanto, a reavaliação manteve a ameaça ao tráfego marítimo na área de segurança do TIAR, para guerra generalizada.

De acordo com sua reavaliação estratégica, os EUA foram os mentores da intervenção da OEA na República Dominicana, em 1965, a qual contou com franco apoio do Brasil, que participou com tropas do Exército Brasileiro e do CFN.

No âmbito do MAP, no período de 1961-1963, a MB recebeu o Navio-Oficina Belmonte (1963), dois submarinos "Fleet Type", um dique flutuante, além de dois navios-varredores, dos quatro já mencionados. No período de 1967-1968, recebeu mais dois contratorpedeiros Fletcher.

Ainda pelo MAP, em 1968, tem início a participação brasileira nas Operações Veritas e Springboard, realizadas anualmente nas proximidades de Porto Rico.

O programa de instrução e adestramento, nos EUA, consolidou na MB a mentalidade anti-submarino, complementada com as preocupações quanto à ameaça de minagem. A ameaça aérea e de superfície foram relegadas a segundo plano, por não terem prioridade na estratégia norte-americana relativa à área do Atlântico Sul coberta pelo TIAR. Somente com as revisões estratégicas decorrentes do crescimento da ameaça aeronaval e de superfície da Marinha soviética, nos últimos anos da década de 1960, surgiu alguma alteração no pensamento brasileiro — demonstrada na pressão da MB para que o adestramento nas Operações Unitas fosse mais diversificado.

Apesar disso, o Programa de Renovação dos Meios Flutuantes da MB de 1967 refletia um condicionamento de várias décadas. Assim enfatizava os navios escolta anti-submarino, os navios varredores e a missão anti-submarino das fragatas. Embora as ameaças aérea e de superfície já preocupassem, apenas duas fragatas, das seis da classe Niterói, foram projetadas para receber míssil superfície-superfície e o armamento anti-aéreo de todas é limitado à defesa de ponto.

O último grande fornecimento naval do MAP ocorreu no período de 1970-1974 e constou de dois Navios de Desembarque de carros de combate (Garcia D'Avila e Duque de Caxias), cinco submarinos Guppy II e dois Guppy III, um contratorpedeiro classe Fletcher, dois Gearing e cinco Allen M. Summer, um Navio Socorro de submarino (Gastão Moutinbo) e um navio-oceanográfico.

O expressivo desenvolvimento econômico do país, principalmente no período do "milagre brasileiro" (1967-1972), provocou dificuldades para o Brasil no âmbito mundial

(reserva aos armadores brasileiros de cinqüenta por cento do nosso frete internacional) e no regional (aproveitamento dos rios sucessivos). Tais dificuldades passíveis de acarretarem conflitos locais, e a improbabilidade de uma guerra generalizada, devido ao "equilíbrio do terror", fizeram com que o governo brasileiro, ainda que mantendo a fidelidade ao sistema interamericano, reorientasse suas concepções estratégicas mais à luz dos interesses nacionais.

Assim, em fevereiro de 1977, a MB através de documento específico traduziu a reformulação de sua conceituação estratégica sem orientação externa. Eram os primeiros passos da MB no planejamento estratégico sem a influência Norte-Americana.

As pressões do Governo Carter sobre o programa nuclear Brasil—RFA, e a tentativa de interferência em assuntos brasileiros resultaram na denúncia, em março de 1977, do Acordo de Assistência Militar Brasil—EUA pelo Governo Geisel.

Mesmo tendo denunciado o acordo, a MB continua realizando adestramento em conjunto com as Marinhas sul-americanas e a dos EUA, pois a ameaça ao tráfego marítimo no Atlântico Sul permanece. Durante algum tempo a Operação Unitas foi o único vínculo da cooperação anterior. Posteriormente, retornamos à participar das Operações Springboard e Véritas, atualmente denominadas Caribex.

A denúncia pegou os norte-americanos de surpresa. Mas eles continuaram tentando, sem êxito, recuperar a antiga influência. Assim, em 1980, a Missão do General Andrew Goodpaster ao sondar o restabelecimento do acordo militar rompido em 1977, deparou com a definitiva recusa do governo brasileiro. Posteriormente, o Brasil não aceitou participar de possíveis intervenções na Nicarágua, como havia feito, em 1965, na República Dominicana. O Brasil demonstrava não ser mais aquele aliado incondicional dos EUA.

Durante a crise das Malvinas, em 1982, a decisão dos EUA de ignorar o TIAR e de, finalmente, assumir uma posição de declarado apoio à Grã-Bretanha, em face a interesses maiores na confrontação Leste-Oeste, afetou a credibilidade do TIAR e, sobretudo, de seu maior fiador — os EUA, como garantidores da segurança dos países látino-americanos.

Evidente que tal situação não chegou a inviabilizar o TIAR, como defendem certos autores (28:30), mas serviu de alerta quanto à necessidade do Brasil contar com um Poder Naval balanceado e diversificado, capaz de atuar com eficácia, tanto em conflitos regionais quanto em guerra generalizada, de acordo com os interesses brasileiros, principalmente no Atlântico Sul.

SEÇÃO III — COOPERAÇÃO INDUSTRIAL MILITAR BRASIL—EUA

Pode ser considerado como o primeiro ato de cooperação dos EUA para o desenvolvimento industrial militar-naval brasileiro, o apoio prestado na construção dos contratorpedeiros da classe "Marcílio Dias" ("Cassin" nos EUA). Na ocasião, os norte-americanos não só forneceram os planos como prestaram toda assistência técnica durante a construção, inclusive adestrando os operários do AMRJ nos EUA.

A cooperação norte-americana se manifestou, ainda, na cessão dos planos dos contratorpedeiros classe "Fletcher", em 1945, que só não foram construídos no AMRJ por problemas internos da MB, e no apoio dado à Fábrica de Artilharia da Marinha (FAM) e à Fábrica de Torpedos da Marinha (FTM) que, em 1947, iniciaram suas operações industriais.

Durante o período de Acordo de Assistência Militar Brasil—EUA (1952-1977), a

MB, vinculada à linha de fornecimento do MAP, não procurou nacionalizar seu material, o que lhe acarretou um grande atraso tecnológico.

Em 1982, durante a visita do Presidente Reagan ao Brasil, foram constituídos cinco Grupos de Trabalho (GT), sendo um destinado à Cooperação Industrial Militar.

Em Brasília (fevereiro-1984), o Secretário de Estado norte-americano George Shultz e o Chanceler Saraiva Guerreiro assinaram um "Memorando de Entendimentos" sobre Cooperação Industrial-Militar que definiu de forma ampla e aceitável a maneira como se realizaria a transferência de tecnologia de ponta norte-americana e os princípios de segurança a serem observados.

A divulgação do Memorando provocou reações negativas na América Latina e na Europa devido a interpretações errôneas quanto a uma significativa expansão de Poder Militar Brasileiro e a um possível realinhamento com os EUA, fato que parecia confirmado pela facilidade na venda de aviões "Tucano", da EMBRAER, para Honduras.

Ainda em 1984, visando complementar os entendimentos formalizados no Memorando, os EUA propuseram um Acordo sobre segurança das informações militares, que foi recusado pelo Brasil por conter cláusulas restritivas.

Pelo acordo, os EUA apesar de transferirem sua tecnologia para o Brasil, de governo a governo, se reservavam o direito do controle de sua utilização no caso de re-exportação para terceiros países. Portanto, o Brasil ficaria na dependência dos EUA quanto à definição de mercados para sua indústria de emprego militar.

É importante considerar que as encomendas das Forças Armadas brasileiras não são, em volume, suficientes para viabilizar economicamente os projetos, sendo vital aos fabricantes de material bélico brasileiros exportarem seus produtos. Se o Brasil aceitasse o Acordo, mercados importantes como o do Iraque e da Líbia estariam vedados, pois as exportações não teriam endosso dos EUA. Seria um atentado à nossa soberania (29:3).

As reiteradas declarações das autoridades norte-americanas no sentido de que darão prioridade ao relacionamento militar entre os dois países, aliadas às cláusulas restritivas do Acordo, permitem inferir: que os EUA tinham interesse em assegurar um maior alinhamento do Brasil com suas políticas e um maior controle de nossa produção industrial-militar, *seja para que nossa indústria produza bens de interesse para os EUA*, seja para evitar nossa concorrência em terceiros mercados, seja ainda para afetar politicamente nossas exportações.

A atitude restritiva do governo dos EUA continua sendo a principal razão para não haver uma efetiva cooperação industrial-militar entre os dois países.

Na atualidade, os empresários brasileiros, agindo privadamente e valendo-se do interesse comercial solidário de firmas norte-americanas que com eles se associam, têm obtido resultados favoráveis em matéria de cooperação e transferência de tecnologia que, no nível governamental, os EUA não parecem dispostos a contemplar.

SEÇÃO IV – SÍNTESE CONCLUSIVA

Durante seus cinqüenta anos de atividade, a Missão Naval Americana exerceu forte influência sobre a MB.

Até 1942, a estratégia da MB, orientada pela Missão Naval Americana, era voltada para o Atlântico Sul, tendo como oponentes países sul-americanos. Eram preconizadas, apenas, ações de superfície entre Forças Navais.

O Poder Naval Brasileiro, na época, era bastante reduzido. Os navios, em geral obsoletos, não estavam adequados à campanha anti-submarino, o que impossibilitava a capacitação de suas tripulações nessa especialidade. Os ataques dos submarinos alemães, a partir de 1942, obrigaram a MB a se engajar em um tipo de guerra para a qual não estava preparada, pois desconhecia a tática, não dispunha de material e seu pessoal não tinha adestramento. Suas deficiências tiveram que ser sanadas pelos EUA, acarretando um crescimento da influência da Marinha norte-americana sobre a MB ao nível de dominação.

De acordo com o conceito de "blocos de influência", adotado pelas superpotências (EUA e URSS), a concepção política-estratégica do bloco norte-americano só admitia como inimigo o bloco liderado pela URSS. Tal oponente podia executar ações militares diretas, como ataques com submarinos, e ações indiretas como movimentos subversivos para desestabilizar os governos aliados.

Essa concepção, respaldada pelo TIAR, era difundida pela JID, pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID) e, principalmente pelos cursos que os militares latino-americanos faziam nos EUA.

Isto explica o aparente paradoxo dos EUA de incentivarem, na MB, duas concepções estratégicas tão diferentes: a defensiva para a Esquadra — defesa do tráfego marítimo interamericano ameaçado por ações de submarinos e lançamentos de minas — e a ofensiva para o CFN — assalto anfíbio em zonas sob controle de grupos guerrilheiros ou tropas sublevadas.

A orientação estratégica norte-americana, voltada exclusivamente à proteção anti-submarino do tráfego marítimo, embora útil, foi fator inibidor do desenvolvimento de uma concepção estratégica própria e mais abrangente, o que só veio a ocorrer durante o Governo Geisel.

As facilidades criadas pelo MAP, quanto ao fornecimento de armamento, equipamento e ítens para manutenção e reparos, fizeram com que a MB não se preocupasse com a nacionalização do material, acarretando um atraso tecnológico injustificável para uma potência de nível médio. As dificuldades que tivemos para prontificar os contratorpedeiros classe "A", cuja construção variou de nove a vinte anos, e o recebimento de navios em razoável estado de conservação e a preços ínfimos, desistimulou a construção naval-militar no Brasil, demonstrado pelo desinteresse em construir os contratorpedeiros classe "Fletcher", cujos planos de construção os EUA haviam cedido logo após a guerra.

As limitações impostas pelo MAP, condicionando o atendimento das solicitações brasileiras ao conceito estratégico norte-americano, fizeram com que a MB voltasse à Europa em busca de tecnologia e experiência, em fins da década de 1960.

Com a denúncia do Acordo de Assistência Militar Brasil—EUA, em março de 1977, o Brasil além de dispensar qualquer ajuda militar norte-americana, providenciou o encerramento das atividades da Missão Naval Americana. Na realidade não ocorreu um rompimento Brasil—EUA, como bem demonstrou a continuação dos adestramentos conjuntos (Operações Unitas) mas sim, uma sensível alteração nas relações militares entre os dois países, que se tornaram mais independentes e maduras.

Nos últimos anos os EUA acenaram, por diversas vezes com a possibilidade de um "enfoque especial" nas relações militares Brasil—EUA mas não tiveram êxito, pois o preço que teríamos de pagar era muito alto em termos de perda de soberania.

A desvinculação foi benéfica para a MB, que descobriu ser possível existir sem a assistência norte-americana e, principalmente, a importância de atingir certo grau de nacionalização para que o Poder Naval brasileiro possa ser eficaz à política nacional.

CAPÍTULO 5
CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento econômico, a necessidade de conquistar novos mercados, obrigou ao governo brasileiro, a partir de 1970, a adotar uma política exterior voltada, *exclusivamente, aos interesses nacionais. O modelo dependência-liderança, existente nas* relações Brasil—EUA, passou a ser questionado. O "alinhamento automático" não tinha mais sentido. A política adotada — "Pragmatismo Responsável" — ao permitir maior desenvoltura do Brasil no contexto mundial, ressaltou as diferenças de percepção da realidade internacional e os conflitos de interesses latentes nas relações entre os dois países.

O centro da questão está na diversidade de estágio entre os dois países: uma superpotência *com interesses hegemônicos bem definidos e um país em desenvolvimento, que* se esforça por preservar e ampliar sua margem de manobra política e econômica entre o Primeiro e Terceiro Mundo. O contraste no trato dos problemas internacionais é facilmente observado. Enquanto o Brasil, devido às suas reduzidas capacidades econômico-militar adota os princípios diretores do "Pragmatismo Responsável" — não-intervenção, solução pacífica de conflitos e prioridades às questões econômicas Norte-Sul — os EUA propugnam o neo-intervencionismo e a precedência de confronto Leste-Oeste sob qualquer questão internacional.

As divergências de opiniões entre os dois países, nos campos político-militar se resumem a duas questões: Segurança das Américas e Atlântico Sul.

Assim como os EUA, o Brasil não deseja ver se expandir o comunismo nas Américas. Entretanto, um maior envolvimento brasileiro nos conflitos da América Central, reconhecida zona de interesses dos EUA, iria desgastar a imagem do Brasil perante o Terceiro Mundo, do qual se considera um dos representantes, e, sobretudo na *América do Sul, foco de suas atenções. Por outro lado, os EUA sabem que intervir* militarmente na região só faria sentido se a força interamericana contasse com a cobertura diplomática e o apoio de tropas brasileiras (30:51), caso contrário, se transformaria noutra "Operação Granada".

O Atlântico Sul é importante para os EUA devido a possível atuação dos soviéticos nas rotas de suprimento de petróleo. Neste contexto se ressalta a posição geoestratégica do Brasil, localizado na parte mais estreita do Atlântico. Além disso, este oceano é *fundamental para o relacionamento* Brasil—África Ocidental, *no qual,* uma aliança mais aberta com os EUA é contraproducente. Nessa área, o Brasil poderia ocupar o papel de Cuba como força de estabilização, com maior aceitação pela África do Sul, permitindo uma solução de compromisso entre as superpotências interessadas em esfriar o Continente africano.

A guerra das Malvinas além de despertar para a possibilidade de conflitos na América Latina, mostrou que o Atlântico é um setor vunerável à ameaça naval para o *Brasil, mesmo excluindo a guerra generalizada.*

Provou também que o TIAR visa mais manter a hegemonia dos EUA do que garantir a segurança dos países membros. Por outro lado, qualquer aliança estratégica para a região sem a inclusão dos EUA é inviável.

Os interesses brasileiros, cada vez mais crescentes, no Atlântico Sul, impõem que a MB tenha condições de atuar em todo oceano e não apenas na área de segurança do

TIAR, ao longo do litoral brasileiro. Durante muito tempo, incentivados pelo endoutrinamento da missão naval americana, visualizamos apenas a ameaça submarina. Essa preocupação excludente ajudou a retardar o desenvolvimento naval brasileiro e prejudicou o preparo da Marinha para qualquer outra ameaça.

Só recentemente passamos a considerar a diversidade operacional exigida em conflitos limitados, no controle das crises e na proteção de interesses marítimos. Teremos de nos preparar para atuar em qualquer situação. Existe um longo caminho a ser percorrido até o Brasil dispor do Poder Naval que necessitará no século XXI, pois prontificar qualquer projeto naval complexo leva uma década ou mais.

No campo econômico, tudo indica que os EUA continuarão a impor restrições aos produtos brasileiros, toda vez que a indústria norte-americana se sentir prejudicada. É importante não esquecer que comércio exterior é negociação entre parceiros, onde não se pode supor benemerência. Ambos os parceiros terão de levar vantagem. Por mais fortes que sejam os argumentos brasileiros quanto à condição desfavorável e injusta dos países do Terceiro Mundo, a co-responsabilidade da dívida externa, etc..., dificilmente pesarão se não houver algo em troca.

No caso de vitória do candidato democrata à Presidência dos EUA Michael Dukakis, mais ligado aos sindicatos e demais bases trabalhistas que o Presidente Reagan, o protecionismo norte-americano deverá crescer.

Na oportunidade da crítica ao protecionismo dos EUA, talvez conviesse ao Brasil rever o seu próprio, para extrair algumas concessões possíveis de serem negociadas. A reserva de informática, a recusa no reconhecimento das patentes dos fármacos e outros contenciosos com os EUA continuarão a existir, mas poderão ser contornados através de maior atuação do Ministério das Relações Exteriores e de "lobby" empresários brasileiros, junto aos grupos decisórios dos EUA.

A implantação da política de substituição de importações nas Zonas de Livre Comércio (ZLC) dos EUA, tenderá a ampliar a competitividade do mercado norte-americano, obrigando a um crescente aperfeiçoamento dos produtos brasileiros. Nesse caso, talvez a política brasileira de informática, com reserva de mercado, seja um entrave à modernização da nossa indústria de manufaturados.

Ainda no campo econômico, pode-se prever uma crise comercial com os EUA para futuro próximo, envolvendo a indústria brasileira de material militar. Os conflitos de interesses causados com as concorrências atualmente existentes para colocação de produtos como carros de combate na Arábia Saudita no valor de um bilhão e duzentos milhões de dólares, juntamente com o fornecimento brasileiro para países que estão na "lista negra" de Washington (Líbia, Iraque, etc.) deverão extravasar quando o Brasil passar a fornecer para países oponentes dos clientes norte-americanos, em determinada crise.

Tal situação será delicada, pois o Brasil depende fundamentalmente das exportações de material militar para reequipar suas Forças Armadas.

O persistente pouco caso dos EUA para com os problemas brasileiros, como bem enfatisou o relatório do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI) de Washington, assim como o nascente antiamericanismo no Brasil, provam que, na atualidade, o amadurecimento das relações Brasil–EUA é apenas figura de retórica.

Entretanto, por suas vinculações políticas, econômicas e militares, torna-se impositivo, sobretudo para o Brasil, que tais relações se estreitem, obedecendo aos princípios de soberania e de defesa dos seus próprios interesses.

Finalmente, convém recordar a sempre atual máxima de SUN TZU: "Não podemos participar de alianças até estarmos a par dos objetivos dos nossos vizinhos".

ANEXO A

TÓPICOS DO ACORDO DE REESCALONAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

1 — Reescalonamento da dívida vencida e a vencer entre 1987 e 1993, no montante de US$63,6 bilhões, por um período de 20 anos, com oito anos de carência. O reescalonamento cobre 94% da dívida brasileira de médio e longo prazo com os bancos comerciais;

2 — Os bancos concederam financiamentos no total de US$5,8 bilhões, sendo que US$5,2 bilhões referem-se a recursos de longo prazo e US$600 milhões a linhas de curto prazo (comerciais);

3 — O acordo prevê um *spread* (taxa de risco) de 0,8125% sobre a *Libor* (taxa de juro do mercado londrino), que passa a ser o único parâmetro da dívida brasileira, em substituição à *prime rate* (taxa preferencial do mercado americano);

4 — Além do spread, o Brasil pagará uma comissão de adesão de 0,375% para os bancos que aderiram ao acordo desde maio e de 0,125% para os bancos que aderirem ao acordo até o dia 2 de setembro;

5 — Os bancos poderão converter em investimentos diretos até US$1,8 bilhão, do total dos recursos novos, fora do sistema de leilão, e sem deságio. Essa conversão só será permitida após um prazo de carência de 12 meses, dentro de um limite mensal de US$50 milhões, e durante três anos;

6 — o reempréstimo, por parte dos bancos, dos recursos já comprometidos com o Banco Central ficará condicionado a limites mensais de US$100 milhões, em 1988. No próximo ano, o limite do reempréstimo será de US$1,5 bilhão, e em 1990, de US$1,55 bilhão. O reempréstimo ao setor público estará circunscrito à rolagem da dívida;

7 — As linhas comerciais e interbancárias (estas últimas financiam os bancos brasileiros no exterior), no valor total de US$ 15 bilhões, foram prorrogadas por um prazo de dois anos e meio;

8 — O acordo prevê um instrumento de securitização — troca da dívida antiga por títulos. Esses títulos, chamados de bônus de saída, serão oferecidos aos bancos até o limite de US$15 milhões, e terão taxa de juro fixa de 6% ao ano, desconto de 30%, prazo de 25 anos com dez de carência e conversibilidade em títulos em cruzados por igual prazo;

9 — Uma cláusula de salvaguarda faculta ao Brasil solicitar consultas aos bancos, com vistas à emenda do acordo, diante de quaisquer novos fatores financeiros ou econômicos, inclusive mudanças nas variáveis externas;

10 — Estão afastados da possibilidade de penhora, em caso de nova moratória decretada pelo Brasil, os bens depositados pelo Banco Central em seu nome e para seu uso próprio ou os bens não utilizados em atividades comerciais, ou seja, os que, de acordo com o direito internacional, gozam de imunidade;

11 — Foi eliminado parcialmente o vínculo automático que existia antes entre os desembolsos dos recursos dos bancos e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A primeira parcela dos recursos dos bancos (US$4 bilhões) não está condicionada a resultados do programa econômico ajustado com o FMI; a segunda parcela dos bancos levará

em conta o fato de o Brasil estar prosseguindo com o seu programa de ajustamento (o que será atestado pelo Diretor-Gerente do FMI); a terceira parcela dos bancos levará em conta o cumprimento satisfatório do programa de ajustamento, prevendo-se, nesse caso, um mecanismo de votação por parte dos bancos, que assim decidirão se mantém ou não o desembolso.

TABELA I

EMPRÉSTIMOS E SUBVENÇÕES DOS E.U.A AO BRASIL - ANOS FISCAIS 1955-1965 (Milhões de Dolares)

P R O G R A M A	EMPRÉSTIMOS E SUBVENÇÕES DOS E.U.A - COMPROMISSOS PELO ANO FISCAL AMERICANO											
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	
I. ASSISTÊNCIA ECONÔMICA-TOTAL	5,8	39,7	121,1	9,1	11,9	13,4	92,2	205,6	141,1	336,9	270,8	1.247,9
Empréstimos	0,3	30,7	79,1	-	0,5	-	54,6	154,1	92,1	254,8	226,9	893,3
Subvenções	5,5	9,0	42,0	9,1	11,4	13,4	37,6	51,5	49,2	82,1	43,9	354,7
a. A.I.D. e Agências Anteriores	3,0	3,6	4,5	5,5	8,9	11,6	7,5	85,1	86,5	179,5	234,9	630,6
Empréstimos	-	-	-	-	0,5	-	-	74,5	62,9	165,4	220,2	523,5
Subvenções	3,0	3,6	4,5	5,5	8,4	11,6	7,5	10,6	23,6	14,1	14,7	107,1
(Assistência de Apoio à segurança)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(25,5)	(50,0)	(-)	(75,5)
b. Alimentos para a Paz (PL 480)	2,5	35,6	110,2	3,6	3,0	1,8	84,7	72,5	47,9	150,3	24,6	577,3
Título I - Total	-	30,2	103,3	-	-	-	81,5	44,0	37,0	115,4	-	411,4
Pagáveis em Dólares-Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagáveis em Moeda Estrangeira-Planejados para Uso no País	-	30.2	103.3	-	-	-	81,5	44,0	37,0	115.4	-	411,4
(Total de Acordos de Vendas, incl. Uso dos E.U.A)	(-)	(39,7)	(187,3)	(-)	(-)	(-)	(35,8)	(55,0)	(40,7)	(144,9)	(-)	(503,4)
Título II - Total	2,5	5,4	1,9	3,6	3,0	1,8	3,2	28,5	15,9	35,5	24,6	125,9
Auxílio de Emergência, Desenvolvimento Econômico & Alimentos Mundiais	-	-	-	-	-	-	-	21,7	0,3	9,6	6,3	37,9
Agências de Auxílio Voluntário	2.5	5,4	1.9	3.6	3.0	1,8	3,2	6.8	15,6	25.9	18,3	88.0
c. Outras Assistências Econômicas	0,3	0,5	6,6	-	-	-	-	47,9	6,9	6,5	11,3	80,0
Contribuições e Org. Int.de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corpo da Paz	-	-	-	-	-	-	-	0,9	1,6	4,0	4,6	11,1
Outras	0,3	0.5	6,6	-	-	-	-	47,0[b]	5,3[b]	2,5[b]	6,7	68,9
II. ASSISTÊNCIA MILITAR-TOTAL	13,4	8,0	18,4	19,1	20,4	27,1	24,3	44,4	17,9	34,1	11,9	239,0
Créditos ou Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23,4	-	23,4
Vendas a Crédito pelo FMS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23,4	-	23,4
Subvenções	13,4	8,0	18,4	19,1	20,4	27,1	24,3	44,4	17,9	10,7	11,9	215,6
a. Subvenções do MAP	12,7	7,8	8,3	18,2	11,7	18,1	23,9	26,8	16,7	10,3	11,1	165,6
b. Subvenções - Fundos do Serviço de Assistência Militar (MASF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
c. Transferência de Excesso de Estoque	0,7	0,2	-	0,9	0,2	0,8	0,4	0,5	1,2	0,4	0,8	6,1
d. Outras Subvenções	-	-	10,1	-	8,5	8,2	-	17,1	-	-	-	13,9
III. TOTAL DE ASSISTÊNCIA ECONÔMICA E MILITAR	19,2	47,7	139,7	28,2	32,3	40,5	116,5	249,9	139,2	371,0	282,3	1.387,[illegible]
Empréstimos	0,3	30,7	79,3	-	0,5	-	54,6	154,1	92,1	278,2	226,9	916,7
Subvenções	18,9	17,0	80,4	28,2	31,8	40,5	61,9	95,8	47,1	92,8	55,9	570,3
Empréstimos e Subvenções do Governo dos E.U.A pelo Banco de Exportação e Importação.	49,8	56,0	193,2	17,5	122,2	6,8	188,3	-	-	-	6,0	639,8

a) Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) - Ajuda oficial em concessões para fins de desenvolvimento. Os E.U.A aumentaram sensivelmente seus empréstimos e subvenções econômicas aos países latino-americanos a partir de 13 de março de 1961, quando o Presidente Kennedy anunciou a Aliança para o Progresso.

b) São empréstimos de Fundo de Progresso Nacional

FONTE: Empréstimos e Subvenções Ultramarinas dos E.U.A

Div. Relatórios e Estatísticas
Escritórios de Adm. Financeira
Agência de Desenvolvimento Internacional - AID
12 de Fevereiro de 1975

TABELA II
BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS E INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERIOR(milhões de dólares)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Balança comercial de bens	−252	−61	−4748	−3549	−2385	−100	−1159	−2717	−2823	1184	778	6470
Exportação de bens	3941	6093	7814	8493	9961	11922	12473	15244	20132	23275	20175	21899
Importação de bens	4193	6154	12562	12042	12346	12022	13632	17961	22955	22091	19397	15429
Petróleo cru	344	606	2558	3099	3354	3602	4064	6264	9372	10604	9566	7822
Outros	3849	5548	10004	8943	8992	8420	9568	11697	13583	11487	9831	7607
Pagamentos de juros líquidos	−413	−581	−730	−1496	−1811	−2103	−2699	−4108	−6310	−9162	−11353	−9555
Saldo em conta corrente	−1713	−2174	−7560	−6995	−6551	−5115	−7039	−10482	−12848	−11760	−16279	...
Exclusão de lucros reinvestidos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	−10993	−14755	−6171
Amortizações	−1271	−1676	−1929	−2185	−3017	−4133	−5274	−6553	−6677	−7642	−8098	−7591 a/a/
Serviço da dívida (2 + 4)	−1684	−2257	−2659	−3681	−4828	−6236	−7973	−10661	−12987	−16804	−19451	−17146
Necessidade bruta de empréstimos (3b + 4)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	18635	22853	16101
Liquidez internacional (ao final do período)	4183	6416	5269	4041	6544	7256	11895	9689	6913	7507	3994	4563
Dívida externa registrada	9521	12572	17166	21171	25985	32037	43511	49904	53848	61411	70198	80843
Dívida externa registrada e não-registrada	...	...	...	...	...	...	...	...	...	71878	83205	91162
Números-índices (1970 = 100)												
Termos de troca de bens FOB/CIF	97.7	106.9	90.9	85.4	92.8	100.8	87.6	79.9	67.4	58.1	54.0	53.9
Poder aquisitivo das exportações de bens	122.6	163.2	142.3	145.1	160.4	185.8	181.5	188.4	200.9	211.9	188.4	217.0
Indicadores de dívida:												
Serviço da dívida/exportação de bens (%)	42.8	37.0	34.0	43.3	48.5	52.3	63.9	69.9	64.5	72.2	96.4	78.3
Pagamentos líquidos de juros/exportação de bens (%)	10.5	9.5	9.3	17.6	18.2	17.6	21.6	26.9	31.3	39.4	56.3	43.6
Amortização/exportação de bens (%)	32.3	27.4	24.7	25.7	30.3	34.7	42.3	43.0	33.2	32.9	40.1	34.7
Dívida externa registrada/exportação de bens	2.4	2.1	2.2	2.5	2.6	2.7	3.5	3.3	2.7	2.6	3.5	3.7
Outros indicadores:												
Importações de petróleo cru/exportação de bens (%)	8.7	9.9	32.7	36.5	33.7	30.2	32.6	41.1	46.5	45.6	48.7	35.7
(Serviço da dívida + importações de petróleo)/ exportações de bens (%)	51.5	46.9	66.8	79.8	82.1	82.5	96.5	111.0	111.1	117.8	145.1	113.0

a/ Inclusive amortizações transformadas em novos empréstimos, num total de US$ 4.5 bilhões (Projeto 2).

Fonte: 1972-1981: CEPAL, com base em dados do FMI e do Banco Central do Brasil.
1982-1983: Banco Central do Brasil. *Programa Econômico Brasileiro; ajustamento interno e externo.* Maio de 1984.

TABELA III

DÍVIDA DA ARGENTINA, BRASIL, MÉXICO E VENEZUELA EM RELAÇÃO A ALGUNS DOS PRINCIPAIS BANCOS DOS EUA, DEZ./83
(Em % do capital)

Discriminação	Argentina	Brasil	México	Venezuela	Total dos 4 países	Capital (em US$ milhões)
Citicorp	16,5	71,2	43,9	22,7	154,3	6.604
Bank of America	4,9*	40,6	44,8	26,4	116,7	6.117
Manufacturers Hanover	41,0	66,1	59,5	33,7	200,3	3.220
Chase Manhattan	17,3	57,2	34,7	27,4	136,6	4.479
J.P. Morgan	18,3	44,1	29,0	11,5	102,9	4.047
Chemical	13,1	45,2	50,1	27,5	135,9	2.821
Bankers Trust	10,2*	32,9	57,0	19,3	119,4	2.257
Continental Illinois	16,7	19,8	29,1	18,2	83,8	2.398

* *Estimativa.*
Obs.: Dados brutos provenientes de Keefe, Bruyette and Woods Inc.
Fonte: Newswook, April 9, 1984, p. 36.

TABELA IV
PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS PARA OS ESTADOS UNIDOS

Firma exportadora	Regime de propriedade: mais de 50% do capital	Principais produtos exportados para os EUA
	Principais exportadores para os EUA entre todas as emp. estab. no Brasil	
Inst. do Açúcar e do Álcool	Empresa estatal	Açúcar
Petrobrás	Empresa estatal	Derivados de petróleo
Philco Rádio e Televisão	Subsid. de empresa estrangeira (EUA)	Rádios para automóveis
Citrosuco Paulista	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Sucocítrico Cutrale	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Cia. Sider. Paulista, COSIPA	Empresa estatal	Chapas de aço-carbono
Embraer	Empresa estatal	Aeronaves de médio curso
Intercontinental Café	*Trading* privada brasileira	Café em grão
Volkswagen do Brasil	Subsid. de empresa estrangeira (RFA)	Motores de combustão interna
Mercedes-Benz do Brasil	Subsid. de empresa estrangeira (FRA)	Caminhões, CKD
Persico Pizzamiglio	Empresa privada brasileira	Tubos e canos de aço
Mineração Rio Norte	Empresa estatal	Bauxita não-calcinada
Interbrás	*Trading* estatal brasileira	Álcool etílico
Dow Química	Subisd. de empresa estrangeira (EUA)	Prod. quím. orgânicos (epóxis)
Swift Armour	Empresa privada brasileira	Bife processado
Cia. Vale do Rio Doce	Empresa estatal	Minério e concentrado de ferro
Frutesp	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Tristão Cia. Com. Ext.	*Trading* privada brasileira	Café em grão
Cia. Brasil Metal Mineração	Empresa privada brasileira	Minério e concentrado de ferro
Unicafé Cia. Com. Ext.	*Trading* privada brasileira	Café em grão

Subsidiária de empresa norte-americana no Brasil

Subsidiária	Investidor americano	
Philco Rádio e Televisão	Ford Motor Col, Dearborn (Mich.)	Rádio para automóveis
Dow Química	Dow Chemical Co., Midland (Mich.)	Prod. quím. orgânicos (epóxis)
Cargill Industrial	Cargill, Inc., Minneapolis (Minnesota)	Suco de laranja
Burroughs Eletrônica	Burroughs Corp., Detroit (Mich.)	Microcircuitos eletrônicos
Ligget Myers Cigarros	Ligget Myers, emp. recém-adquirida pela Grand Metropolitan (Reino Unido)	Fumo não beneficiado
Ford Brasil	Ford Motor Co., Dearborn (Mich.)	Motores de combustão interna
General Motors do Brasil	General Motors Corp. Detroit (Mich.)	Máq. p/trabalhar em metal
Leon Israel Agrícola	Donaldson, Lufkin & Jenrette, N.Y.	Café em grão
Reynolds Tabacos	Reynolds Industries, Inc. Winston-Salem (Carolina do Norte)	Fumo não-beneficiado
USIPA	Philipp Brothers, subsid, da Engelhard Minerals & Chemicals Corp., N.Y.	Ferro-gusa
RCA Eletrônica	RCA Corporation, New York	Jiglês eletrônicos
Texas Instr. Eletrôn. do Br.	Texas Instruments, Inc., Dallas (Texas)	Microcircuitos eletrônicos
Becton Dickinson	Becton, Dickinson & Co., Paramus (N.J.)	Equipamentos méd. (rins artif.)
Coca-Cola	Coca Cola Co., New York	Café solúvel e instantâneo
Amazonas Compensadas Laminados	Georgia Pacific Corp. Portland (Oregon)	Prod. de madeira (compen.)
Metalquímica da Bahia	Xerox Corp., Stamford (Conn.)	Prod. quím. p/fotografia
Gecomol	Westway Trading Corp., Englewwod Cliffs (New Jersey)	Melaço de cana
Caterpillar Brasil	Caterpillar Tractor, Peoria (Illinois)	Tratores para estradas
McFadden	Valmac Industries, Memphis (Tennessee)	Café em grão
TRW do Brasil	TRW Inc., Cleveland (Ohio)	Mot. comb. int. e peças
Borg Warner do Brasil	Borg Warner Corp., Chicago (Illinois)	Peças p/veíc. automot.
Anderson Clayton	Anderson, Clayton & Co., Houston (Texas)	Café em grão
Armada Fumos	Thorpe & Ricks, Inc.	Fumo não beneficiado
Kodac Brasil	Eastman Kodac, Rochester (N.Y.)	Cinzas/resíduos com metal
Soc. Bras. Benefic. de Chá	Nabisco Brands Co.	Chá
Singer Brasil	Singer Co., N.Y.	Máquinas de costura
Hughes Tool do Brasil	Hughes Tools Co., Houston (Texas)	Aces. p/máq. de trab. metal
Equipamentos Clark	Clark Equipment Co., Buchanan (Mich.)	Peças p/veíc. automot.
Hewlett-Packard do Brasil	Hewlett-Packard, Palo Alto (Cal.)	Calculadoras de bolso
Xerox do Brasil	Xerox Corp., Stamford (Connecticut)	Máquinas copiadoras
Remington	Sperry Rand Corp., N.Y.	Máq. de escrever portátil
Monroe Auto Peças	Tenneco Inc., Houston (Texas)	Peças p/veíc. automot.
NCR do Brasil	NCR Corp., Dayton (Ohio)	Máq. p/contar moedas
Du Pont do Brasil	Du Pont de Nemours, Wilmington (Dil.)	Compostos de amido
Lawton Madeiras Amazônia		Compensados
Bendix do Brasil	Bendix Corp., Southfield (Mich.)	Bombas de vácuo
Torrington Brasil	Ingersoll Rand Corp., Woodcliffiake (New Jersey)	Máquinas têxteis
IBM Brasil	IBM Corp., Armonk (N.Y.)	Equip. p/processamento de dados e peças

Fonte: CACEX

"Quem é quem na Economia Brasileira", Ano XXXII, nº 35-A, agosto de 1983, 514 p.

BERNET, Jean, *Guia Interinvest: O Brasil e o Capital Internacional,* INTERINVEST, C. 1983, 964 p.

BIBLIOGRAFIA

1. ACCIOLY, Hildebrando. *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.* Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1945, 180p.
2. ALEIXO, José Carlos Brandi. Linhas Gerais da Política Externa do Brasil. Universidade de Brasília. *Curso de Introdução às Relações Internacionais.* Brasília, 1983, Unidade IV.
3. AMERICANOS vêem Brasil na contramão. *O Globo,* Rio de Janeiro, 8 maio 1988. p. 46.
4. BANDEIRA, L.A. Moniz. Continuidade e mudança na política externa brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, *29*(115-116): 91-98. 1986.
5. BRASIL-EUA parceiros dos anos 90. *Jornal da Tarde,* São Paulo, 01 jun 1988. p. 9.
6. CAMARGO, Sonia de. Uma visita pouco frutuosa. *Brasil Perspectivas Internacionais,* Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ, Rio de Janeiro, (1): 5-8. jun./jul. 1984.
7. ——. O Brasil em face da América Central e do Caribe. A história de uma ausência. *Política e Estratégia,* São Paulo, *3*(2): 231-245, abr./jun. 1985.
8. CAMPOS, Roberto de Oliveira. Relações Estados Unidos—América Latina: Uma interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, (8): 24-40, dez. 1959.
9. CASTRO, Therezinha de. Relações Brasil—Estados Unidos em face das dicotomias Norte-Sul e Leste-Oeste. *A Defesa Nacional,* Rio de Janeiro, (706): 15-29, mar./abr. 1983.
10. CONTENCIOSO entre os dois países é injusto afirma Flexa de Lima. *Gazeta Mercantil,* Rio de Janeiro, 02 jun. 1988. p.3.
11. DANESE, Sergio França. A diplomacia da República Velha: Uma perspectiva. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, *27*(105-108): 47-59, 1984.
12. DANTAS, San Tiago. Emergência e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro. (105-108): 95-115. 1984.
13. O DESAFIO americano — protecionismo. *Informação Semanal CACEX,* Rio de Janeiro, (908): 2-20, 6 ago. 1984.
14. ECONOMIA internacional. *Suma Econômica,* Rio de Janeiro, 33-37, dez. 1987.
15. EMPRESÁRIOS criticam relação Brasil—EUA. *O Globo,* Rio de Janeiro, 01 jun. 1988, p. 16.
16. FERREIRA, Oliveiros S. Política externa e liberdade de manobra. *Política e Estratégia,* São Paulo, *3*(1): 70-95, jan./mar. 1985.
17. FIASCO em Nova York. *Veja,* São Paulo, *20*(24): 28-31, jun. 1988.
18. FLORES, Mario Cesar. O Após-Guerra, olhando para o futuro. In: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *História Naval Brasileira,* 1985. Vol. 3 Tomo 2. p. 437-464.
19. ——. O Preparo da Marinha dos próximos 10 a 30 anos — dúvidas, comentários e sugestões. *Revista Marítima Brasileira, 58*(1-2-3): 13-23. jan./fev./mar. 1988.
20. ——. Validade e limitações da não-intervenção na América. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, *28*(109-110): 61-92. 1985.
21. GAMA, Arthur Oscár Saldanha da. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *História Naval Brasileira.* 1985. vol. 5, Tomo 2.
22. GOES, Walder de et alii. *O Drama da Sucessão,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 222 p.
23. GUERREIRO, Romiro Saraiva. A Política externa do Brasil. *A Defesa Nacional,* (698): 17-30, nov./dez. 1981.
24. ——. Visão conjunta e o comportamento diplomático do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, (89-92): 29-45. 1980.
25. INFORME econômico. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 16 jun. 1988. p. 15.
26. ——. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 07 jul. 1988. p. 15.
27. INVESTIMENTOS, sim, mas não já. *Jornal da Tarde,* São Paulo, 01 jun. 1988, p. 7.
28. JAGUARIBE, Hélio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985. 63 p.
29. KRAMER, Paulo. Diálogo de surdos: as relações Brasil—EUA. *Brasil Perspectivas Internacionais,* Rio de Janeiro, *1*(5): 1-4, jan./fev. 1985.
30. ——. As relações militares Brasil—Estados Unidos. *Política e Estratégia. 4*(1): 44-53, jan./mar. 1986.
31. LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, (39-40): 87-104. 1968.
32. ——. *Paradoxos e possibilidades,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. 287 p.

33. A LEI no escuro. *Veja*, São Paulo, *20*(25): 42-43, jun. 1988.
34. LINVILL, Roberto R. *A Política militar dos Estados Unidos e as relações militares entre os Estados Unidos e o Brasil.* Rio de Janeiro, ESG, 1967. Conferência proferida na ESG em 1967.
35. MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942). In: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *História Naval Brasileira.* 1985. Vol. 2.
36. MICROSOFT interessada em investir no Brasil aguarda oportunidade. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1988. p. 7.
37. MOURA, Gerson. As razões do não-alinhamento: A política externa brasileira no após-guerra (1945-1950). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, *28*(109-110): 37-50. 1985.
38. MULTINACIONAIS: US$ 2 milhões para modificar a Constituição. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de jun. 1988. p. 1.
39. NARCISO, José. A Política do Poder Naval no Brasil (IV). *Portos e Navios, 23*(248): 24-28. maio. 1980.
40. ——. A Política do Poder Naval no Brasil (VII). *Portos e Navios, 23*(252): 26-32, ago. 1980.
41. NETTO, Francisco Thompson Flores. *O Brasil e o Comércio Internacional. O GATT e o protecionismo.* ESG, Rio de Janeiro, Palestra proferida na ESG em 17 jun. 1987.
42. PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março (The U.S. policy prior to the Brazilian Coup of 1964).* Trad. Carlos Mayfeld. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, 141 p.
43. PASSOS, José Meireles. Americanos vêem o Brasil na contra-mão, *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 maio 1988. p. 46.
44. AS PEDRAS no caminho dos calçados. *Comércio Exterior*, Brasília, Fundação Visconde de Cabo Frio, (80): 26-28, set./out. 1985.
45. PERDA com retaliação já atinge US$ 500 milhões, *Jornal de Brasília*, Brasília, 01 jun. 1988, p. 8.
46. PINHEIRO, Paulo Sergio Moraes Sarmento. Posição do Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: Abril Cultural, *História do Século 20*, 1975. Vol. 2.
47. PINTO, Paulo Frassinetti. Posição do Brasil em face dos EUA. *Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 93*(10-12): 33-54, 4. Trim. 1973.
48. POMBO, Rocha. *História do Brasil — A República*, Rio de Janeiro, W.M. Jackson Editores, 1947, 447 p.
49. O Programa do Futuro, *Informação Semanal CACEX*, (1029): 4-11, 1 jun. 1987.
50. O QUE é bom para o EUA ainda é para o Brasil? *Exame*, (287): 18-25, 19 out. 1983.
51. QUEDA nas exportações de frango. *Informação Semanal CACEX*, (1030): 16-19, 1987.
52. QUINTELA, Sergio Franklin. O Futuro das relações Brasil—Estados Unidos, *Política e Estratégia, 4*(1): 18-28, jan./mar. 1986.
53. RICÚPERO, Rubens. *A nova dimensão das relações Brasil—EUA.* Rio de Janeiro, ESG, 1982. Conferência proferida na ESG, em 22 out. 1982.
54. ——. *As relações do Brasil com os Estados Unidos e a América Latina*, ESG, 1980. Conferência proferida na ESG em 12 set. 1980.
55. RODRIGUES, Carlos Calero. *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América.* Rio de Janeiro, ESG, 1963. Conferência proferida na ESG em 1963.
56. RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 232 p.
57. SANTOS, Antonio Marques Porto. *Posição do Brasil face à América Setentrional e Central.* Conferência proferida na EGN em 24 mar. 1988.
58. SARNEY anuncia luz no fim do tunel. *Correio Brasiliense*, Brasília, 02 jun. 1986. p. 10.
59. SILVA, Arthur da Costa. Discurso no Palácio do Itamaraty em 5 abr. 1967, *Documentos da Política Externa*, MRE, abr. 1967, p. 11 a 20.
60. SODRÉ, Roberto de Abreu. *Palestra proferida pelo MRE na EGN.* em 17 jul. 1986.
61. SALAK, Namir. *Comércio Exterior e Balança de Pagamentos*, Palestra proferida na EGN em 21 jun. 1988.
62. O SUBMARINO do mais fraco, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 maio 1988, Caderno B/Especial, p. 8.
63. VIDIGAL, Armando A. F. Uma análise político Estratégica. *Política e Estratégia*, São Paulo, *3*(2): 167-188, abr./jun. 1985.

64. ———. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro,* Rio de Janeiro, EGN, 1983.
65. WALLSTEIN, Odilon Luis. *A Política Naval norte-americana para o Atlântico Sul.* Revista Brasileira de Política Internacional, *Rio de Janeiro,* 28(111-112): 76-116, 1985.
66. WEIS, Michael. A Comissão mista Brasil—Estados Unidos e o mito da "relação especial". *Revista Brasileira de Política Internacional,* Rio de Janeiro, *29*(115-116): 57-82.
67. WROBEL, Paulo. A Política nuclear da Nova República. *Perspectivas Internacionais. 1*(5): 5-8, jan./fev. 1985.

Volume XX, No. 3, Septembre 1989

ÉTUDES INTERNATIONALES

Directeur : Gérard HERVOUET.

Directeur adjoint : Thierry HENTSCH.

NUMÉRO SPÉCIAL

LES ÉTUDES STRATÉGIQUES : OÙ EN SOMMES-NOUS?

SOUS LA DIRECTION DE CHARLES-PHILIPPE DAVID

(Avec la collaboration de Harold P. KLEPAK)

DIRECTION ET RÉDACTION : Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., Canada G1K 7P4, tél: (418) 656-2462

SERVICE DES ABONNEMENTS : Les demandes d'abonnement, le paiement et toute correspondance relative à ce service doivent être adressés au Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., G1K 7P4, Canada

ABONNEMENT ANNUEL :	Quatre numéros par an	ÉTRANGER
	Régulier : $30.00 (Can.)	$35.00 (Can.)
	Étudiant : $20.00 (Can.)	le numéro : $15.00 (Can.)
	Institution : $45.00 (Can.)	
	(tous pays)	

DOCUMENTOS

DIÁLOGOS E CONFRONTOS LESTE-OESTE, NORTE-SUL E SUL-SUL

Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira*

Senhores: É com prazer que me encontro aqui, para conversarmos sobre "Diálogos e Confrontos Leste-Oeste, Norte-Sul e Sul-Sul".

Em toda a generalidade existe sempre um conteúdo de simplificação. Não há dúvida que existe uma confrontação e, por vezes, um diálogo entre os chamados países ocidentais — do Leste — e os países comunistas — do Oeste. Esta confrontação é certamente a principal a considerar no campo internacional, pois todos os países do universo sofrem conseqüências de tal confrontação, embora nem todos dela participem ativamente. Além disso, possui ela todas as características de uma divisão vertical: regimes políticos, e econômicos antagônicos, que se escudam em dois tratados militares explicitamente direcionados a se combaterem. Acrescentem-se a esse quadro a dimensão territorial, a densidade de população e as diferenças éticas e religiosas dos dois grupos de nações ﹁ compreendem o Ocidente e o Bloco Comunista e teremos uma imagem da magnitude da confrontação Leste-Oeste.

Mas, esta é uma descrição geral, que se adapta melhor à confrontação, ainda assim simplificada, entre os Estados Unidos e a União Soviética, confrontação esta que, quase sempre, ignora a posição relativa dos vários países desses dois grupos e os choques regionais e domésticos, que, cada dia, são mais importantes.

A confrontação da URSS com os Estados Unidos, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, pode ser classificada, genericamente, em 4 etapas distintas:

A primeira — a da Guerra Fria — de 1945 a 1955, caracterizou-se pelo duelo Truman-Stalin, como conseqüência da frustração deixada pelos acordos de divisão da Europa, em particular da Alemanha, assinados pelo Presidente Roosevelt e pelo próprio Stalin e, ainda, em conseqüência da percepção da fragilidade ocidental, em matéria de armamentos convencionais, resultante da redução unilateral das forças norte-americanas no Continente Europeu.

* Ex-Ministro das Relações Exteriores, Palestra realizada na Escola de Comando e Estado maior do Exército, em maio de 1989.

A Guerra Fria iria levar os Estados Unidos, em 1947, com a proclamação da Doutrina Truman, a criar, em 1947, o Plano Marshall e, pouco mais tarde, à assinatura do Tratado da Organização do Atlântico Norte — a OTAN. O conteúdo básico da ação política dos Estados Unidos e da Europa passou a ser a *contenção*, ou seja, o Ocidente, em todos os episódios internacionais que implicassem em alterações ideológicas ou territoriais, deveria agir energicamente, pois, qualquer atitude de fraqueza estimularia o agressor a multiplicar seus atos revolucionários ou de guerra em outras partes do Mundo, com o risco, inclusive, de um conflito generalizado, o que obrigaria, talvez, os Estados Unidos a por à prova o impopular poderio nuclear, que, então, monopolizava.

Em 1949, a União Soviética detona a sua primeira bomba atômica e parte para a busca, a qualquer preço, da paridade nuclear bélica com os Estados Unidos. Em outubro desse mesmo ano, o Oeste expande a sua dimensão geográfica, com a chegada dos comunistas chineses ao poder. Em junho do ano seguinte, a Coréia do Norte tenta invadir a Coréia do Sul e unificar o país. Por sua vez, a guerrilha comunista da Indochina é estimulada e culmina com a derrota dos franceses em Dien Bien Phu, em 1954. Transfere-se, assim, para a Ásia o conflito Leste-Oeste, que já começava a esmorecer na Europa, com a morte de Stalin no ano anterior — 1953.

Esse deslocamento de posições, o maior equilíbrio dimensional e a eleição de Eisenhower — o Senhor da Guerra, que, por isso mesmo, conhecia bem seus malefícios — para a Presidência dos Estados Unidos, criam o clima necessário ao surgimento de uma nova etapa das relações dos Estados Unidos com a URSS a da *Détente*, que vai de 1955 a 1973 — a mais longa, até agora, registrada. São 18 anos de relativo entendimento, no bojo do qual nasce o Tratado de Não Proliferação Nuclear — TNP — sustentado igualmente, em seus princípios e fins, pelas superpotências que não desejam novos competidores, embora dessem acesso, ao fechado Clube de Países Militarmente Nucleares, à China, antes que esta houvesse explodido o seu primeiro engenho nuclear. O Mundo se estarrece, mas quase todos se curvam ao *diktat* hegemônico das duas maiores potências universais, que, ademais, discriminam quanto ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. E o curioso é que, aí, se inicia, com esse Tratado, que proclamava seus fins pacíficos, a maior corrida armamentista entre as duas superpotências que, em quinze anos — cito meus dados de Washington — multiplicam por oito ou dez o volume de suas sofisticadas armas nucleares, chegando ao que passou a ser chamado de *overkill*, ou seja, cada qual passou a possuir poder superior ao necessário para destruir todo o universo.

Nesse período, através de negociações, o problema da Áustria foi satisfatoriamente resolvido por meio de uma declaração de neutralidade do Estado austríaco e, na Ásia, a contragosto, foi aceita a divisão da Coréia e da Indochina. A solução encontrada, na Ásia, e o fato de nada ter sido feito em relação às duas Alemanhas, continuavam, porém, a envenenar, a largo prazo, as relações Leste-Oeste.

A *Détente*, de fato, só serviu para o reconhecimento implícito das esferas de influência e a manutenção do equilíbrio estratégico-militar. A Europa passou a sentir-se inerme entre os dois colossos e o clamor da solidariedade dentro de cada bloco foi sepultando as aspirações nacionais e regionais dos países em desenvolvimento.

Prova dessa definição hegemônica, bastante inconveniente sob vários aspectos, ficou clara no episódio da invasão da Hungria pela URSS (1957) e a conseqüente passividade norte-americana, comprovada, logo adiante, de modo mais sutil e justificável, principalmente quanto ao equilíbrio estratégico, quando da condenação de Eisenhower à ação anglo-francesa, na crise do Canal de Suez. Mais forte, ainda, foi o exemplo do maior abalo

a esse *status quo* no momento da crise dos mísseis em Cuba, em 1962, cuja solução drmática, afinal, voltou a dar-lhe validade e conduziu à assinatura do Tratado de Moscou, de 1963, em que, pela primeira vez, as superpotências chegaram a entendimentos escritos sobre o controle de armamentos.

Os próximos dez anos, foram mais tranqüilos. Chegou-se a ter a ilusão de que de um Mundo bipolar se havia passado para um Mundo multipolar, citando-se, como exemplo, de um lado, ou melhor, na esfera ocidental, o aparecimento do Terceiro Mundo, da UNCTAD e do Movimento dos Não-Alinhados e do Grupo dos 77, e à afirmação crescente dos países europeus. De outra parte, falava-se da fragmentação do bloco comunista, com o afastamento, da influência direta de Moscou, na Iugoslávia, China e Albânia e com as tentativas de rebeldia, heróicas mas dominadas, na Hungria e na Tchecoslováquia. Tratava-se, porém, muito mais de uma "conciliação hegemônica", do que do surgimento real de novos centros de poder comparáveis ao das superpotências, haja visto que o ponto mais alto desse clima de distenção foi alcançado nas reuniões de cúpula entre Brejhnev e Nixon e com a assinatura, em 1972, do acordo SALT-I, que tentava limitar a corrida pelas armas estratégicas. Mais uma vez, ficava provada a incapacidade da ONU de cumprir o seu papel maior — de manter a segurança internacional, como também ficava evidente que a paz no Mundo somente poderia ser mantida por meio de um acordo tácito — que, talvez, nunca venha a ser subscrito — entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Mas, não havia, como possivelmente jamais acontecerá, o desaparecimento das tensões entre as superpotências. Watergate, a queda de Nixon, a derrota no Vietnã, o discurso inadequado e a ausência de ações efetivas da Administração Carter no campo internacional, desiludiam os próprios americanos quanto à força do seu próprio país. De outro lado, generalizava-se a consciência, verdadeira ou não, de que a URSS havia superado os Estados Unidos no campo militar nuclear. Diante desses fatos, a União Soviética procurou ter maior presença no Terceiro Mundo, surgindo, assim, uma terceira etapa nas relações entre os Estados Unidos e a URSS, que passou a ser chamada de "Retórica da Supremacia", de 1973 a 1988, retórica que atingiu seus pontos mais altos depois da posse do Presidente Reagan. Ganhava-se, desse modo, tempo para voltar à paridade nuclear e os Estados Unidos embarcaram num programa de rearmamento de tal magnitude, que, inclusive, no seu delírio armamentista, levava a discussões públicas, no próprio Estados Unidos, sobre a eficiência, a qualidade e a oportunidade de determinados armamentos. Enormes recursos eram desviados de outras áreas — inclusive de apoio a investimentos de interesses do Mundo em desenvolvimento. O déficit interno americano chegou a dobrar, o que quer dizer que o Presidente Reagan tomou tanto dinheiro emprestado quanto a soma de todos os presidentes americanos anteriores. Num clima polêmico, levava a cabo o Governo norte-americano o projeto SDI — Iniciativa de Defesa Estratégica — com o qual o Presidente Reagan procurava deslocar a confrontação militar para o campo tecnológico, onde a URSS não tinha condições de competir.

Com o amadurecimento da subida de Mikkail Gorbachev ao poder e realizados os principais objetivos do Programa SDI, Reagan, pouco antes de deixar a presidência vai ao encontro do Gorbachev e, num lance teatral, inaugurava nova etapa nas relações entre os dois países — a atual — que pode ser denominada, com propriedade, de *Nova Détente* e à qual devemos augurar seja ainda mais longa do que a Détente anterior.

Vários fatores impeliram a União Soviética a tornar-se mais conciliatória: a relativa falência do seu sistema econômico, paradoxalmente empurrado pelo próprio aumento do

nível de vida das nações comunistas e o conseqüente crescimento das aspirações de liberdade e de afirmação nacional e regional de suas populações.

Esse *é*, a meu ver, o quadro da confrontação e dos diálogos Leste-Oeste, através da ação dos seus principais interlocutores — os Estados Unidos e a União Soviética — acompanhados, com maior ou menor solidariedade, pelos países que compõem os dois blocos — o Ocidental e o dos países comunistas.

Poder-se-ia dar um curso e não uma palestra sobre cada uma das etapas mencionadas e examinar dezenas de fatos e posições delas decorrentes. Mas, para sintetizar, apenas desejo dizer-lhes que, em conseqüência do poder de devastação da arma nuclear, a Terceira Guerra Mundial deixou de travar-se entre as principais potências mundiais e passou a ser lutada numa infinidade de guerras de periferia. É possível, talvez provável, e certamente desejável, que as atuais conversações sobre o desarmamento criem gradualmente condições favoráveis à acomodação de interesses nessas áreas, principalmente nos conflitos da América Central, da África e do Oriente Médio. Há, ainda, a considerar o poder econômico crescente do Japão e da Alemanha, países que, com a França — sempre mais individualista — procurarão ter influência crescente nas decisões globais do Ocidente.

Estou certo de que, durante os nossos debates, muitos dos graus e matizes de cada etapa desse grande confronto e da posição relativa de cada grupo e país — que são a matéria-prima essencial da política exterior de um país como o Brasil e que foram, até este momento, apenas assinalados — ficarão melhor estabelecidos e nos enriquecerão a todos, inclusive a mim.

Falemos, agora, um pouco dos Confrontos e Diálogos Norte-Sul. Ao mesmo tempo, vamos tratar dos Confrontos e Diálogos Sul-Sul, já que é muito difícil, senão impossível, considerar as dificuldades dos países do Sul, entre eles, sem incluí-los no quadro maior das posições confrontantes do Norte — até bem pouco colonizadores — e do Sul, constituído em sua maioria, por ex-colônias.

Como disse antes, na etapa da *Détente* surgiu a ilusão de que o Mundo havia deixado para trás o sistema bipolar de poder e que vários outros centros de poder estavam surgindo e que, portanto, as duas grandes hegemonias existentes tenderiam a esmorecer e, posteriormente, a serem, pelo menos, contidas ou neutralizadas.

Essa consciência então generalizada, mais a crença de que as regras econômicas e de relações internacionais privilegiavam os interesses dos centros mundiais do poder, provocaram o aparecimento dos movimentos que comporiam o chamado "Diálogo Norte-Sul", a princípio políticos e de forte sabor neutralista e ideológico (Conferência de Bandung — 1955 — e o Movimento dos Não-Alinhados) e, a seguir, cada vez mais de natureza econômica (UNCTAD e Grupo dos 77" — 1963/64). O estágio das reivindicações financeiras somente está sendo, agora, atingido, com a crescente consciência universal, do enorme endividamento dos países mais avançados do Terceiro Mundo, vítimas das facilidades intencionais decorrentes da reciclagem artificial dos petro-dólares e, logo após, das altas de juros nos países industrializados.

Naturalmente os "países periféricos" passaram a clamar por uma nova ordem econômica internacional que facilitasse suas necessidades de desenvolvimento, sem o que a grande maioria deles teria escassa ou nenhuma capacidade de promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Desejava-se passar, então, como disse eu certa vez em Genebra, da fase da interdependência — palavra traiçoeira — vertical, que seria uma nova forma de dependência, para a interdependência horizontal, que representaria a cooperação.

A propósito de um diálogo mais construtivo a nível ocidental, creio que se poderia dizer que a década dos 70 foi marcada por fortes esperanças derivadas de uma visão, talvez otimista, sobre a eficiência das negociações não só bilaterais senão também globais, como a Conferência Econômica de Paris, de 1976, convocada em boa hora por iniciativa dos Estados Unidos e que, após ter realizado um trabalho promissor, terminou abruptamente, em conseqüência de posição extemporânea assumida por este mesmo país, ao julgar que havia chegado o momento — que sobreveio bem mais tarde — de obter uma postura mais defensiva dos países produtores de petróleo. De qualquer modo, o fato é que todas as reuniões similares, efetuadas naquela década, apontavam para a convicção de que, através de negociações, poder-se-ia harmonizar os interesses de grande parte dos países do Ocidente, num mundo de liberdade econômica e, até certo ponto, de liberdade política. Mas, era apenas a marca da *Détente* e só isto.

Falo de diálogo a nível ocidental, porque, de fato, os países comunistas, tendo à testa a União Soviética, nunca se interessaram propriamente pelos problemas de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Suas desculpas, em matéria de ajuda financeira, sempre foi a de que não tinham porque pagar a conta dos "colonizadores" e, em matéria de economia, de que somente a passagem do sistema da "economia de mercado" para o da "economia centralmente planificada" daria aos países pobres a oportunidade de se desenvolverem e de propiciarem melhores condições de vida aos seus habitantes, o que chega a ser curioso, senão cômico, na era de Gorbachev. Era uma atitude fria, que nos foi sussurrada diariamente nos dois meses de deliberações da II UNCTAD — Nova Delhi, 1968 — e que provocou uma unidade ainda maior do Grupo dos 77. Já éramos, então, mais de cem e nenhum, mesmo os mais radicais, abandonou o Grupo, apesar dos votos sempre negativos dos países do Leste europeu. Esta situação também nos ajudou a obter o apoio de vários países industrializados, notadamente da Suíça e dos Nórdicos, o que representou ganhos, incluindo a aprovação do "Sistema Geral de Preferências, não discriminatório e não recíproco", o qual mais tarde, adotado pelo GATT e até pelos Estados Unidos, abriu mercados para vários produtos industrializados do Terceiro Mundo.

Em Nova Delhi, o momento era dramático. A guerra do Vietnã atingira o seu auge e, durante a Conferência, ocorreu a célebre ofensiva do Thet. Mas a hora política sobrepôs — se aos interesses econômicos egoístas e fluíram alguns acordos relativamente modestos mas importantes, como o antes mencionado.

Hoje, no final da década dos oitenta, o conceito do entendimento global, combinado com o ideal de justiça, está fora de moda. Creio que estamos nesta situação não só porque o discurso do poder foi reinventado, mas também porque as perspectivas de um planejamento global esbarram na opulência de um liberalismo frio, que ignora o fato de que se terá, no Ocidente, um liberalismo para todos — desenvolvidos ou em desenvolvimento — ou não se terá nenhum.

Que caminhos, portanto, devem ser tomados pelos países latino-americanos, africanos e asiáticos de mais desenvolvimento?

Procurar recompor uma frente mais ampla do que a do Grupo dos 77 para chegar a negociações também mais amplas, que logrem alcançar um novo e mais construtivo *modus-vivendi* internacional?

Agregar países, individualmente ou em grupos, em torno de centros hegemônicos, renunciando, assim, a um desenvolvimento com menos dependência? Será a aceitação de uma tutela um imperativo histórico?

Aceitar ou rejeitar novas regras de transferência de tecnologia que, disfarçadas em princípios de segurança, venham a comprometer o avanço industrial alcançado por alguns países?

Quais serão as vantagens e as desvantagens de uma democracia num momento de crise econômica?

Quando chegará para nós a hora da consolidação de uma verdadeira democracia?

Será que os nossos credores nos estão empurrando para um período de demagogia e populismo?

Minhas reflexões podem parecer-lhes pessimistas, mas a verdade é que creio, firmemente, numa economia de mercado mais livre, ao lado de um Estado que assuma plenamente os seus deveres sociais. Por isso, acredito que nós, pelo menos na América Latina, devamos pregar o estabelecimento de uma economia social de mercado, repito, social de mercado, como, aliás, já ocorre em qualquer democracia avançada do Ocidente.

Para gozarmos de liberdade, precisamos de viver num mundo em que as relações econômicas possam basicamente existir independentemente do controle do Estado. Mas devemos entender que, no Mundo Ocidental, não podemos pensar em sociedades que não sejam capazes de responder às questões que os indivíduos se colocam todos os dias. Temos que atingir um nível adequado de alimentação, educação, saúde, trabalho e lazer para todos, no Norte e no Sul. Todas as atividades econômicas — a agricultura, a indústria, o comércio e os serviços — necessitam de compradores e os compradores necessitam de salários.

Quanto aos confrontos Sul-Sul, vou simplificar ainda mais, pois a posição de todos os países deverá ser, a meu ver a de buscar o diálogo e, quando possível, a integração. Não sou fantasista e estou consciente das muitas dificuldades que existem nesses caminhos. Um deles, mais fora de nosso alcance, são as preferências do Mercado Comum Europeu em relação aos países africanos, os mecanismos que obstam o acesso aos mercados dos países industrializados, as retaliações e a dependência em todas as suas formas.

Mas sempre acreditei no Brasil, que considerava e considero insatelizável e com destino próprio.

Quanto à atual situação política e econômica do Brasil, eu diria que ela constitui, apesar da riqueza dos seus episódios domésticos, uma amostra — amostra ampliada, dado o seu tamanho — da profunda crise por que atravessa o Mundo Ocidental.

Trata-se de crise tão surpreendente que nós, do Mundo Ocidental, talvez para evitar considerá-la seriamente, entretemo-nos em admirar a Perestroika de GORBACHEV, como se ela fosse, de fato, fundamental para solução das questões que nos afligem. Evidentemente, a Perestroika é importante porque demonstra que o Mundo comunista — como se podia prever há alguns anos atrás — também começa a mover-se e que os entendimentos entre as superpotências podem melhorar no futuro. Mas, isto não quer dizer que os problemas internos no Mundo Ocidental — que nos interessam mais diretamente — estejam sendo resolvidos.

Como pessoas de economia de mercado — todas nesta sala o são, acredito eu — deveríamos estar-nos perguntando se o sistema de relações internacionais que estabelecemos, baseado na boa e velha economia de mercado, na qual tanto acreditamos, nos está dando automaticamente, como esperávamos, soluções para os problemas que estamos tendo que encarar entre nós.

E por que isto?

O que me parece estar acontecendo é que a inserção excessiva de poder, no dia a dia

de nossa vida econômica e política, está crescendo de tal forma que o mercado, hoje muito mais monopolístico, está perdendo parte de sua flexibilidade original. A influência do poder na economia pode ser benéfica, dentro de certas circunstâncias, mas na maioria dos casos se revela negativa e é quase sempre egoísta.

Como exemplo positivo, lembro-me do que ocorreu depois da Segunda-feira Negra de outubro de 1987 — como é chamada a crise da Bolsa de Nova Iorque — e o apoio que a máquina do Estado americano deu a banqueiros e instituições financeiras. De fato, os Estados Unidos da América não podiam mais, até por razões de segurança, expor-se a um fracasso perante o mundo e, especialmente, perante a União Soviética. Seria, hoje, insuportável a repetição das cenas de filas de desempregados buscando pão e sopa, tal como alguns de nós pudemos ver em velhos filmes, de 1929.

Os Estados Unidos prefeririam, estou certo, até mesmo cortar o seu vasto Programa de Rearmamento do que deixar de socorrer o mercado, o qual, para encontrar sozinho um novo equilíbrio, teria que impor grandes sacrifícios ao país e a toda a comunidade internacional. Mas, quantas vezes poderá tal operação de resgate ser posta em marcha?

Como exemplo negativo da inter-relação do poder na economia mundial, não se pode deixar de mencionar a indiferença com que, até agora, os países altamente industrializados encaram o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, como se esse problema pudesse ser considerado como não afetando a todos nós, no Ocidente.

Nessa linha de pensamento, é impossível ignorar que durante a reciclagem dos petrodólares, os Estados Unidos e, em menor proporção, outros países industrializados, bombearam esses dólares nos países de maior desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo, principalmente para evitar uma inflação financeira nas suas próprias economias. Nesse período, os bancos americanos duplicaram, triplicaram, quadruplicaram e, por vezes, multiplicaram por cinco e seis vezes os seus patrimônios, algo que dificilmente voltará a repetir-se.

Creio firmemente que o Brasil e os demais países devedores têm a obrigação de saldar suas dívidas. Mas, têm também o dever de saberem negociar, de modo a que possam realmente resgatá-las, ao invés de renegociarmos, a cada ano, um novo acordo, sem que se dê transferência a toda a problemática dos pagamentos externos. Se um país, como o Brasil, que conta com um superavit comercial de 15 a 17 bilhões de dólares, por ano, não pode pagar suas dívidas, então nenhum outro pode fazê-lo, em qualquer parte do mundo.

Nesse contexto, não podemos ignorar, também, as dificuldades do nosso cotidiano econômico nem os nossos problemas sociais e, especialmente, o fato de que esses mesmos saldos são deixados fora do país, para pagar dívidas e criar parcas reservas, tornando-se, assim, no maior fator inflacionário em nossas economias, já que temos que imprimir moeda e títulos para pagar aos exportadores, uma vez que esses saldos positivos não chegam a entrar nos mercados nacionais. Até as nossas mal-afamadas dívidas internas, apesar de serem internas, crescem em função dessa emissão de papéis.

Quanto à privatização, uma observação que me parece válida é a de que é fácil falar em privatização, mas de que é difícil estabelecer prioridade e caminhos legítimos para a sua realização. Não é somente a falta de eficiência que torna difícil a privatização e, sim, a nossa fragilidade financeira. É fácil privatizar ativos e praticamente impossível privatizar passivos. Mas, historicamente, devemos esforçar-nos por privatizar, a começar por companhias individuais ou os conglomerados de empresas que, por incompetência gerencial, terminaram por ser encampadas pelo Estado. Neste caso, quando não for possível priva-

tizar, deveríamos fechá-las. É, porém, quase impossível, em qualquer parte do mundo, e mesmo nos países altamente industrializados, pensar-se que todas as atividades econômicas, inclusive as de caráter monopolítico, possam ser colocadas no mercado, sem qualquer proteção nacional. Mesmo nos países que mais avançaram em privatização, sempre que a atividade é monopolística, como o gás, a eletricidade, o telefone e o correio, surgem logo as discutidas Comissões Reguladoras — Regulatory Commissions.

De qualquer modo, em busca de melhores graus de eficácia e em conseqüência da dimensão já alcançada, chegou a hora de privatizar. Mas não se diga que todos os nossos males são fruto da presença do Estado em nossas economias, pois sabemos que existem — até em maior proporção — no Mundo industrializado, toda uma variedade de tipos de intervenção do comando político no jogo econômico. Os ostensivos tomam a feição de subsídios, como os agrícolas, largamente utilizados na CEE e nos Estados Unidos, e os indiretos, que somente podem ser percebidos através de uma análise de estímulos e distorções que podem ser introduzidos por meio de instrumentos financeiros, o que os faz privilégio, quase exclusivo, dos países mais ricos. Existem ainda outros, empregados com freqüência nos países socialistas, por intermédio dos quais é possível incorporar instrumentos de poder diretamente no processo econômico, como ocorre, de forma transparente, nas inter-relações do COMECOM — Mercado Comum dos países comunistas da Europa Oriental.

Diante desse quadro, o que pensar, como modelo dos NICs — Newly Industrialized Countries — entre os quais os conhecidos como Tigres Asiáticos — cuja prosperidade, pelo menos a curto prazo, é inegável, mas cujas estruturas econômicas se caracterizam pela ausência de mercados internos e cujas estruturas sociais dificilmente seriam aceitas ou sequer compreendidas na América Latina.

Trata-se de países que, com exceção de Hong-Kong, passaram por fortes crises econômicas, inclusive de caráter inflacionário e que, afinal, se transformaram em grandes plataformas de exportação, principalmente de multinacionais japonesas e americanas, embora conservem interiormente uma estrutura muito estatizada. Poderíamos, aliás, nos perguntar se esses NICs asiáticos sobreviveriam se lhes fosse retirado o apoio militar dos Estados Unidos.

No que diz respeito particularmente aos aspectos sociais, num desses países, por exemplo, o direito de férias é concedido à base de uma semana mais um dia por ano de trabalho, até o máximo de 14 dias ou duas semanas, a partir do décimo ano de trabalho. Em outro, o regime de trabalho é de 53 horas semanais, o que representa 10 horas de trabalho de segunda a sexta-feira, mais 8 horas de trabalho nos sábados. Neste mesmo país, somente agora, em 1988, foi estabelecido o sistema de pagamento de pensão por aposentadoria. Noutro, ainda, o cidadão só recebe passaporte para viajar, como turista, depois de completar 30 anos de idade, sendo que esse limite, até o ano passado, era de 55 anos.

Mas, pensemos no Brasil. Volto a dizer que acredito no seu destino de país não satelizável, em processo de desenvolvimento, que deve ser cada vez mais acelerado, e resistente aos cantos da sereia de que ficaremos isolados diante de países que se agrupam por áreas econômicas. Sempre foi assim e disso haveremos de livrar-nos, com nossa dimensão continental. Além disso, tais países e grupos também terão seus problemas. Uma Europa sem nações poderá ser substituída por uma Europa de regiões, mais aguerri-

das e confrontantes do que os próprios países. Além disso, ninguém me pode convencer de que, mesmo dentro do Mercado Comum, os países pequenos, da periferia da Europa, se transformem em uma Alemanha, uma França ou uma Inglaterra.

Confiemos no Brasil!

Muito Obrigado.

EL TRIMESTRE ECONOMICO



Vol. LVI (4) — México, Octubre-Diciembre de 1989 — Núm. 224

SUMARIO

ARTÍCULOS:

RESEÑAS BIBLIOGRÁFICAS:

Precio de suscripción por un año, 1990
La suscripción en México cuesta $60.000.00; para estudiantes, $55.000.00

	España, Centro y Sudamérica (dólares)	Resto del mundo (dólares)
Personal	$25.00	$35.00
Universidades, bibliotecas e instituciones	$35.00	$100.00

Fondo de Cultura Económica - Av. de la Universidad 975
Apartado Postal 44975, México

LIVROS E PUBLICAÇÕES

The Rise and Fall of the Great Powers: Economic change and military conflict from 1500 to 2000, de Paul Kennedy. Londres, Unwin Hyman, 1988, 677 págs..

Paul Kennedy é um historiador e cientista político com pouco mais de quarenta anos, nascido em Wallsend-on-Tyne, no Norte da Inglaterra. Doutorou-se em Oxford e em 1983 foi ensinar em Yale. Colaborador do "The New York Times", "The Washington Post", "The Atlantic" e "The Economist", tem a seu crédito outros livros sobre a história da guerra do Pacífico, o antagonismo anglo-germânico entre 1860 e 1914, a história naval inglesa, as relações entre estratégia e diplomacia etc. Nenhum deles teve o êxito e causou a impressão deste *The Rise and Fall of the Great Powers*, lançado em 1988, já com várias tiragens e que acaba de ser traduzido em português, alcançando rapidamente a lista dos "best sellers" durante várias semanas.

Nas palavras do autor, este sólido volume de quase setecentas páginas trata do "poder nacional e internacional no período moderno, isto é, depois da Renascença", e o faz com competência, em 540 páginas de texto. Mais do que isso, desenvolve o tema em linguagem perfeitamente clara, revelando aguda sensibilidade pedagógica. O livro tem excelente organização, está ilustrado com tabelas e mapas, apoia-se em rica bibliografia e contém umas 1300 notas: aparato crítico que em nada prejudica a fluidez e a comodidade da leitura.

O enfoque do estudo é o relacionamento entre a estratégia e a economia, tema estudado em três grandes fases: no mundo pré-industrial, na era industrial e na atualidade, com uma discreta e sensata projeção futurológica.

O argumento principal pode ser apresentado sumariamente assim: "A força relativa das nações mais importantes no cenário internacional não permanece constante, sobretudo devido às diferentes taxas de crescimento em diferentes sociedades e aos avanços na tecnologia e organização que trazem maior vantagem a uma determinada sociedade. ... Quando sua capacidade de produção se expande, os países normalmente sustentam com mais facilidade o ônus implicado na manutenção de armamentos em larga escala, em tempos de paz, bem como na utilização e suprimento de grandes exércitos e

armadas durante a guerra. ... Normalmente o poder militar requer riqueza subjacente, assim como usualmente se necessita do poder militar para conquistar e proteger a riqueza.

"No entanto, se uma proporção excessiva dos recursos do Estado é desviada da criação de riqueza para objetivos militares, isto provavelmente levará a uma debilitação do poder nacional no longo prazo.

"Do mesmo modo, se um Estado se estende demasiadamente em termos estratégicos — por exemplo, mediante guerras custosas ou a conquista de amplos territórios —, corre o risco de que as vantagens potencais da sua expansão externa sejam neutralizadas pelo grande dispêndio incorrido. Um dilema que se agudiza quando a nação entrou num período de declínio econômico relativo."

Este o paradoxo da acumulação internacional de poder. Para projetar-se como uma grande potência o Estado necessita considerável base econômica. Mas, na medida em que constrói, e mantém, um vasto aparelhamento para aplicar seu poder militar — ainda que simbolicamente, sob forma de ameaça ou mera presença —, deixa de investir na economia, e portanto passa a correr crescentemente o risco de que lhe faltem, no futuro, os recursos indispensáveis para sustentar a máquina militar.

Depois de longo desenvolvimento desse raciocínio, e da sua aplicação às grandes potências das três fases estudadas (as potências secundárias são deixadas de lado), a partir do ano 1500, Paul Kennedy olha para o mundo contemporâneo e faz as seguintes observações:

"Em primeiro lugar, haverá uma mudança, das cinco maiores concentrações de força para um número maior de nações, mudança expressiva tanto em porcentagens do produto mundial agregado como do dispêndio militar total; mas este será um processo gradual, e não é provável que algum outro Estado se junte no futuro próximo à atual "pentarquia": Estados Unidos, União Soviética, China, Japão, CEE.

"Em segundo lugar, o equilíbrio global de produção entre esses cinco já começou a mudar, em favor do Japão e da China, em detrimento dos Estados Unidos e a URSS, e também da CEE...

"Em terceiro lugar, em termos militares o mundo ainda é bipolar, pois só os Estados Unidos e a União Soviética têm, cada um deles, a capacidade de garantir a destruição do outro — e de qualquer país."

Uma avaliação realista e apropriada. Salientaria a observação final, que qualifica oportunamente a tendência multipolar que há alguns anos vem sendo observada. Tendência tão alvissareira — embora tenha seus perigos próprios — que nos leva a esquecer por momentos a resistente bifurcação do poder militar supremo.

Sérgio Bath

Organização Marítima Internacional (IMO): Visão Política de um Organismo Especializado das Nações Unidas, de Luiz Pereira da Fonseca. IPRI, 1989, 201 págs.

O Brasil e as Comunidades Européias, de João Gualberto Marques Porto Júnior. IPRI, 1989, 104 págs.

Instituído em abril de 1977, como uma peça importante do sistema de qualificação dos nossos diplomatas, há doze anos o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco vem produzindo excelentes estudos sobre temas econômicos, políticos, culturais e de outra natureza relacionados com a diplomacia brasileira. Até o fim de 1988, 148 trabalhos tinham sido elaborados por Conselheiros que se habilitaram à promoção a Ministro

de Segunda Classe, mediante a defesa de uma tese perante banca da qual participam Embaixadores e professores universitários.

São todos trabalhos de bom nível acadêmico, que quase sempre refletem a vivência pessoal dos diplomatas que o apresentaram — autênticos exemplos do "saber de experiência feito". Poucos versam temas estreitamente profissionais, e alguns constituem contribuições originais, de valor excepcional como pesquisa ou reflexão.

Há algum tempo se cogita, no Itamaraty, da divulgação desses trabalhos, tarefa que o IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais), órgão da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores tomou agora a seu cargo.

Estes são os primeiros estudos a serem publicados, na Coleção Relações Internacionais do IPRI — números 4 e 5.

O livro de Luiz Pereira da Fonseca descreve, historia e analisa o funcionamento da IMO, avaliando também sua atuação à luz dos interesses brasileiros. Os anexos incluem os documentos básicos da Organização, um sumário cronológico, estatísticas de marinha mercante e outras informações que fazem do volume um perfeito *vade mecum* sobre a Organização Marítima Internacional, de suma utilidade para quem lide com o assunto, e até mesmo para o especialista.

O Brasil e as Comunidades Européias, de João Gualberto Marques Porto, analisa o processo de integração européia a partir do modelo da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, criada em 1950 pelo Tratado de Paris, passando pelo Tratado de Roma, de 1958, e a primeira ampliação da CEE, em 1973, que abarcou o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca, até o ano de 1981, quando o trabalho foi escrito.

O autor procura mostrar os aspectos positivos de uma parceria ligando o Brasil à CEE, que progressivamente substituísse o esforço de cooperação bilateral entre os vários países membros e o Brasil. Este é o objetivo do Acordo de Cooperação entre o Governo brasileiro e as Comunidades, de 18 de setembro de 1980.

A cooperação entre o Brasil e a CEE se faz atualmente no contexto desse Acordo Quadro, que instituiu uma comissão mista, com reuniões regulares em Bruxelas e Brasília. Foi estabelecido também um Conselho Empresarial Brasil—CEE, com o objetivo de promover a cooperação industrial entre o Brasil e os países comunitários: a primeira experiência, por parte da Comunidade, de aplicar a decisão do Conselho de Ministros, tomada em julho de 1987, no sentido de executar programas de cooperação industrial com países selecionados.

Com a perspectiva já visível da "Europa 1992" (que na realidade se refere à Europa de janeiro de 1993), o estudo perdeu em atualidade, mas continua a ser útil como contribuição para entender o processo formativo da Comunidade. Em recente trabalho sobre o mesmo assunto, a ser divulgado também pelo IPRI, o Embaixador Geraldo Egídio Holanda Cavalcanti, que nos representa na CEE, mostra a importância absoluta da CEE como parceiro comercial do Brasil, ao lado da diminuição da sua importância relativa, nos últimos anos. Entre 1975 e 1985 as exportações brasileiras para a CEE cresceram em 158,3%, quando nossas exportações dirigidas para o mercado norte-americano aumentaram em 438,5%.

O chamado "Relatório Cecchini" fez algumas previsões sobre o crescimento da Europa comunitária que têm sido consideradas otimistas. De qualquer forma, sejamos ou não otimistas com relação ao futuro, o PIB agregado de 3,78 trilhões de dólares em 1987 é um dado revelador da importância que tem a CEE, e que continuará a ter na próxima década. Holanda Cavalcanti calcula que a taxa de crescimento de um mero ponto percen-

tual por ano deveria gerar um acréscimo de 4,8 bilhões de dólares nas importações, das quais mais de 40% (ou seja 1,9 bilhões) seriam importações extra-comunitárias. É evidente, portanto, que seria recompensador o esforço de melhorar nossa atual posição supridora, que é hoje da órdem de apenas 1%.

Sérgio Bath